

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
PARÁ
IFPA CAMPUS CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E
GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES**

**CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO (CCC):
O caso das comunidades agroextrativistas da Amazônia paraense no norte
do Brasil**

IVONNE MARITZA BUENAVENTURA RAMÍREZ

Castanhal-PA
2019



**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
PARÁ**

IFPA CAMPUS CASTANHAL

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E
GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES**

**CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO (CCC):
O caso das comunidades agroextrativistas da Amazônia paraense no norte do Brasil**

IVONNE MARITZA BUENAVENTURA RAMÍREZ
Bióloga

Castanhal-PA
2019

IVONNE MARITZA BUENAVENTURA RAMIREZ

**CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO (CCC):
O caso das comunidades agroextrativistas da Amazônia paraense no norte do Brasil**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, campus Castanhal como requisito final para a obtenção do título de Mestre Profissional em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.

Área de concentração: Dinâmica e Manejo de Agroecossistemas
Subárea: Agroecologia

Orientador: Prof. Dr. Romier da Paixão Sousa
Co-orientador: Prof. Dr. José Daniel Gómez López

**Castanhal-PA
2019**

Dados para catalogação na fonte
Setor de Processamento Técnico Biblioteca
IFPA - Campus Castanhal

B928c Buenaventura Ramírez, Ivonne Maritza

Circuito curtos de comercialização (CCC): o caso das comunidades agroextrativistas da Amazônia Paraense no Norte do Brasil / Ivonne Maritza Buenaventura Ramírez. – 2019.
138 f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Prof. Dr. Romier da Paixão Sousa.

Co-Orientador: Prof. Dr. José Daniel Gómez López.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, 2019.

1. Agricultura Familiar - Circuitos Curtos - Comercialização - Boa Vista de Acará. 2. Comunidades Agrícolas - Boa Vista de Acará. 3. Agroecologia. 4. Agricultura Sustentável. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. II. Título.

CDD: 630.5098115

Biblioteca/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Bibliotecária Suzana de Nazaré César da Silva Santos – CRB-2:1078

**CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO (CCC):
O caso das comunidades agroextrativistas da Amazônia paraense no norte do Brasil**

IVONNE MARITZA BUENAVENTURA RAMÍREZ

A banca examinadora abaixo relacionada aprovou, no dia 21 de agosto de 2019, a Dissertação de *Ivonne Buenaventura* intitulada “*Circuitos Curtos de Comercialização (CCC): O caso das comunidades agroextrativistas da Amazônia paraense no norte do Brasil*”, como requisito final para a obtenção do título de Mestre Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.

Castanhal, em 21 de Agosto de 2019.

Comissão Examinadora:

Romier da Paixão Sousa (Orientador, IFPA Campus Castanhal)

Adebaro Alves dos Reis (Avaliador Interno, IFPA Campus Castanhal)

William Santos de Assis (Avaliador Externo, INEAF/UFPA)

Dedico este trabalho a Juan Camilo, Kiwa e Bunkua, por serem meus sinceros amigos e companheiros desta maravilhosa caminhada que é a vida. Também a minha mãe Olga Ramírez e meu Pai Orlando Buenaventura que desde á distancia que nos separa... Sempre me acompanham de coração e pensamento, me enviando as melhores energias para meu caminho... A vocês minha gratidão, respeito e amor...

As famílias agricultoras do mundo que compartilham suas experiências agroflorestais e assim enriqueceram a realização deste estudo.

E a meus grandes maestros Gonzalo Palomino, Mario Mejía e Orlando Fals Borda... Que desde algum lugar do cosmos... Continuam transmitindo seus importantes ensinamentos para a construção de um mundo novo...

AGRADECIMENTOS

- Agradeço primeiramente a meu companheiro Juan Camilo, a minha filha Kiwa, meu filho Bunkua, minha mãe Olga e meu Pai Orlando, pelo incentivo, amor, convivência e amizade, o apoio de vocês, tem sido fundamental para a realização deste estudo.
- A meu orientador o Professor Romier da Paixão Souza pelo incentivo a reflexão em cada etapa deste projeto de pesquisa.
- As professoras Roberta Coelho e Suezilde Amaral Ribeiro, pela gestão e coordenação do projeto “Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará”, do qual se desprende o presente estudo.
- A meu coorientador José Daniel Gómez López (Professor da Universidade de Alicante Espanha, e diretor do *Grupo Internacional Oficial de Investigación “Cooperativismo, Desarrollo Rural y Emprendimientos Solidarios en la Unión Europea y Latinoamérica – COODRESUEL*), pelos ensinamentos, confiança, aprendizados e orientação no estudo.
- A o professor Adebaro Reis e a professora María Grigs, pelos aportes no processo de qualificação deste projeto.
- A o professor William Santos pelos importantes aportes realizados para obter a versão final deste documento, assim como de cada pergunta feita durante a defesa deste estudo, que fiz continuar no processo reflexivo.
- Também as professoras Regina, Luise, e demais professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares (PPDRGEA) do IFPA campus Castanhal, que participaram e apoiaram o presente projeto.
- De maneira muito especial agradeço a comunidade de Boa Vista de Acará, principalmente, Ellen, Wanda, Cristina, Cleide, Dona María, Dona Luisa e Dona vera, Martha, Dioni, Debora, José Maria, Leandro, Ribamar, Cleidson, Max e Pedro; pela hospitalidade, carinho e participação ativa nos períodos que compartilhamos na comunidade. Graças a vocês este projeto é uma realidade.
- A todos meus colegas da Turma 2017 do Mestrado do PPDRGEA, pela amizade e troca de conhecimentos e experiências, principalmente a minhas colegas Simone, Jalyne e Clarice.
- A meu amigo e irmão o professor da UFRR, José Carlos Franco de Lima, no pertinente apoio na ultima etapa deste documento.
- A os membros participantes do Núcleo de Estudos em Educação e Agroecologia na Amazônia (NEA), pela amizade, apoio logístico e troca de conhecimentos e experiências, principalmente a Josimar, Brenda, Camila, Fernanda, Augusto, Rose, Martha e Aline.
- Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET), pelo apoio logístico e financeiro no desenvolvimento do projeto.
- A Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista (APOBV) e ao PPDRGEA do IFPA, pela participação ativa e apoio logístico.
- Aos membros da Cooperativa de Irituia, principalmente a senhor Severino e a senhora Cristina, por compartilharmos as experiências na construção social dos mercados via circuitos curtos, e os processos de transição agroecológica.
- A Wabinho e toda sua família que abriu as portas de sua casa durante toda esta estadia na Amazônia brasileira.
- A minhas amigas e meus amigos, irmãos e irmãs de sintonia, que me acompanharam nesta caminhada Amazônico-brasileira.
- E finalmente a todas as demais pessoas que de um ou outro modo, contribuíram na realização desta pesquisa. A todas e todos meus mais sinceros agradecimentos.

*Aprofunda-te na matéria! Abre os teus censos!
Tenta perceber as formas dadas pela própria
natureza! E tu chegaras a criar laços mais
íntimos com ela. Isto acarretará mais
sensibilidade nos tratos, nas relações com
nossos irmãos (seres vivos) no campo e na
floresta, bem como nas relações entre os seres
humanos.*

Enrnst Götsch

*A Agricultura Camponesa Familiar
Sustentável não só é um caminho possível
mais um caminho necessário se queremos uma
sociedade prospera justa e sustentável.*

*Clara Ines Nicholls.
O contexto da Agroecologia e os desafios na pesquisa.
UdeA. UC Berkeley. SOCLA.*

RESUMO

BUENAVENTURA, I., Circuitos Curtos de Comercialização (CCC): O caso das comunidades agroextrativistas da Amazônia paraense no norte do Brasil. 2019. 138p. Dissertação (Mestre Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares). PPDRGEA. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. IFPA campus Castanhal.

Esta dissertação analisa as dificuldades e potencialidades na construção social de mercados de circuitos curtos, no território da Amazônia paraense, com base no estudo de caso da comunidade de Boa Vista de Acará, localizada na região do baixo Tocantins, próximo da cidade de Belém, capital do estado do Pará. Este território se caracteriza por apresentar, extensas áreas de floresta tanto de terra firme, como de várzea, habitada por comunidades agroextrativistas, principalmente afrodescendentes, que tem desenvolvido sistemas produtivos baseados em sistemas ou arranjos agroflorestais, onde o cultivo da mandioca e o manejo integrado dos produtos da floresta brindam os recursos para a produção de produtos para autoconsumo e comercialização. Neste contexto, as formas de reprodução destas comunidades, conformadas por famílias tanto agricultoras quanto extrativistas, se destacam por contribuir no desenvolvimento sustentável da região, na medida em que preservam a biodiversidade, a proteção dos solos e das águas, ao tempo que geram alimentos saudáveis. Tendo como característica de destaque a autonomia, representada na segurança e soberania alimentar através da produção de alimentos para consumo. Este estudo procura demonstrar que, mesmo estas comunidades que se caracterizam por ter autonomia na sua reprodução social, a dificuldades no acesso justo ao mercado, afeta na permanência das famílias nestes modelos produtivos, já que as necessidades financeiras os motiva a priorizar em atividades não agrícolas para a geração de renda, e em alguns casos o êxodo rural. Neste contexto, a dissertação busca analisar em que medida a construção social dos mercados via circuitos curtos de comercialização, aproximando os produtores dos consumidores, através do intercâmbio de informações, conhecimentos e experiências, podem contribuir no fortalecimento destas cadeias produtivas da biodiversidade, apoiando de forma justa na geração de sua renda, assim como reconhecendo a importância do papel do agro extrativismo de base agroecológico para o desenvolvimento sustentável da região. A conclusão, é que as diferentes formas de organização comunitária, entre estas as associações e as cooperativas, são agentes estratégicos, na construção social de mercados de produtos agroecológicos, já que facilitam os processos de produção, logística e gestão, que em muitos casos se torna complexo para ser desenvolvidas a nível familiar. Também se conclui que o acompanhamento das entidades ou instituições de extensão e pesquisa, é indispensável nas primeiras etapas deste processo. Por outro lado, também se conclui que das diferentes formas de comercialização via circuito curto, as relacionadas com organizações de produtores e grupos de consumo responsável, se tornam estratégicas, evitando, os extensos procedimentos burocráticos que se necessitam para aceder, por exemplo, ao mercado institucional ou planos de governo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Construção Social dos Mercados, Agroecologia, Agricultura Sustentável.

ABSTRACT

BUENAVENTURA, I., SHORT COMMERCIALIZATION CIRCUITS (CCC): The case of Agro-extractive communities of the paraense Amazon in Northern Brazil 2019. 138p. Dissertation (Professional Teacher in Rural Development and Management of Agro Food Entrepreneurships). PPDRGEA. Federal Institute of Education, Science and Technology of Pará. IFPA Castanhal campus.

This dissertation analyzes the difficulties and potentialities in the social construction of the short circuit markets, in the territory of the paraense Amazon, based on the case study of the Boa Vista community of Acará, located in the region of Lower Tocantins, near the city of Belém, capital of the state of Pará. This territory is characterized by presenting extensive areas of both land and forest and flooding forest bosqus, inhabited by agro-extractivist communities, mainly Afro-descendants, who have developed productive systems based on agroforestry systems or arrangements, where the cultivation of Cassava (Mandioca) and the integrated management of forest products provide resources for the production of products for self-consumption and commercialization. In this context, the forms of reproduction of these communities, made up of both agricultural and extractivist families, stand out for contributing to the sustainable development of the region, insofar as they preserve biodiversity, the protection of soils and water, while generating healthy foods. Having the characteristic of highlighting autonomy, represented in food security and sovereignty through the production of food for consumption. This study seeks to demonstrate that, even these communities that are characterized by having autonomy in their social reproduction, difficulties in fair market access, affect the permanence of families in these productive models, since financial needs motivate them to prioritize non-agricultural activities to generate income, and in some cases the rural exodus. In this context, the dissertation seeks to analyze to what extent the social construction of the markets via short marketing circuits, bringing together the producers of the consumers, through the exchange of information, knowledge and experiences, can contribute to the strengthening of these productive chains of biodiversity, supporting fairly in the generation of their income, as well as recognizing the important role of agro-extractivism for the sustainable development of the region. The conclusion is that the different forms of community organization, including associations and cooperatives, are strategic agents in the social construction of agroecological product markets, since they facilitate production, logistics and management processes, which in many cases it becomes complex to be developed at family level. It is also concluded that the accompaniment of extension or research entities or institutions is essential in the early stages of these processes. On the other hand, it is also concluded that the different forms of commercialization via short circuit, especially those related to producer organizations and responsible consumption groups, become strategic, avoiding the extensive bureaucratic procedures that are needed to access, for example, to the institutional market or government plans.

Keywords: Family Farming, Social Market Building, Agroecology, Sustainable Agriculture.

RESUMEN

BUENAVENTURA, I., **Circuitos Cortos de Comercialización (CCC): El caso de las comunidades agro-extractivistas de la Amazonía paraense en el norte de Brasil**. 2019. 138p. Disertación (Maestra Profesional en Desarrollo Rural y Gestión de Emprendimientos Agro alimentares). PPDRGEA. Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología del Pará. IFPA campus Castanhal.

Esta disertación analiza las dificultades y potencialidades en la construcción social de los mercados de circuitos cortos, en el territorio de la Amazonía paraense, con base en el estudio de caso de la comunidad de Boa Vista de Acará, localizada en la región del bajo Tocantins, próximo de la ciudad de Belém, capital del estado de Pará. Este territorio se caracteriza por presentar, extensas áreas de bosque tanto de tierra firme, como de bosques de ribera de inundación (várzeas), habitadas por comunidades agro-extractivistas, principalmente afro descendientes, que tienen desarrollado sistemas productivos basados en sistemas o arreglos agroforestales, donde el cultivo de la yuca (Mandioca) y el manejo integrado de los productos del bosque brindan los recursos para la producción de productos para autoconsumo y comercialización. En este contexto, las formas de reproducción de estas comunidades, conformadas por familias tanto agricultoras cuanto extractivistas, se destacan por contribuir en el desarrollo sustentable de la región, en la medida en que preservan la biodiversidad, la protección de los suelos y de las aguas, al tiempo que generan alimentos saludables. Teniendo como característica de destaque la autonomía, representada en la seguridad y soberanía alimentar a través de la producción de alimentos para consumo. Este estudio procura demostrar que, mismo estas comunidades que se caracterizan por tener autonomía en su reproducción social, las dificultades en el acceso justo al mercado, afecta la permanencia de las familias en estos modelos productivos, ya que las necesidades financieras los motiva a priorizar en actividades no agrícolas para generar renta, y en algunos casos el éxodo rural. En este contexto, la disertación busca analizar en qué medida la construcción social de los mercados vía circuitos cortos de comercialización, aproximando los productores de los consumidores, a través del intercambio de informaciones, conocimientos y experiencias, pueden contribuir en el fortalecimiento de estas cadenas productivas de la biodiversidad, apoyando de forma justa en la generación de su renta, así como reconociendo el importante papel del agro extractivismo de base agroecológico para el desarrollo sustentable de la región. La conclusión, es que las diferentes formas de organización comunitaria, entre estas las asociaciones y las cooperativas, son agentes estratégicos, en la construcción social de mercados de productos agroecológicos, ya que facilitan los procesos de producción, logística y gestión, que en muchos casos se torna complejo para ser desarrolladas a nivel familiar. También se concluye que el acompañamiento de las entidades o instituciones de extensión e investigación, es indispensable en las primeras etapas de estos procesos. Por otro lado, también se concluye que de las diferentes formas de comercialización vía circuito corto, especialmente las relacionadas con organizaciones de productores y grupos de consumo responsable, se tornan estratégicas, evitando, los extensos procedimientos burocráticos que se necesitan para acceder, por ejemplo, al mercado institucional o planos de gobierno.

Palabras-clave: Agricultura Familiar, Construcción Social de los Mercados, Agroecología, Agricultura Sostenible.

LISTA DE FIGURAS

Página

ARTIGO 1

Circuitos Curtos de Comercialização (CCC): Uma abordagem desde as experiências agroecológicas no território brasileiro.

Figura 1	Imagem do mapa das Feiras orgânicas no Brasil.....	43
Figura 2	Imagem do mapa dos Grupos de Consumo Responsável GCRs em Brasil.....	47
Figura 3	Imagem do mapa das Comunidades que Sustentam a Agricultura CSA no Brasil.....	48

ARTIGO 2

Canais de comercialização da Agricultura Familiar: O caso da comunidade de Boa Vista de Acará, Amazônia paraense - Brasil.

Figura 1	Mapa da área de estudo (Comunidade de Boa Vista de Acará).....	67
Figura 2	Valor agregado dos produtos derivados da Mandioca, Castanha do Pará, Ervas de cheiro e cria de animais.....	70

ARTIGO 3

Construção social de mercados na Amazônia paraense: Sistematização de experiências de circuitos curtos de comercialização na comunidade de Boa Vista de Acará, Pará.

Figura 1	Modelo do processo de sistematização.....	95
Figura 2	Imagem do mapa de localização da área de estudo.....	96
Figura 3	Atores envolvidos na experiência sistematizada.....	97
Figura 4	Linha do tempo da etapa 1.....	100
Figura 5	Linha do tempo da etapa 2.....	101
Figura 6	Linha do tempo da etapa 3	102
Figura 7	Linha do tempo da etapa 4.....	103
Figura 8	Fotografias das turmas que participaram nos cursos de capacitação.....	103

Figura 9	Imagem do aplicativo na mídia.....	104
Figura 10	Imagens das abas do aplicativo.....	105
Figura 11	Imagem do calendário sazonal.....	106
Figura 12	Imagens da I, II e III Feira da agricultura familiar de Boa Vista de Acará....	107

LISTA DE QUADROS

Página

ARTIGO 1

Circuitos Curtos de Comercialização (CCC): Uma abordagem desde as experiências agroecológicas no território Brasileiro.

Quadro 1	Tipologia dos Circuitos Curtos de comercialização.....	33
Quadro 2	Características das unidades produtivas que trabalham com CCC de alimentos ecológicos.....	35

ARTIGO 2

Canais de comercialização da Agricultura Familiar: O caso da comunidade de Boa Vista de Acará, Pará.

Quadro 1	Distribuição sazonal das principais espécies agrícolas e extrativas exploradas pela comunidade para comercialização.....	75
----------	--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Página

ARTIGO 2

Canais de comercialização da Agricultura Familiar: O caso da comunidade de Boa Vista de Acará, Pará.

Gráfico 1	Principal fonte de renda entre as famílias entrevistadas.....	71
Gráfico 2	Espécies agrícolas e/ou extrativas mais frequentes nos quintais agroflorestais da comunidade de Boa Vista de Acará.....	73

Gráfico 3	Diferentes tipos de beneficiamento realizados pela comunidade para comercialização.....	74
Gráfico 4	Renda média mensal das 108 famílias entrevistadas na comunidade de Boa Vista de Acará.....	76
Gráfico 5	Formas de comercialização dos produtos da agricultura familiar da comunidade de Boa Vista de Acará.....	78
Gráfico 6	Atividade agrícola mais lucrativa para as famílias da comunidade de Boa Vista de Acará.....	79

LISTA DE TABELAS

Página

ARTIGO 1

Circuitos Curtos de Comercialização (CCC): Uma abordagem desde as experiências agroecológicas no território brasileiro.

Tabela 1	Dados gerais sobre os Grupos de Consumo Responsável em atividade, membros da Rede, até ano 2014.....	44
Tabela 2	Grupos de Consumo Responsável (GCRs) membros da Rede de Grupos de Consumo Responsável no Brasil. 2017.....	46

ARTIGO 2

Canais de comercialização da Agricultura Familiar: O caso da comunidade de Boa Vista de Acará.

Tabela 1	Principal atividade produtiva da população amostrada (108 questionários) 47 mulheres e 61 homens.....	70
----------	---	----

LISTA DE SIGLAS

AMAP.	<i>Associations pour le Maintien de l'Agriculture.</i>
APOVB.	Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista
ATER.	Assistência Técnica e Extensão Rural.
ASCOM/MDS.	Associação dos Servidores e Funcionários do Comércio do Brasil/Ministério de Desenvolvimento Social.
App.	Aplicativo.
Asimaf.	Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar.
Caisan.	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.
CCC.	Circuitos Curtos de Comercialização.
CCRU.	Coletivo de Consumo Rural Urbano.
CEPAL	<i>Comisión Económica para América Latina y el Caribe.</i>
COORDRESUEL	<i>Cooperativismo, Desarrollo Rural y Emprendimientos Solidarios en la Unión Europea y Latinoamérica.</i>
CONAB.	Companhia Nacional de Abastecimento.
Consea.	Conselho Nacional de Segurança Alimentar.
CSA	<i>Community Supported Agriculture</i> ou Comunidades que Sustentam a Agricultura
DAP.	Declaração de Aptidão.
DHAA.	<i>Derecho Humano a la Alimentación Adecuada.</i>
EMBRAPA.	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FUNAI.	Fundação Nacional do Índio.
IFPA.	Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
GCR.	Grupo de Consumo Responsável.
GPAA.	Grupo Gestor do PAA.
GRUCA.	Grupo para o Consumo Agroecológico.
IBGE.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDDS.	<i>International Development Design Summits</i>
IDEC.	Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor.
INCUBITEC.	Incubadora Tecnologia de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários.
INCRA.	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
OAC.	Organismo de Avaliação da Conformidade.
OPAC.	Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica.
OCS.	Organismo de Controle Social.
PA.	Estado do Pará
PAA.	Programa de Aquisição de Alimentos.
Pipsa.	Projeto de Intercâmbio de Pesquisas Sociais na Agricultura
PCTs.	Povos e Comunidades Tradicionais.
PPDRGEA.	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.
PNAE.	Programa Nacional de Alimentação Escolar.
PNUD.	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PRONAF.	Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar.
MAPA.	Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MDS.	Ministério de Desenvolvimento Social.
MICC.	Movimento de Integração Campo Cidade.
NCADR.	Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.
NEA.	Núcleo de Estudos em Educação e Agroecologia da Amazônia.
SAN.	Segurança Alimentar e Nutricional.
SAF.	Sistema Agroflorestal.
SEBRAE.	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SECTET.	Secretaria de Estado Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica do Pará.
SISCOS.	Sistema de Comercialização Solidária.
S.M.	Salário Mínimo.
SPG.	Sistema Participativo de Garantia.
UFPA.	Universidade Federal do Pará.
UFPel.	Universidade Federal de Pelotas.

SUMARIO

INTRODUÇÃO GERAL	17
Artigo 1: Circuitos Curtos de Comercialização (CCC): Uma abordagem desde as experiências agroecológicas no território brasileiro	25
Artigo 2: Canais de Comercialização da Agricultura Familiar: O caso da comunidade de Boa Vista de Acará, Amazônia paraense – Brasil	59
Artigo 3: Construção social de mercados na Amazônia paraense: Sistematização de experiências de circuitos curtos de comercialização na comunidade de Boa Vista de Acará..	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
APÊNDICES.	130

1. INTRODUÇÃO GERAL

O papel da agricultura familiar no desenvolvimento de sistemas agroalimentares mais sustentáveis está cada vez mais reconhecido nos debates internacionais sobre segurança e soberania alimentar (RETIÈRE, 2014). Assim, a agricultura familiar de base agroecológica, vem ganhando maior visibilidade nos últimos anos; porém, os produtos cultivados neste sistema de produção oriundos da agricultura familiar, enfrentam problemas nos processos de comercialização, fazendo com que a permanência das famílias agricultoras no sistema de produção com base na agroecologia, esteja relacionada com a viabilidade de comercialização de seus produtos (FINATTO e CORRÊA, 2010).

Desta forma a construção social dos mercados é um processo indispensável para articular a produção de alimentos de base agroecológica no contexto sociocultural e territorial, numa proposta de paradigma agroalimentar alternativo. Nesse sentido, Como menciona Balem *et. al.* (2018), os mercados de circuitos curtos são os canais estabelecidos para esse modelo alternativo.

Para Darolt (2013, p. 142) “os mercados locais e a comercialização em circuitos curtos associados à agroecologia podem ser a chave para conectar produtores e consumidores de alimentos ecológicos e uma forma de impulsionar o desenvolvimento local”.

Os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) tem sido entendidos tradicionalmente como as formas de circulação agroalimentar, com só uma ou nenhuma figura intermediária entre produção e consumo (LÓPEZ GARCÍA, 2012). Autores como Chaffote e Chiffolleau (2007), Darolt (2013), Resende de Melo (2017), entre outros, conceituam o termo CCC como uma forma de comércio baseada na venda direta de produtos de temporada, sem intermediários ou com um único agente de intermediação.

Entre tanto, outros autores como Sevilla *et. al.* (2012), Cabanes Morote e Gómez López (2014), sugerem que o número de intermediários não é a característica fundamental na definição de um CCC; tendo em conta que, na criação destes canais alternativos de intercâmbio, distribuição e comercialização de produtos agroalimentares, o que tem maior importância é as relações de conhecimento, proximidade relacional e confiança que se estabelecem entre os produtores e os consumidores.

Em relação com os fatores que possibilitam o surgimento dos CCC na atualidade, pode se destacar o interesse dos consumidores pela procedência e qualidade dos alimentos (CRAVIOTTI e SOLENO WILCHES, 2015). Este interesse, por conhecer a procedência e as formas de produção dos alimentos, se relaciona principalmente com os problemas atuais de

saúde ocasionados pela contaminação por agrotóxicos e outros produtos químicos utilizados na agricultura convencional e na fabricação de produtos industrializados.

Pois, enquanto antigamente só se podia comer comida, hoje há milhares de outras substâncias comestíveis com aparência de comida no supermercado (POLLAN, 2008); gerado pelo processo de modernização e industrialização da agricultura.

Após a sua origem, com o advento da Revolução Agrícola Neolítica, há uns 12 mil anos, a agricultura experimentou profundas transformações e várias trajetórias de evolução e diferenciação, que se configuram em duas séries evolutivas típicas básicas: a série evolutiva da agricultura da Europa Ocidental e a linha dos Sistemas Hidro agrícolas do Egito, da Mesopotâmia, do Peru, do México, da Índia e da China (PRESTES de LIMA e CARMO, 2006, p. 50)

Na agricultura itinerante europeia, por exemplo, tinha como base o sistema de derruba e queima, passando aos sistemas permanentes de alqueive¹ com pecuária associada, ao longo da antiguidade e da idade Média (PRESTES de LIMA e CARMO, 2006). Logo “entre os séculos XVIII e XIX, com as revoluções agrícolas dos tempos modernos, esse modelo de produção passou a ser substituído pelos sistemas sem alqueive da agricultura moderna ou da chamada Revolução Verde, baseados em insumos químicos e de origem industrial” (PRESTES de LIMA e CARMO, 2006, p. 50). Caso que se estendeu a diferentes lugares do mundo principalmente durante a década dos anos 1970.

Desta forma, com a imposição de um modelo de agricultura orientada a satisfazer o mercado moderno através de monoculturas em grandes extensões de terra e impulsionando a utilização de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes transgênicas, em busca de maiores lucros e redução da mão de obra, foram-se gerando varias problemáticas hoje evidentes. Entre estas problemáticas, pode se destacar os problemas de saúde pública, o deterioro ambiental e a perda da diversidade biológica, agraria e cultural.

Por outro lado, a especialização destes sistemas de produção de alimentos como discute Darolt (2013), fez com que muitos dos agricultores trabalhassem prioritariamente para abastecer a agricultura de mercado, sendo uma das transformações marcada pela modernidade que distanciou a cidade do campo e que potencializou o êxodo de famílias agricultoras que não conseguiram adaptar-se aos novos pacotes tecnológicos da revolução verde.

Este distanciamento entre o campo e a cidade, gerou um modelo de distribuição e comercialização dos alimentos baseado em circuitos longos, cheios de intermediários e distanciando cada vez mais os produtores dos consumidores, deixando o lucro nas mãos dos

¹ Na agricultura, alqueive é o estado de uma terra lavrada que se deixa descansar.

intermediários. Neste sentido a falta de aproximação entre produção e consumo, faz com que atualmente as famílias agricultoras de base agroecológica, enfrentem problemas na comercialização de seus produtos.

A partir destas considerações, se delimitou o problema da pesquisa, como o distanciamento cada vez maior entre produtores e consumidores de produtos de base agroecológica nas comunidades da Amazônia paraense, distanciamento que tem gerado problemas na permanência dos agricultores familiares em modelos de produção agroecológica, principalmente pela dificuldade de comercialização justa expressada na falta de mecanismos de escoamento de seus produtos, a presença marcada de atravessadores ou intermediários que ficam com grande parte do lucro e a relação de dependência dos agricultores familiares ao mercado, resultado de estas e outras variáveis interconectadas. E por outro lado, a dificuldade dos consumidores no acesso de produtos de qualidade, principalmente alimentos livres de agrotóxicos a preços acessíveis.

Tendo como eixo o problema da pesquisa, se construí o objetivo geral: Analisar as potencialidades e principais dificuldades na comercialização via circuitos curtos dos produtos da agricultura familiar em comunidades agroextrativistas da Amazônia paraense.

E neste sentido, se delimitaram os objetivos específicos assim:

- a). Realizar uma revisão de literatura sobre experiências locais e nacionais na construção social de mercados e circuitos curtos de comercialização agroecológica;
- b). Identificar as potencialidades e dificuldades na consolidação de canais ou circuitos curtos de comercialização, nas comunidades que trabalham com a cadeia produtiva da biodiversidade na Amazônia paraense, através da realização do diagnostico sócio produtivo e socioeconômico das famílias que compõem a comunidade de Boa Vista de Acará no estado do Pará;
- c). Sistematizar as experiências e aprendizados adquiridos na construção de circuitos curtos de comercialização na comunidade de Boa Vista de Acará.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de tipo qualitativo principalmente e quantitativa na parte do diagnostico realizado no segundo artigo, com base em dados coletados na comunidade de Boa Vista de Acará no estado do Pará, no período do ano 2018, através de entrevistas abertas e questionários semiestruturados.

As motivações para a realização desta pesquisa são varias: A primeira motivação está ligada a os interesses pessoais e de pesquisa da autora, que durante o curso de graduação em Biologia, pela *Universidad del Tolima* em Colômbia, participou de varias pesquisas orientadas ao conhecimento da historia natural da fauna silvestre, principalmente na linha da

ornitologia, e a busca de estratégias para garantir a preservação e conservação desta biodiversidade, o que gerou uma aproximação e interesse nos sistemas agroflorestais como mecanismos de desenvolvimento rural sustentável e preservação da biodiversidade. Assim, a participação no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares (PPDRGEA), proporcionaram as condições para a reflexão de algumas destas questões.

A segunda motivação se relaciona as experiências obtidas pela autora na construção social de mercados no norte de Argentina e o centro da Colômbia, o que gerou conhecimento sobre a importância de aproximar produtores e consumidores agroecológicos, já que esta ação contribui significativamente a que as famílias agricultoras se mantenham em estes modelos produtivos, assim, como permite que os consumidores tenham acesso a alimentos saudáveis e a preços acessíveis.

A terceira motivação se gerou graças ao trabalho que se vem desenvolvendo no Núcleo de Estudos em Educação e Agroecologia (NEA) do IFPA campus Castanhal, encurtando caminhos entre produtores e consumidores agroecológicos, através de uma experiência de comercialização via circuito curto entre a cooperativa de produtores orgânicos de Irituia e um grupo de consumo da comunidade acadêmica do IFPA campus Castanhal.

A quarta motivação relaciona-se a própria importância social e econômica que possui a agricultura familiar no Brasil e no mundo, assim como de contribuir no debate sobre segurança e soberania alimentar. Neste sentido, esta pesquisa traz discussões sobre a importância dos modelos de produção agroflorestal para preservação da biodiversidade, assim como do importante papel que desenvolve a agricultura familiar de base agroecológica nestes processos. Também se discute a produção para autoconsumo como fonte geradora de segurança alimentar tanto para os agricultores familiares como para a população de um determinado território; porém se ressalta a necessidade da construção social dos mercados via circuitos curtos, para promover os processos de comércio justo e economia solidária, assim, como contribuir no melhoramento da renda das famílias agricultoras.

A região de estudo desta pesquisa, é a região do Baixo Tocantins, localizada no Estado do Pará, que abrange uma área de 36.024,20 Km², sendo composta por 11 municípios; a cobertura vegetal na região é formada de floresta Ombrófila Densa, com áreas de matas, de várzeas e de igapós. Como comenta Almeida (2010), as Amazônias do Brasil são várias e nesse vasto mundo, o Pará é o segundo Estado em extensão territorial. “Uma parte dessa gente da Amazônia do Pará encontrou um rumo na vida na agricultura familiar. Uma espécie de retorno às origens” (ALMEIDA, 2010, p. 292). Pelo qual se determinou a área de estudo

como Amazônia paraense, tendo como “*Locus*” da pesquisa a comunidade de Boa Vista de Acará.

Desta forma, se desenvolveu este projeto de pesquisa em três artigos a seguir: O Primeiro artigo intitulado “*Circuitos Cortos de Comercialización (CCC): Un enfoque desde las experiencias agroecológicas en el territorio Brasileiro*”, escrito em espanhol e formatado com as normas da *American Psychological Association* (APA) sexta edição, com o objeto de publicar em revista latino-americana em algum país vizinho do Brasil, de fala hispana, buscando compartilhar as experiências na construção de CCC de produtos agroecológicos, no território brasileiro. Neste artigo se discute as formas de comercialização de produtos agroalimentares através de CCC, partindo da construção social de mercados, como ato político por parte dos produtores e dos consumidores de produtos agroecológicos. Para esta análise se fez uma revisão bibliográfica, abordando aspectos teóricos sobre a agroecologia e a construção social dos mercados, as características dos circuitos curtos de comercialização e os circuitos de comercialização em rede, os avanços nas políticas públicas e o mercado institucional no Brasil.

Também se destacam algumas experiências brasileiras na aproximação de produtores e consumidores de produtos agroecológicos e a contribuição dos Grupos de Consumo Responsável (GCRs) nesta aproximação junto com a consolidação da Rede Brasileira de GCR. Os resultados mostram que todas as experiências desde suas particularidades e diferentes estratégias usadas, têm desenvolvido um importante papel na promoção do comércio justo e a economia solidária.

O Segundo artigo “Canais de Comercialização da Agricultura Familiar: O caso da comunidade de Boa Vista de Acará, Amazônia Paraense-Brasil”, teve por objetivo conhecer os canais de comercialização dos produtos da agricultura familiar da comunidade de Boa Vista de Acará, localizada no município de Acará no estado do Pará (Brasil). Para isto empregou-se a aplicação de questionários, com o fim de proceder ao levantamento das informações socioeconômicas da comunidade abarcando questões referentes à produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Assim, o artigo aborda aspectos teóricos sobre a conceptualização da agricultura familiar, e debate a temática dos canais de comercialização e a inserção no mercado das famílias agricultoras; fazendo também uma caracterização da comunidade de Boa Vista de Acará, como local da Pesquisa. Nos resultados se discute os aspectos sócios econômicos da comunidade, a diversidade de produtos e formas de beneficiamento, a sazonalidade dos

produtos e sua relação com a renda mensal, as principais características dos processos de comercialização desenvolvidos pela comunidade e a relação consumo-venda.

No Terceiro Artigo “Construção social de mercados na Amazônia paraense: sistematização de experiências de circuitos curtos de comercialização na comunidade de Boa Vista de Acará, Pará” se faz a sistematização das experiências do período 2018-2019, sobre a consolidação dos CCC e a construção social dos mercados na comunidade de Boa Vista de Acará, usando uma metodologia própria, baseada nos métodos propostos por Berdegúe, Ocampo e Escobar (2000) e Holliday (2006). Na sistematização se descreve os atores envolvidos, os pontos de partida, a descrição das experiências através de uma linha do tempo, os pontos de chegada e seus elementos de contexto como a realização de feiras da agricultura familiar a nível local, a criação de catalogo de produtos, o calendário sazonal e o desenho de um aplicativo para comercialização de produtos *On-line*, assim como os aprendizados adquiridos na vivencia e a reflexão de fundo.

Deste terceiro artigo, se conclui que a inserção dos agricultores familiares no mercado, entre isto a construção social de mercados de circuito curto, ainda é um grande desafio, sendo que, muitas vezes, carecem de logística adequada para o transporte de seus produtos, nesse sentido, acabam não comercializando sua produção de forma eficiente. Também se destaca a importância do trabalho feminino em todas estas etapas, sendo relevante o papel da mulher nestes modelos de produção agroecológica, assim como da importância dos processos de comercialização gerenciados e coordenados pelas mulheres, como reconhecimento á seu trabalho e as formas como se relacionam com a natureza, gerando benefícios que vão além do território local.

Para finalizar, temos as “Considerações Finais” do presente estudo, o qual evidencia os desafios para as comunidades agroextrativistas da Amazônia paraense na construção social de mercados através de circuitos curtos de comercialização e propõe uma serie de recomendações que podem servir para a construção de CCC, fazendo articulações entre as organizações de agroextrativistas e agricultores familiares de base agroecológica das diferentes comunidades, grupos de consumo responsável e instituições acadêmicas e estaduais interessadas em contribuir no desenvolvimento destes processos.

Nesta ordem de ideias, considera-se importante este estudo, pois contribui na valoração e conhecimento das cadeias produtivas da biodiversidade desenvolvidas pelos agroextrativistas familiares e agricultores familiares da Amazônia paraense, que fazem parte do processo de desenvolvimento sustentável dessa região, ao tempo que busca promover melhores condições de acesso ao mercado através da aproximação entre produtores e

consumidores que visem à preservação de uma agricultura ecologicamente equilibrada, socialmente justa e economicamente viável. Essas informações podem ser utilizadas por entidades governamentais e instituições na construção de políticas públicas e desenvolvimento de ações que promovam o desenvolvimento sustentável do território.

Para Praly *et. al.* (2011) no seu estudo “*La notion de ‘proximité’ pour analyser les circuits courts*” (O conceito de ‘proximidade’ para analisar circuitos curtos) na França, ressaltam que a proximidade relacional é reconstruída, seja por um identificador territorial (na alimentação coletiva), reuniões com os produtores, informações sobre os modelos de produção, sempre com o objetivo de estabelecer confiança e construir a lealdade do consumidor. Entretanto, os autores destacam a importância do papel dos mediadores “relacionais” no compromisso da construção e mediação da proximidade relacional entre produtores e consumidores. Este mediador entendido como o agente que enlaça as duas partes, mediando na aproximação relacional através do conhecimento e informação, que vai além do propósito mercantil lucrativo. O qual pode ser visto desde as experiências em América do Sul, como as instituições de extensão, educação e pesquisa e/ou os grupos de consumo responsável (GCR) que fazem o papel de intermediação entre os processos de proximidade relacional, sendo em alguns casos indispensáveis para a manutenção dos CCC.

Como discute Praly *et. al.* (2011), o vínculo social e cultural entre produtores e consumidores garante a logística e a capacitação dos produtores, assim, o papel do intermediário “relacional” se revela como central para ativar a proximidade entre as partes. Craviotti e Soleno Wilches (2015), na sua pesquisa “*Circuitos cortos de comercialización agroalimentaria: un acercamiento desde la agricultura familiar diversificada en Argentina*”, analisaram os CCC que envolvem agricultores familiares da região pampiana, que apresentam até um intermediário entre produção e consumo. O análise permitiu concluir sobre as potencialidades dos CCC, como agente dinamizador nos modelos de produção agroecológica na agricultura familiar, ao aumentar as possibilidades de diversificar a mão de obra familiar com maior quantidade de membros da família, aumentando o valor agregado e sua capacidade de manobra, o que contribui na permanência dos agricultores familiares nestes modelos de produção. Porém, a ausência de uma dimensão organizativa pode chegar a limitar o alcance dos CCC, sendo necessários a intervenção e acompanhamento institucional ou organizativo em diferentes escalas, com instancias que excedam as estritamente locais.

Araújo *et. al.* (2013), em seu estudo “Potencial do Extrativismo da Castanha-do-Pará na Geração de Renda em Comunidades da Mesorregião Baixo Amazonas, Pará”, concluem que a mão de obra familiar é essencial para o equilíbrio no sistema que envolve extração,

transporte e armazenamento da castanha nos três municípios estudados; entretanto, a principal dificuldade está no transporte para a comercialização dos seus produtos com o consumidor final, fazendo com que o papel desempenhado pelos atravessadores ou intermediários, controle sobre os elementos decisivos nesta relação de mercado. Onde os atravessadores neste caso, controlam a maior parte do resultado da produção extrativa; logo, controlam o preço final do produto.

Apesar desta situação, pode-se depreender desta pesquisa, que o extrativismo da castanha-do Pará, nos três municípios estudados, apresentou viabilidade econômica para os extrativistas (ARAÚJO SILVA, *et. al.* 2013, p. 508).

Como analisam os autores citados, entre outros, a consolidação de processos de comercialização via circuito curto, é a estratégia para desenvolver mercados alternativos baseados no intercâmbio justo de produtos e serviços agroecológicos, através da aproximação dos produtores e os consumidores, sendo indispensáveis os processos de organização comunitária tanto por parte dos produtores, quanto dos consumidores, assim como do apoio técnico e logístico institucional ou governamental, para garantir o desenvolvimento exitoso dos CCC, através da construção social dos mercados com a participação dos diferentes atores sociais dos territórios.

Dos resultados obtidos durante a pesquisa, se ressalta o melhoramento das capacidades de produção das famílias agricultoras que participaram destes espaços, nas que se destaca o grande protagonismo da mulher na liderança dos processos de capacitação e construção de mercados, através das vivências na realização de feiras locais da agricultura familiar, mostrando a necessidade de continuar com o estudo destes canais alternativos de comercialização, de modo que se logre além de identificar, caracterizar e difundir as diversas modalidades existentes, estabelecer os obstáculos enfrentados pelos agricultores familiares, assim como as estratégias que se podem gerar para superar as dificuldades.

Este projeto fez parte do Projeto “Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará”, em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET) e o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares (PPDRGEA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

2. ARTIGO 1: CIRCUITOS CORTOS DE COMERCIALIZACIÓN (CCC): Un enfoque desde las experiencias agroecológicas en el territorio brasileiro

	Plantilla para presentar artículos REVISTA COOPERATIVISMO Y DESARROLLO	 EDICIONES Universidad Cooperativa de Colombia
---	--	--

CIRCUITOS CORTOS DE COMERCIALIZACIÓN (CCC): Un enfoque desde las experiencias agroecológicas en el territorio brasileiro

Ivonne Buenaventura

Bióloga. Estudiante de Maestrado em *Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares*, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará IFPA Campus Castanhal, Brasil. Correo electrónico: volandolibre7@gmail.com

Romier da Paixão Sousa

Doctor en Estudios Medioambientales. Profesor del *Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares*. (PPDRGEA) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) campus Castanhal/ Núcleo de Estudos em Educação e Agroecologia na Amazônia NEA, Castanhal, Brasil. Correo electrónico: romier.sousa.ifpa@gmail.com

José Daniel Gómez López

Doctor en Geografía. Profesor, Universidad de Alicante (España)/ Director del Grupo Internacional Oficial de Investigación “Cooperativismo, Desarrollo Rural y Emprendimientos Solidarios en la Unión Europea y Latinoamérica – COODRESUEL, Alicante, España. Correo electrónico: jd.gomez@ua.es

Resumen

En este artículo se discuten las formas de comercialización de los productos agroalimentarios de base agroecológica de familias agricultoras, a través de los circuitos cortos; partiendo de la construcción social de los mercados como acto político por parte de los productores y los consumidores. Para este análisis, se llevó a cabo una revisión bibliográfica sobre los aspectos teóricos de la construcción social de los mercados y las experiencias en el territorio brasileiro referidas a los circuitos cortos de comercialización (CCC). Los resultados muestran que todas estas experiencias desde sus particularidades y diferentes estrategias implementadas, han hecho una importante labor en la promoción del comercio justo y la economía solidaria. Sin embargo, se resalta los procesos de construcción social de mercados, que involucran familias agricultoras organizadas y grupos de consumo responsable, que han demostrado como las relaciones de proximidad, conocimiento y confianza, entre producción y consumo facilitan los procesos de comercialización a través de circuitos cortos de comercialización, con relación a otros canales como son el mercado institucional y programas de gobierno, que se componen de diferentes procedimientos burocráticos, que evidentemente dificultan la comercialización de los productos de la agricultura familiar.

Palabras clave

Circuitos cortos de comercialización, Construcción social de mercados, Cooperativismo y asociacionismo, Comercio justo.

SHORT MARKETING CIRCUITS (CCC): An approach from agro-ecological experiences in Brazilian territory

Abstract

This article discusses the forms of commercialization of agro-food products based on agro-ecological families of farmers, through short circuits; based on the social construction of markets as a political act by producers and consumers. For this analysis, a bibliographic review was made addressing theoretical aspects of the social construction of the markets and experiences in the Brazilian territory referring to short marketing circuits. The results show that all these experiences, from their particularities and different strategies implemented, have done an important job in the promotion of fair trade and the solidarity economy. However, the processes of social construction of markets are highlighted, involving organized farming families and responsible consumption groups, which have demonstrated how the proximity, knowledge and trust relationships between production and consumption facilitate the marketing processes through circuits commercialization short, in relation to other channels such as the institutional market and government programs, which are made up of different bureaucratic procedures, which obviously hinder the commercialization of family farming products.

Key words: Short marketing circuits, social market construction, cooperatives and associativism, fair trade.

CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO (CCC): Uma abordagem desde as experiências agroecológicas no território Brasileiro

Resumo

Este artigo discute as formas de comercialização de produtos agroalimentares de base agroecológica de famílias agricultoras, através dos circuitos curtos; a partir da construção social de mercados como um ato político pelos produtores e consumidores. Para essa análise, foi realizada uma revisão bibliográfica abordando aspectos teóricos da construção social dos mercados e experiências no território brasileiro referente a circuitos curtos de comercialização. Os resultados mostram que todas essas experiências, a partir de suas particularidades e diferentes estratégias, têm feito um trabalho importante na promoção do comércio justo e da economia solidária. Entretanto, ressaltam-se os processos de construção social de mercados, que involucram famílias agricultoras organizadas e grupos de consumo responsável, que tem demonstrado como as relações de proximidade, conhecimento e confiança, entre produção e consumo facilitam os processos de comercialização via circuitos curtos de comercialização, com relação a outros canais como o mercado institucional e programas de governo, que se compõem de diferentes procedimentos burocráticos, que evidentemente dificultam a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Palavras chaves: Circuitos curtos de comercialização, Construção social dos mercados, Cooperativismo e associativismo, Comércio justo.

Introducción

Los circuitos cortos de comercialización (CCC), según diferentes autores, son una forma de comercio basada en la venta directa de productos frescos o de temporada sin intermediario - o reduciendo al mínimo la intermediación - entre productores y consumidores (Chaffote y Chiffolleau, 2007; Darolt, 2013; Comisión Económica para América Latina y el Caribe CEPAL, 2014; Resende de Melo, 2017). Sin embargo, Sevilla, Soler, Gallar, Vara y Calle (2012), sugieren que el número de intermediarios no es la característica fundamental ni prioritaria en la definición de un circuito corto; teniendo en cuenta que la creación de estos canales de intercambio, permiten construir relaciones entre los que producen y los que consumen. En palabras de Cabanes Morote y Gómez López (2014), en los circuitos cortos de comercialización, “prima la horizontalidad, la confianza, el conocimiento, la información y la proximidad, (no solo espacial, sino sobre todo, relacional)” (p. 142).

Los agricultores siempre han tenido la opción de vender sus productos de forma directa al consumidor, entre tanto, este concepto de “circuito corto” nació formalmente en Japón en el año 1965, cuando un grupo de madres preocupadas por el uso excesivo de productos químicos en la agricultura, fundaron las primeras *teikei*² (alianzas) entre pequeños productores orgánicos y consumidores (CEPAL, 2014). “El *teikei* es más que una alianza, es un estilo de vida, donde cantidades y precios son combinados de manera consensuada amigable y justa entre productores y consumidores” (Giehl Zanetti von Dentz y Bender, 2016, p. 157).

Las primeras experiencias en la construcción de Comunidades que Sustentan la Agricultura (CSA) registradas, después de los llamados *Teikei*, en Japón, empiezan a hacerse visibles entre las décadas de 1980 y 1990, donde grupos de CSA se diseminan por todos los continentes (Urgenci, 2019). Principalmente en Norte América, Europa y Asia.

En Brasil, las iniciativas de CSA, están registradas desde 1997, siendo pionera la ciudad de Fortaleza, estado de Ceará, con el nombre de *Associação de Desenvolvimento da Pecuária Orgânica* (ADAO) (Yamamoto, 2006). Pero es desde el año 2011, que esta iniciativa se difunde conformando actualmente la Red CSA Brasil, que cuenta con grupos registrados en

² En la misma época se crearon en Suiza fincas comunitarias llamadas *food guilds*, y otro tanto se hizo después en Canadá y en los Estados Unidos con el modelo de *Community Supported Agriculture*. En Italia estos grupos son conocidos como *Gruppi di Acquisto Solidale*, en tanto que en Alemania se denominan *Landwirtschaftsgemeinschaftshof*. En Francia este concepto es impulsado desde 2002 por las asociaciones para la mantención de la agricultura campesina, AMAP (*Associations pour le Maintien de l'Agriculture Paysanne*), que se constituyen en diversos puntos del país en forma autónoma al Estado, por voluntad propia de los consumidores y productores. Este modelo no se opone a otras formas de comercialización, sino que es complementario. (CEPAL, 2014, p. 7).

gran parte del territorio nacional, principalmente en la zona centro-sur e sur-este del país. En el norte de Brasil, en consulta reciente (noviembre 2019) se encuentran 3 grupos consolidados distribuidos en los estados de *Amazonas, Pará y Maranhão*. Entre estos, encontramos la CSA Iandê, ubicada en la Amazonía paraense.

Estas CSA son experiencias significativas en la consolidación de los circuitos cortos de comercialización (CCC). En palabras de González Calo, Giménez, Ramos Real y Renting (2012), los CCC hacen referencia a un “conjunto de iniciativas que giran en torno a la producción, distribución y consumo de alimentos, que se desarrollan, en la mayoría de los casos, como alternativas a otras formas más extendidas de estas actividades” (p.193). Asociadas a los procesos de construcción de redes alimentarias, así como a la articulación de respuestas colectivas basadas en un conjunto de demandas sobre la sostenibilidad de los sistemas agroalimentarios, la distribución de beneficios en la cadena, y el debilitamiento de los vínculos entre consumidores y sus fuentes de alimentación.

En este sentido, el circuito corto de comercio agroalimentario se encuadra como una opción que contribuye al desarrollo local, una vez que se trata de un mercado en sintonía con la concepción de desarrollo regionalizado (Resende de Melo, 2017). Sin embargo, es importante tener en cuenta que las formas sociales campesinas no son ecológicamente inocentes y socialmente justas en todas las ocasiones; las desigualdades y las lógicas de poder dentro de las comunidades campesinas también existen y reproducen los mismos vicios y problemas que la sociedad urbana, puesto que ambas comparten y están influenciadas por la cultura hegemónica (Calle Collado, Gallar y Candon, 2013).

Mismo así, los CCC se presentan como una alternativa viable de acceso a los mercados para que los agricultores familiares puedan movilizar su producción e impulsar el desarrollo de su localidad (Andrade, 2016). De manera que, reinventar los mercados locales, aproximar productores y consumidores, y estimular la compra de alimentos de base ecológica en CCC son algunos desafíos para crear un modelo de consumo alimentario ecológicamente correcto (Darolt, 2013).

En este contexto, la proliferación de este tipo de experiencias nos invita a la reflexión sobre cuál es su contribución actual a los procesos de desarrollo rural (González Calo et al. 2012). Y de esta forma, como afirman Darolt, Lamine y Brandenburg (2013):

Abrir espacios para la discusión de nuevas propuestas de desarrollo local que incorporen no apenas variables técnico-productivas, económicas y ambientales, sino también valores sociales, éticos y culturales; principios como autonomía, solidaridad, seguridad alimentaria, justicia social, respeto a la cultura y tradiciones locales, así como a la reconexión entre productores y consumidores. (p.12). (Traducción propia).

En palabras de González de Molina y Caporal (2013), la agroecología tiene una dimensión práctica o política que resultan inseparables; y es en esa medida que, la agroecología política se desenvuelve como campo disciplinar que se ocupa del diseño y producción de acciones, instituciones y normas tendentes a lo largo de la sostenibilidad agraria.

Por otro lado, el movimiento agroecológico busca alternativas para minimizar los daños ambientales y aumentar la participación de los agricultores en los mercados, así como incentivar la autonomía del agricultor en el mercado y la valorización de la agrobiodiversidad (Viegas, 2016), evidenciando “la contribución de tales prácticas para el desarrollo de territorios rurales en especial, para el mantenimiento de la agricultura familiar y la preservación de los recursos ambientales y culturales de las comunidades tradicionales” (Guzzati, Sampaio y Turnes, 2014, p. 363). (Traducción propia).

Para Boaventura (2002), el éxito de estas experiencias alternativas de producción y de organización comunitaria, en lo que se dice respecto a la realización de su potencial emancipador, depende, en buena medida, de su capacidad de integrar procesos de transformación económica y cambios culturales, sociales y políticos, construyendo redes de colaboración y apoyo mutuo, y estableciendo lazos con un movimiento social más amplio.

Desde esta perspectiva, este artículo tiene como objetivo presentar algunas experiencias que ocurren en el territorio brasileiro dentro de la comercialización de productos de la agricultura familiar y a través de circuitos cortos, así como contextualizar las bases de estas experiencias en la construcción social de los mercados, resaltando el papel de las cooperativas y asociaciones como iniciativas y experiencias de la economía social y solidaria.

Así, esta investigación se fundamenta en autores que tratan la temática de la construcción social de los mercados y la agroecología política. Entre ellos, Singer (2002), Germany (2003), Calle Collado et al. (2013), González de Molina y Caporal (2013) y Schubert y Schneider (2016). También autores que se ocupan del estudio de los circuitos cortos de comercialización como Vivas (2008), González Calo et al. (2012), Darolt (2013), Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), Cabanes Morote y Gómez López (2014), Viegas (2016), entre otros.

Metodología

Los procedimientos metodológicos para la elaboración de este artículo consistió en la lectura, análisis y selección bibliográfica obtenida a lo largo de la Maestría (Master) Profesional en *Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos*

Agroalimentares cursada en el *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará* (IFPA) campus *Castanhal*, (Pará-Brasil), en convenio con el Grupo Oficial Internacional de Investigación “Cooperativismo, Desarrollo Rural y Emprendimientos Solidarios en la Unión Europea y Latinoamérica– COODRESUEL” de la Universidad de Alicante (España), durante el año 2017.

También se consultaron otros fondos bibliográficos que tratan sobre el tema objeto de este artículo, y se analizaron datos cualitativos, procedentes de bases primarias del trabajo de campo en diferentes comunidades de la región amazónica paraense, donde se localiza e actúa el IFPA campus *Castanhal*.

La Agroecología y la construcción social de los mercados

Como menciona Perez Cassarino y Duarte Damasco Ferreira (2013), la agroecología pasa a integrar en sus propuestas la búsqueda de formas alternativas de comercialización de los productos con el objetivo de permitir mejores condiciones en la construcción de mercados por parte de los agricultores y, por otro lado, posibilitar mayores condiciones de acceso a los alimentos ecológicos por parte de los consumidores.

Así, las experiencias que se han desarrollado frente a la construcción social de los mercados, son iniciativas que vienen estructurando los procesos diferenciados de desarrollo rural, basados en la construcción de sistemas agroalimentarios alternativos a escala local, que buscan y realizan articulaciones regionales, nacionales e internacionales, teniendo como uno de los pilares de sustento la construcción de circuitos de proximidad para los procesos de comercialización, y la valorización de los mercados locales (Perez Cassarino y Duarte Damasco Ferreira, 2013). Entre tanto, los mercados son cada vez más conformados por normas restrictivas establecidas por los propios Estados. Un ejemplo de estas normas puede ser observado en la certificación de la producción orgánica, que es uno de esos mecanismos que coloca dificultades a los agricultores ecológicos (Becker, da Silva y Mielke, 2013).

En Brasil, la certificación de la producción orgánica es regulada por la Ley 10.831/2003 y por la instrucción normativa 19/2009. Estos dispositivos legales establecen tres mecanismos posibles para certificar la calidad orgánica: Organismo de Evaluación de Conformidad (OAC), Organismo Participativo de Evaluación de Conformidad (OPAC) y Organización de Control Social (OCS). El reconocimiento oficial de los sistemas participativos de garantía, representa una conquista de las organizaciones sociales que trabajan con la producción ecológica en Brasil, teniendo inclusive una significativa repercusión internacional (Becker, da Silva y Mielke, 2013, p. 20). (Traducción propia).

Como sugieren Finnatto y Correa (2010), las asociaciones y cooperativas desempeñan una función fundamental que favorece la comercialización de los productos orgánicos

procedentes de la agricultura familiar, facilitando la inserción de los agricultores en los mercados locales y regionales, prestando asistencia técnica y promoviendo la realización de cursos; lo que contribuye a la permanencia de los agricultores en este sistema de producción así como, al aumento en la oferta de los productos.

Por otro lado, comprender las formas y los medios por los cuales estos mercados son contruidos, desmitifica la idea de que la oferta es formada solamente por los agricultores y su disposición a comercializar. Puesto que, como discuten Schubert y Schneider (2016), también es formada por la disponibilidad de un espacio público, por su organización social y por las articulaciones políticas.

En este sentido, es importante resaltar que cuando el consumidor compra algo, está contribuyendo para financiar la cadena de producción (distribución – comercialización – consumo), de aquel producto, generando impactos económicos, ambientales y sociales, positivos o negativos. Por tanto, escoger qué consumir puede ser entendido como un acto político (Instituto Kairós, 2017). Teniendo en cuenta esto, es necesario entender que nuestras elecciones a la hora de consumir, no deben ser comprendidas como un acto individual. Nuestro consumo afecta a la sociedad de la cual somos parte (Régo, 2017).

Circuitos cortos de comercialización y circuitos de comercialización en red

Las formas de comercialización y/o distribución de productos agroalimentarios que aproximan la producción del consumo, se basan en relaciones solidarias. Así, “El fenómeno de la economía solidaria tiene semejanzas con la economía campesina. En primer lugar, porque las relaciones sociales de producción desarrolladas en los emprendimientos económicos solidarios son distintas de la forma asalariada” (Germany Gaiger, 2003, p. 191). (Traducción propia).

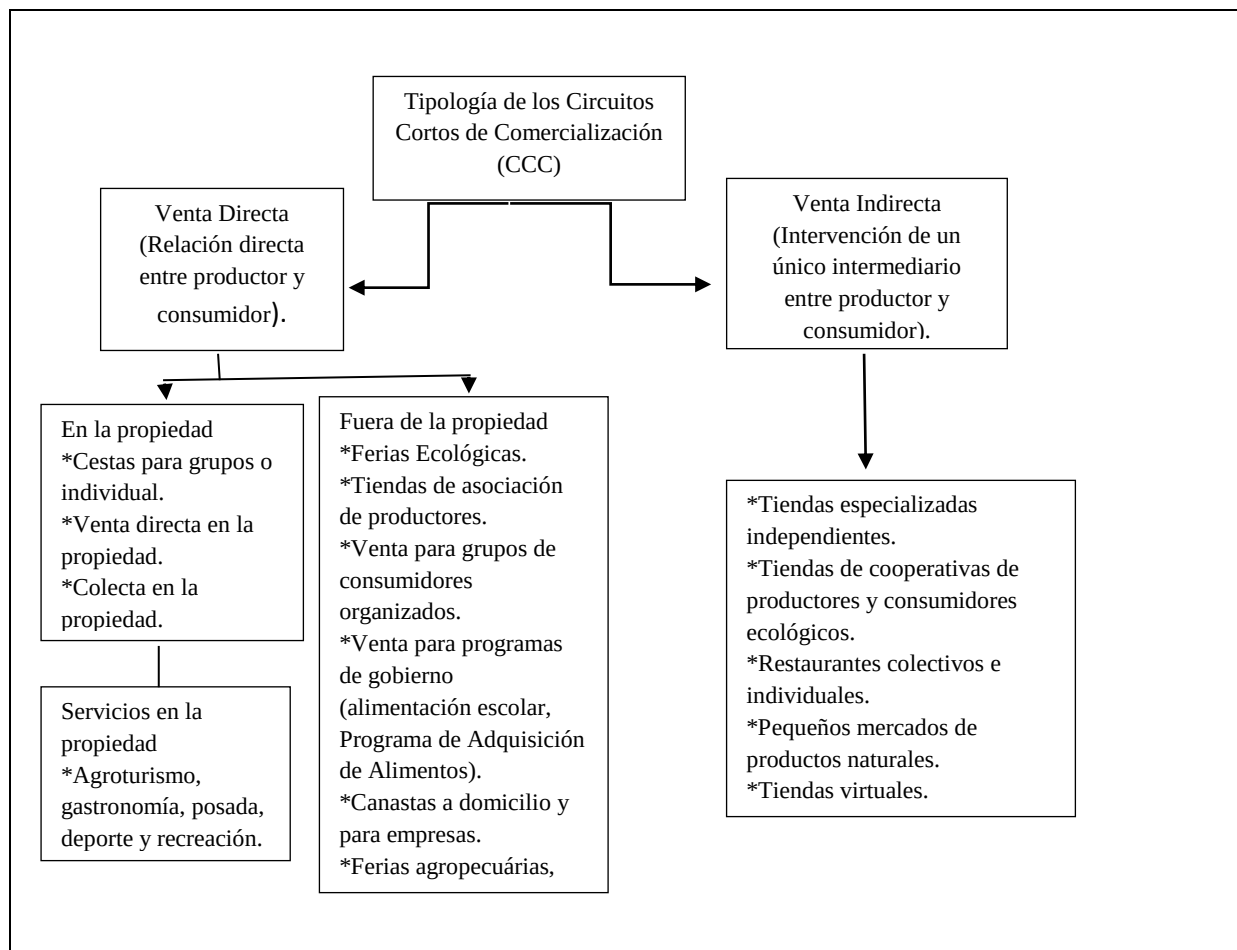
Las estrategias de solidaridad en los procesos de cooperación social que construyen estilos alimentarios (canales de producción, distribución y consumo) equitativos y sostenibles, son una característica de las prácticas de producción y de la forma de vida de los campesinos. Siendo la cooperación social un referente de las estrategias colectivas en la satisfacción de las necesidades básicas, éstas vienen marcadas en el pasado, por la confianza, en el presente por el apoyo, y en el futuro, por la reciprocidad (Calle Collado *et al.* 2013).

Darolt (2013), señala que la venta directa de productos locales para alimentación, es una práctica antigua, aunque sufrió una transformación radical a partir del siglo XX con la intensificación y especialización agrícola (nuevas tecnologías, mecanización, introducción de agroquímicos y monocultivos).

Actualmente, los sistemas productivos que venden sus productos a través de los circuitos cortos en los mercados locales, proceden mayoritariamente de la agricultura familiar que se caracteriza por una mano de obra familiar encargada de realizar diferentes tareas (producción, transformación, comercialización) con el fin de disminuir costos y agregar valor al producto (Darolt, 2013).

Según algunos autores como Chaffotte y Chiffolleau (2007) y Darolt (2013) se pueden distinguir dos casos de CCC: la venta directa cuando el productor entrega directamente los productos al consumidor, y la venta indirecta vía un único intermediario, siendo este o bien otro productor, o una cooperativa o una asociación comunitaria (cuadro 1).

Cuadro 1
Tipología de los circuitos cortos de comercialización (CCC).



Nota: Tomado de *Circuitos Curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores* (M. R. Darolt). 2013.p. 143. En: *Agroecologia. Práticas, Mercados e Políticas para uma nova Agricultura*. (P. A. Niederle, L. de Almeida y F. Machado Vezzani. Orgs.). 2013. Kairós. 393p. Adaptado de Chaffotte y Chiffolleau (2007) y Mundler (2008) Traducción propia.

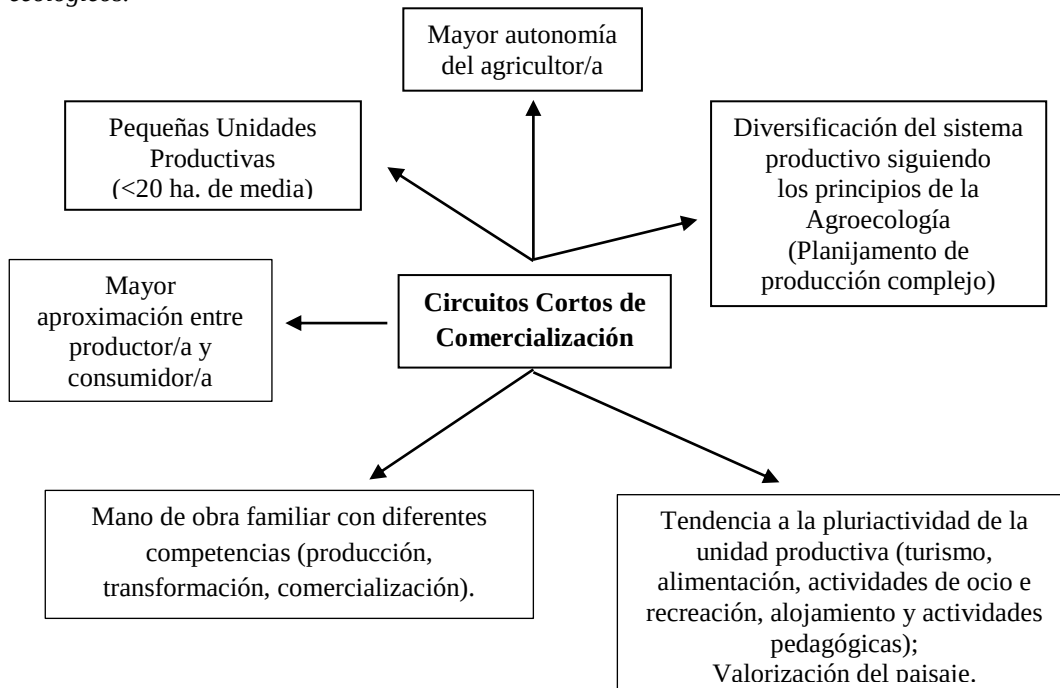
Sin embargo, los CCC pueden ser analizados desde diferentes perspectivas. Para Marsden, Banks y Bristow (como se citó en Cabanes Morote y Gómez López, 2014), existen tres principales tipos de CCC:

- Venta directa (cara a cara): donde la venta la realiza directamente el productor o productora (incluyendo ventas *On line*).
- Por proximidad espacial: comercialización de productos producidos en la misma región.
- Espacialidad extendida: cuando los productos comercializados no son producidos en la misma región, pero existe un conocimiento sobre su valor y significado que aproxima los consumidores a los productores.

Estos CCC además de favorecer la aproximación entre productores y consumidores, también facilitan la inserción de la producción de pequeñas unidades de producción, donde interactúa la mano de obra familiar en sus diferentes categorías (hombres, mujeres, niños, niñas, ancianos y ancianas), así como la diversificación de los sistemas de producción, dando mayor autonomía a las familias agricultoras para desarrollar la pluriactividad, como lo ilustra Darolt (2013) (cuadro 2).

Cuadro 2

Características de las unidades productivas que trabajan con circuitos cortos de comercialización de alimentos ecológicos.



Nota: Tomado de “Circuitos Curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores”. (M. R. Darolt). 2013.p. 150. En:”Agroecologia. Praticas, Mercados e Políticas para uma nova Agricultura. (P. A. Niederle, L. de Almeida y F. Machado Vezzani. Orgs.). 2013. Kairós. 393p. Traducción propia.

En este contexto, los agricultores para mantenerse en los diferentes canales de comercialización, tienen que adaptarse para atender la demanda de los consumidores en diversidad, cantidad y regularidad, implementando nuevas formas de comercialización como los Circuitos en Redes, que representan uno de los tipos de CCC basados en la espacialidad extendida como ya se mencionó anteriormente.

Una experiencia exitosa de comercialización en red, está siendo la Red Ecovida, de Agroecología que actúa en los estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, y Paraná, localizados en la Región Sur de Brasil. Esta Red está permitiendo el intercambio y la circulación de productos entre los estados, además de atender la diversidad, manteniendo regularidad y calidad biológica de los productos, ya que se trabaja exclusivamente con productos certificados de forma participativa (Darolt, 2013).

Otra experiencia importante de comercialización en red, se realiza en el nordeste paraense (estado de Pará), en la Región Norte de Brasil, proceso que envuelve el fortalecimiento de acciones del *Núcleo de Estudos em Educação e Agroecologia da Amazônia* (NEA), y de la *Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e*

Empreendimentos solidários (INCUBITEC) del IFPA – Campus *Castanhal*, como espacios de construcción, generación y diseminación de conocimientos agroecológicos y de economía solidaria, a través de una acción de comercialización de productos orgánicos entre la *Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares de Irituia* y el Grupo de Consumo del IFPA Campus *Castanhal* (Chavante, Gonçalves, Freitas, Sousa y Amaral, 2017). Aunque esta red hasta el momento no está enlazando a varios estados, articula diferentes municipios del estado teniendo en cuenta que el estado de Pará es uno de los estados más grandes del Brasil (casi igual al área del territorio colombiano).

Políticas públicas y Mercado institucional

Como mencionan Caporal y Petersen (2012, p. 66) “Las iniciativas de Políticas públicas que son favorables a una transición agroecológica, hasta el momento, son puntuales y no responden a lo que podríamos entender teóricamente como política pública aunque si, como fragmentos aislados de iniciativas incluidas en proyectos y programas” (Traducción propia).

A pesar de ello, y en un contexto en que los sistemas agroalimentarios son dominados por un número cada vez menor y más poderoso de grandes empresas transnacionales para las cuales los alimentos son una oportunidad más de negocio, generación de lucro, y acumulación de riquezas, Brasil en los años 2011 y 2012 con la construcción del marco de referencia de educación alimentaria y nutricional para las políticas públicas, ingresó en un período de construcción de su agenda pública de Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN), que como comenta Ferreira de Moura, (2017), posibilitó avances a la protección y la garantía del derecho humano a la alimentación adecuada (DHAA).

Este marco es fruto de una construcción participativa de ciudadanos, profesionales, gestores, representantes de la sociedad civil, profesores y académicos que se dedican al tema, comparten y creen que la Educación Alimentaria y Nutricional contribuye a la realización del Derecho Humano a la Alimentación Adecuada y para la construcción de un Brasil saludable. (Secretaría Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional [SAN], 2012, p. 6).

Si bien este marco de referencia se consolidó entre los años 2011 y 2012 Ferreira de Moura (2017), resalta que a partir del año 2003 Brasil pasó a ganar notoriedad en lo que se refiere a las políticas de apoyo a la agricultura familiar y promoción de la seguridad alimentaria y nutricional; con el surgimiento del Programa Hambre Cero - 2003, reestructurando el Consejo Nacional de Seguridad Alimentar (Consea) – gestión entre el Estado y la Sociedad Civil – y creando la Cámara Interministerial de Seguridad Alimentaria y Nutricional (Caisan), envolviendo varios ministerios, con el papel de coordinar la política SAN que promovió el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y el Programa Nacional

de Alimentación Escolar (PNAE). Este último ya tenía una larga trayectoria en las políticas públicas brasileiras. Más concretamente en 1995, cuando fue firmado el Decreto n° 37.106, que instituyó la Campaña de Merienda Escolar (Ferreira de Moura, 2017).

El PAA en el año 2016 benefició a 29.318 familias en todo Brasil. Esas familias están compuestas por un público muy diversificado que incluye a agricultores familiares, *asentados*³ de la reforma agraria, silvicultores, acuicultores, extractivistas, pescadores artesanales, comunidades indígenas, integrantes de comunidades remanecientes de *quilombos*⁴ (Afro descendientes) rurales y demás pueblos y comunidades tradicionales (PCTs) que atienden a los requisitos previstos en el artículo 3° de la Ley n° 11.326, del 24 de julio de 2006 (*Compêndio de Estudos Companhia Nacional de Abastecimento* [CONAB], 2017).

Sin embargo, a pesar de la importancia del PAA es notable la preocupación de los agricultores y técnicos sobre la inestabilidad de este mercado. (Finatto y Correa, 2010); teniendo en cuenta todos los procedimientos burocráticos para conseguir hacer parte del Programa. En este sentido, para participar del Programa individualmente, los beneficiarios proveedores deben poseer la Declaración de Aptitud (DAP) del Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF). Ya las organizaciones de agricultores para participar del PAA, además de poseer la DAP al PRONAF, también necesitan otros documentos definidos por el Grupo Gestor del PAA (GPAA). Para la mayor parte de los agricultores familiares, la DAP puede ser obtenida junto a las Instituciones previamente autorizadas entre las cuales se encuentran las entidades oficiales de Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER), o las Federaciones y Confederaciones de Agricultores a través de sus sindicatos (*Associação dos Servidores e Funcionários do Comercio do Brasil/ Ministério de Desenvolvimento Social* [ASCOM/MDS], 2012).

Para públicos específicos, la DAP también puede ser facilitada por otras organizaciones y entre ellas: la Fundación Nacional del Indio (FUNAI), para poblaciones indígenas; la Fundación Cultural Palmares, para poblaciones de remanecientes de *Quilombos*; el Ministerio de Acuicultura y Pesca o la Federación de Pescadores y sus colonias afiliadas, para

³ Trabajadores rurales, sean estos campesinos, afro descendientes o comunidades indígenas que han ocupado o recibido por parte del estado, una parcela para construir sus casas y explotarla para su sustento utilizando exclusivamente la mano de obra familiar.

⁴ Las comunidades conocidas en Brasil como “*Remanescentes de quilombos*” o “*quilombolas*” son constituidas por los descendientes de esclavos negros africanos que, en el proceso de resistencia a la esclavitud, originaron grupos sociales que ocupan un territorio común y comparten características culturales hasta los días de hoy.

pescadores artesanales; el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria INCRA, para *asentados* de la reforma agraria (ASCOM/MDS, 2012).

Este mercado institucional podemos entenderlo como un consumidor colectivo dentro de un circuito corto de comercialización, considerado también como venta directa al gobierno brasileiro. Así, a través de programas gubernamentales como el PAA y el PNAE, los alimentos de base ecológica son comprados directamente de los agricultores familiares o de las asociaciones y cooperativas de productores que llegan hasta las poblaciones vía entidades de asistencia social del gobierno y escuelas públicas. Son programas que se insertan en las políticas públicas orientadas a la seguridad alimentaria y nutricional. (Darolt, 2013).

La Modalidad de Compra Institucional fue una innovación del Decreto nº 7.775/2012. Su finalidad es garantizar que Estados, Distritos Federales y Municipios, además de órganos federales también puedan comprar alimentos de la agricultura familiar con sus propios recursos financieros, eximiéndose de la licitación, para atendimento de las demandas regulares de consumo de alimentos. Pudiendo ser abastecidos hospitales, cuarteles, presidios, restaurantes universitarios, comedores de guarderías y escuelas, entre otros. (ASCOM/MDS, 2012, p. 22). (Traducción propia).

Algunas experiencias brasileiras en la aproximación de productores y consumidores agroecológicos

Un importante y representativo número de familias agricultoras en Brasil, por diversas razones, vienen adoptando los principios agroecológicos en sus unidades de producción. La inserción diferenciada de esas familias en los mercados, es una necesidad y no apenas una opción, ya que los circuitos convencionales de comercialización subordinan los agricultores a los complejos agroindustriales y a los grandes conglomerados de alimentos (Becker *et al.* 2013). De manera que, en respuesta a esta circunstancia, actualmente la comercialización en circuitos cortos tanto en Brasil como en otros lugares del mundo, viene creciendo de forma significativa.

Una investigación realizada en 2012 por el Instituto Brasileiro de Defensa del Consumidor (Idec) identificó 140 ferias ecológicas certificadas en 22 de las 27 capitales brasileiras (Darolt et al. 2013).

Además de estas ferias ecológicas certificadas, otras iniciativas se vienen desarrollando en las comunidades con el apoyo de las Universidades e Institutos Federales así como, instituciones de educación e investigación que desde la construcción de diversos proyectos, han contribuido a la aproximación de productores y consumidores que hacen realidad la economía solidaria y el comercio justo. Entre estas experiencias cabe mencionar:

Comunidad quilombola Mandira en Cananéia/ SP.

Una tesis doctoral en Ciencias titulada “*Políticas públicas agroecológicas para comunidades quilombolas: um estudo de caso a partir do território*” de la Universidad de São Paulo, desarrollada durante el período 2011 – 2014 muestra la evaluación de dos proyectos agroecológicos realizados en la comunidad. Un proyecto orientado al manejo de los recursos marinos y otro orientado al manejo de los sistemas agroforestales. Como muestra Navas da Silva (2014), el proyecto de manejo de recursos marinos proporcionó inicialmente más sostenibilidad a las actividades y agregó valor a partir de la creación de una cooperativa.

Sin embargo, el proyecto de manejo de recursos marinos, tuvo indicios de una reducción de la producción para el autoconsumo así como, una mayor dependencia del mercado tanto para la comercialización como para la obtención de alimentos. Diferente resultado tuvo el proyecto de sistemas agroforestales, que proporcionó mayor diversidad de productos tanto para el consumo como para la comercialización, ésta última, realizada en una feria agroecológica, lo que permitió generar más autonomía, renta y una alimentación saludable; lo que indico que el enfoque territorial en la acción de políticas públicas agroecológicas pueden contribuir a resultados más eficaces y sostenible.

Creación de una asociación de agricultores agroecológicos.

En el municipio de Pelotas, estado de Rio Grande do Sul, la creación de una asociación de agricultores de base ecológica, fue fundamental para viabilizar la producción e impulsar su expansión en el municipio (Finatto y Correa, 2010). Con la consolidación de la iniciativa y la organización de los agricultores, surgió la necesidad de transformar la asociación en cooperativa. De acuerdo con los entrevistados, la principal ventaja de esa conversión sería la posibilidad de comercializar los productos para los programas institucionales como el PNAE y el PAA, ya que la asociación, por cuestiones normativas, no podría acceder a este mercado (Finatto y Correa, 2010).

Como mencionan estos autores, además de las asociaciones y cooperativas de agricultores los grupos de investigación y extensión vinculados a la Universidad Federal de Pelotas – (UFPel) (tanto de las ciencias agrarias como de las ciencias humanas/sociales), y la Empresa Brasileira de Investigación Agropecuaria (EMBRAPA), también han contribuido en este proceso, demostrando la importante interrelación existente entre las organizaciones sociales de agricultores, las organizaciones de grupos de consumo consciente, y las Instituciones de educación e investigación.

Esta iniciativa también contribuyó a que el número de ferias-libres realizadas en Pelotas, se expandiera de forma considerable. Actualmente, existen cuatro puntos de ferias realizadas semanalmente. El precio cobrado por los productos comercializados en la feria-libre ecológica es prácticamente el mismo de aquel existente en la feria convencional, favoreciendo el acceso de la población de menor poder adquisitivo (Finatto y Correa, 2010).

Cooperativa Coofeliz.

En el municipio de Espera Feliz, estado de Minas Gerais, se creó la cooperativa (Coofeliz) en 2006 con el objetivo de promover la comercialización de los agricultores familiares locales que, hasta entonces, era realizada por la Asociación Intermunicipal de la Agricultura Familiar (Asimaf) (Gomes da Silva y Gomes Amorim Junior, 2013).

Estos agricultores hicieron una innovación muy interesante denominada “Vale Solidario” a partir de las dificultades que habían presentado para recibir el pago por los productos entregados para la venta a programas gubernamentales; ya que existe una serie de procedimientos (emisión de nota fiscal, prestación de cuentas y finalmente la liberación de los recursos) que hace con que los agricultores reciban el pago a partir de 30 a 60 días después de la entrega de los productos.

Para garantizar la viabilidad del movimiento económico, la Coofeliz creó, en 2011 el “vale solidario” que funciona de la siguiente manera: el agricultor entrega su producto y recibe una nota con la relación del valor de los productos entregados. El vale solidario es elaborado en ese valor, que puede ser sacado en determinada fecha en la cooperativa de crédito o repasado por el agricultor como moneda en uno de los comercios adheridos al convenio (Finatto y Correa, 2010), como supermercados, tiendas de ropas, tienda de materiales de construcción, gasolineras, farmacias, tiendas de productos agrícolas, papelerías y panaderías. El caso de Espera Feliz es emblemático para comprobar que el mercado es un proceso de construcción social.

Sociedad Cooperativa Motirõ.

En el litoral del estado de Paraná (Sur de Brasil), a través del proyecto “Redes de comercialización: Consolidando vínculos entre agricultores y consumidores de productos Agroecológicos”, se han desarrollado actividades relacionadas con el estímulo de la agricultura familiar y agroecológica así como, su relación con los ciudadanos urbanos a través de formas diferenciadas de interacción no centradas solamente en el aspecto mercantil. Estas

actividades persiguen estimular la construcción de lazos solidarios entre los habitantes de las ciudades y del campo.

Este proyecto que dio sus primeros pasos en el año 2011 tres años más tarde, ya había alcanzado una serie de conquistas como la consolidación de varias ferias en el litoral paranaense. Entre ellas, la Feria en *Matinhos*, la Feria del productor en *Morretes* y la Feria de *Antonina* que son formas de comercialización directa (Sociedade Cooperativa Motirão, 2014).

Grupo de Consumo Rede Moinho.

Según Régo (2017) a *RedeMoinho* es un grupo de consumo responsable que está localizado, desde el año 2008, en Salvador capital del estado de Bahía. Su principal objetivo es articular la producción y el consumo, liberando a las personas del comercio de intermediarios a través de la comercialización e incremento de valor vía manipulación y transformación de productos obtenidos mediante una producción socialmente justa, ambientalmente sostenible y biológicamente saludable. Todo ello, teniendo como fin, la mejora de la calidad de los productos, principalmente alimentos, y de los precios de esos productos; además de las facilidades en su abastecimiento.

Comercialización Solidaria SISCOS.

En *Alta Floresta*, estado de *Mato Grosso*, el Instituto *Ouro Verde*, entidad de apoyo responsable por la estructuración del Sistema de Comercialización Solidaria (SISCOS), busca la aproximación entre los dos actores principales del proceso de comercialización como son el productor y el consumidor (Paglioco y Alves, 2017).

Como mencionan los anteriores autores, el SISCOS tuvo como enfoque contribuir para mejorar la renta de los agricultores familiares a partir de la venta de productos diversificados, frescos, libres de agro tóxicos y con precios accesibles. Con 27 unidades de producción vinculadas y aproximadamente 200 consumidores asociados, los principales productos comercializados son las hortalizas, frutas, huevos, lácteos, panes y dulces.

“¿Qué tipo de consumo queremos inducir?” Esta pregunta está siempre presente en las reuniones y encuentros de los grupos que pertenecen al SISCOS. Su objetivo es reflexionar sobre la marcha del grupo, ya que envuelve una acción de contraflujo al consumismo. (Paglioco y Alves, 2017).

Red Ecológica.

La Red Ecológica es un grupo de consumo responsable de Rio de Janeiro. Inició sus actividades a partir del 2001, teniendo como referencia una asociación de consumidores pionera en el Brasil, la Coonatura (Bensadon y Langenbach, 2017). Actualmente, la Red Ecológica funciona en once núcleos de la ciudad de Rio de Janeiro (zonas Sur, Norte y Oeste), además de otras ciudades como *Itaipava (Petrópolis y Teresópolis)*, *Niterói* y *Nova Iguaçu*. En los últimos cuatro años expandió su presencia de compras colectivas, también en ferias; y se insertó en el movimiento social agroecológico, participando de la gestión del *Conselho de Segurança Alimentar* (Consea-Rio) además de integrar la Campaña contra los Agro tóxicos, la Articulación de Agroecología en Rio de Janeiro, la Red Carioca de Agricultura Urbana y la Red Brasileira de Grupos de Consumo Responsable (Bensadon y Langenbach, 2017).

Región Metropolitana de Belém.

Si bien, en la región Norte del país, estos movimientos tardaron más tiempo en manifestarse, en la región metropolitana de Belém, ubicada en la Amazonía paraense, se desarrollan actualmente varias experiencias, entre estas se puede resaltar las ferias de productos orgánicos en la ciudad de Belém (*Pará Orgânico*), que desde el año 2003, realizan ferias (mercados) todas las semanas en tres puntos diferentes de la ciudad: *Praça Batista Campos*, *Praça Brasil* y *Shopping Grão Pará*. En estos mercados se encuentran variedad de productos como frutas, vegetales, granos, semillas, cereales, miel, gallina criolla, huevos, condimentos, hierbas, abonos, entre otros. Los productores que participan, son agricultores de los municipios de *Ananindeua*, *Marituba*, *Santa Bárbara*, *Santa Luzia*, *Santo Antônio do Tauá* y *São João de Pirabas*, que conforman la *Associação Pará Orgânico*.

También actúa el Grupo para el Consumo Agroecológico (GRUCA), resultado de una experiencia académica surgida en el año 2014 dentro del curso de Especialización en *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia*, del *Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural* (NCADR) de la *Universidade Federal do Pará* (UFPA), que con la consolidación de un grupo de consumo (GRUCA), hacen sus pedidos con anticipación a agricultores agroecológicos, y dividen los costos de transporte, además de desarrollar otras actividades como visitar a los productores y compartir informaciones sobre el proceso productivo (Gonzaga, Guerra y Rocha, 2016).

Esta región también viene trabajando con las Comunidades que Sustentan la Agricultura (CSA), a través de la *CSA-Iandê*, conformada en el año 2018, siendo la primera CSA

consolidada en la Amazonía paraense, donde productores de la *Ecovila-Iandê* abastecen cada semana a sus co-agricultores (consumidores conscientes organizados) en la ciudad de Belém. En este movimiento los gastos de transporte y las diferentes tareas de logística son divididos entre los miembros que conforman la CSA (productores-agricultores y consumidores-co-agricultores).

Contribución de las organizaciones de Familias Agricultoras de base ecológica

Una de las formas más importante de organización de las familias agricultoras, son las asociaciones y cooperativas que llevan a las ciudades productos alimenticios saludables a precios accesibles, a través de las ferias libres, ferias agroecológicas o mercados de orgánicos.

El IDEC lanzó en 2012 el mapa oficial de las ferias orgánicas presentes en Brasil a través de un aplicativo fruto de la campaña “Brasil Saludable y Sustentable”, en convenio con el Ministerio de Desarrollo Social (MDS). Estas Ferias Orgánicas como podemos observar, se extienden significativamente por todo el territorio nacional, siendo uno de los escenarios más importantes de aproximación entre productores y consumidores que construyen formas sostenibles de producción y formas saludables y respetuosas de consumo. Entre tanto, es importante tener en cuenta que cada una de estas ferias ha tenido procesos y desafíos diferentes.

Algunas ferias por ejemplo, han conseguido la certificación de sus productos o la obtención del sello orgánico a través de certificadoras (auditorías) y otras a través de los Sistemas Participativos de Garantía (SPG), que se construyen a lo largo de un camino hecho de lazos de confianza entre los actores vinculados como son los agricultores, y la comunidad en general (Figura 1).

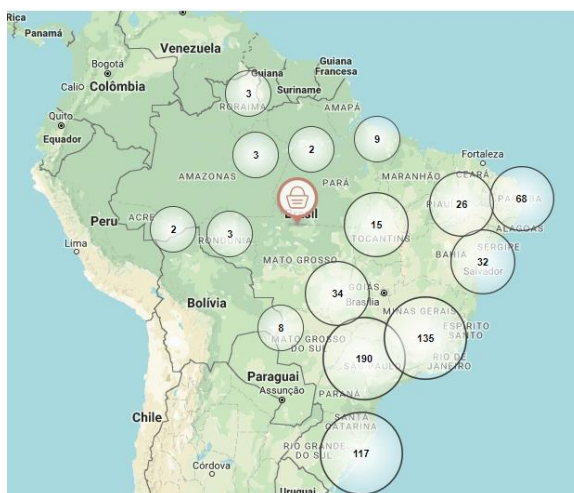


Figura 1. Imagen del mapa de las Ferias Orgánicas en el Brasil. Tomado de Instituto Brasileiro de Defesa al Consumidor (IDEC) <https://feirasorganicas.org.br/>

Contribución de los Grupos de Consumo Responsable (GCRs) y la consolidación de la Red Brasileira de Grupos de Consumo Responsable

El origen de los GCRs nos remite a las cooperativas de consumo que surgieron en Europa a partir del inicio del siglo XIX inspiradas por los socialistas utópicos, como Robert Owen y otros (Singer, 2002). El nacimiento de esos grupos es por tanto, más antiguo que las actuales estructuras convencionales como son los supermercados y *shopping centers* (Gonçalves y Mascarenhas, 2017).

Sin embargo, la distancia cada vez mayor entre productores y consumidores, la preocupación con lo que va a la mesa y con el origen de lo que se come, son factores que han motivado a los ciudadanos de todo el mundo para la consolidación de grupos de consumo responsable (GCRs). En palabras de Gonçalves y Mascarenhas (2017), estas iniciativas tienen como propósito generar alternativas a los circuitos alargados de abastecimiento alimentario.

En los años 2011, 2013 y 2015 fueron realizados respectivamente, el I, II y III Encuentro Nacional de GCRs, apoyado por el Instituto Kairós. Fue a partir del primer encuentro en 2011, fundamentado en el principio de autogestión, que emergió la Red Brasileira de Grupos de Consumo Responsable (Gonçalves y Mascarenhas, 2017).

Los GCRs ofrecen una alternativa de comercialización que garantiza un determinado volumen de ventas, facilita la logística y busca practicar el precio justo, además de establecer una relación de confianza que puede revocar la certificación formal (Scarpa Bensadon, Silva Mascarenhas y Gonçalves, 2016).

En una sistematización hecha por el instituto Kairós y publicado en el año 2014 fueron identificados dieciocho (18) GCRs (tabla 1).

Tabla 1
Datos generales sobre los Grupos de Consumo Responsable en actividad, miembros de la Red, hasta el año 2014.

	Grupo de Consumo Responsable	Ciudad	Estado	Región	Año de Inicio	Número de consumidores	Número de productores
1	MICC – Movimento de Integração Campo Cidade	São Paulo	SP	SE	1986	750	5
2	ComerAtivaMente Cooperativa de Consumo				2007	17	3
3	Rede Guandu	Piracicaba			2007	30	22
4	Direto da roça				2012	30	1

5	Coletivo Trocas verdes	Campinas			2007	80	10
6	Consumo Consciente ABC	São Bernardo do Campo			2012	80	12
7	Coletivo de Consumo Rural Urbano	Diadema			2014	60	4
8	Rede Agroecológica Caiçara	Ubatuba			2013	30	26
9	RECORE –Rede de Consumo Responsável de Limeira	Limeira			2013	7	5
10	Rede Terra Viva	Belo Horizonte	MG		2007	25	25
11	Rede Raízes da Mata	Viçosa			2011	35	46
12	Rede Ecológica	Rio de Janeiro	RJ		2001	97	18
13	RedeMoinho – Cooperativa de Comércio Justo e Solidário	Salvador	BA		2006	20	19
14	Grupo de Consumidores responsáveis de Benfica	Fortaleza	CE	NE	2010	0	30
15	Compras Coletivas Ecosolidárias	Florianópolis	SC	S	2006	80	25
16	Sistema de Comercialização Solidária SISCOS	Alta Floresta e Carlinda	MT	CO	2009	200	30
17	Rede Tapiri de Comercialização Solidária	Manaus	AM	N	2007	168	42
18	CSA Brasil	Vários	Vários	Vários	2011	--	--
TOTAL						1710	323

Nota: Adaptado de *Instituto Kairós* (2014) En: “A atuação dos Grupos de Consumo Responsável no Brasil: Expressões de práticas de resistência e Intercâmbios em rede”. (L. Scarpa Bensadon, T. Silva Mascarenhas y J. Gonçalves) 2016. *Revista Antropolítica*, n. 41, Niterói, p.205-232.

La mayor parte de consumidores vinculados a estas iniciativas pertenecen a la clase media, de manera que, las experiencias que envuelven a los consumidores de clases populares merecen ser destacadas como son el caso del Movimiento de Integración Campo Ciudad (MICC), el Colectivo de Consumo Rural Urbano (CCRU) y la Red Tapiri (Mascarenhas y Gonçalves, 2017). En la tabla 2 se muestra la actualización de esta información, hecha por el Instituto Kairós hasta el año 2017, donde se registran 25 GCRs en la Red Brasileira de Grupos de Consumo Responsable.

Tabla 2

Grupos de Consumo Responsable (GCR), miembros de la Red de Grupos de Consumo Responsable de Brasil (2017)

NOMBRE DEL GCRs	
1	CantaSol
2	Coletivo de Consumo Rural Urbano (CCRU)
3	Coletivo de Consumo Rural Urbano – Solidariedade Orgânica (CCRU-SOLO)
4	Coletivo Trocas Verdes
5	ComerAtivamente
6	Compras Coletivas Ecosolidárias
7	Consumo Consciente ABC
8	CSA São Carlos
9	Direto da Roça
10	Feira Virtual – Associação Bem da Terra
11	Grupo de Consumidores Responsáveis de Benfica
12	Grupo de Consumo Responsável Tapiri
13	Grupo de Integração Agroecológica (GIA)
14	MICC
15	Projeto Cala-boca já morreu
16	Rede Moinho
17	Rede Agroecológica de São Carlos
18	Rede Agroecológica Caiçara
19	Rede Ecológica
20	Rede Guandu
21	Rede Raízes da Mata
22	Rede Terra Viva
23	Rede Trem Bão
24	Sistema de Comercialização Solidária (SISCOS)
25	Uilikandé

Nota: Adaptado de “A organização coletiva dos grupos de consumo responsável”. En: “Consumo Responsável em Ação: Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade” (J. R. Gonçalves y T. S. Mascarenhas). 2017. Instituto Kairós. 218p.

Comparando los datos presentados por el Instituto Kairós en 2014, vemos como los GCRs han conseguido mantenerse superando los numerosos desafíos y dificultades. En la tabla 2, se muestran veinte cinco (25) GCRs, donde a partir de los dieciocho (18) registrados

para el año 2014, dos (2) grupos pararon sus actividades y en compensación, nueve (9) grupos se vincularon a la Red.

Sin embargo, es importante resaltar que no todas las iniciativas que se han consolidado en el territorio brasileiro, se han incluido o registrado en la Red Brasileira de GCRs, como es el caso de las experiencias desarrolladas en el litoral paranaense; entre ellas, el Grupo de Consumidores de *Matinhos*, así como las experiencias ocurridas en la Amazonía Paraense, como por ejemplo el grupo para el consumo agroecológico GRUCA.

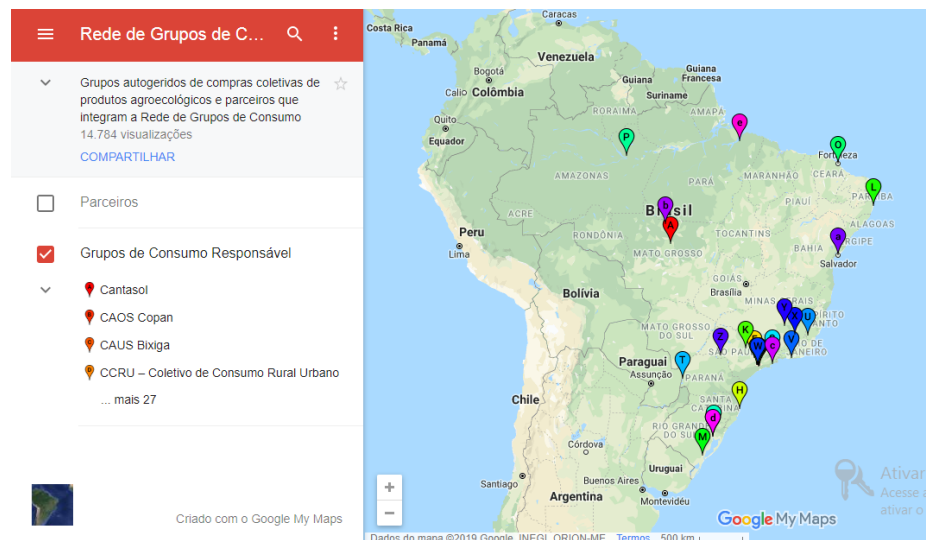


Figura 2. Imagen del mapa de los Grupos de Consumo Responsable GCRs en Brasil. Tomado de Rede de Grupos de Consumo BRASIL <https://praticasalternativas.org.br/pratica/rede-brasileira-de-grupos-de-consumo-responsavel/>

Comunidades que Sustentan la Agricultura (CSA)

Las Comunidades que sustentan la Agricultura, es un movimiento que se gesta desde las *Teikis* en Japón, en la década de 1960 y que fue dispersando-se por diferentes lugares del mundo como *Community Supported Agriculture CSA*, que tienen como principios las alianzas entre agricultores ecológicos o en transición agroecológica, y grupos de consumo consciente, en la cual responsabilidades, riesgos y beneficios de la agricultura, pasa a ser compartidos; de esta forma, los consumidores se tornan co-agricultores.

Existen actualmente cerca de 100 CSA en Brasil, siendo 24 de ellas localizadas en el Distrito Federal; como se observa en el mapa de las CSA en Brasil (Figura 3), el encuentro de agricultores agroecológicos organizados, junto con la participación de los GCRs, vienen consolidando en los últimos años varias CSA en todo el territorio nacional.



Figura 3. Imagen del mapa de las Comunidades que Sustentan la Agricultura en el Brasil. Tomado de CSA BRASIL <http://www.csabrasil.org/csa/blog/>

Formas de relacionamiento Campo- Ciudad

Todas estas experiencias en circuitos cortos de comercialización entre agricultores familiares e grupos de consumidores conscientes o responsables, son una muestra de las diferentes iniciativas desarrolladas en el territorio brasileiro, impulsadas principalmente por cooperativas, asociaciones, centros educativos y de investigación, así como diferentes organizaciones sociales como los grupos de consumo responsable (GCR); promoviendo la aproximación entre la producción agrícola de base ecológica y el consumo responsable, orientada dentro de los principios cooperativos y solidarios de la economía social.

De esta forma, se observa a través del análisis de las diferentes bases de datos, como la organización de familias agricultoras forman asociaciones que actúan en las diferentes ferias libres, ferias agroecológicas o mercados orgánicos, permitiendo el acceso a productos alimenticios saludables, a la población en general, a precios justos. Por otro lado, la preocupación de los ciudadanos con lo que va a la mesa y el origen de lo que se come, viene articulando la organización de los grupos de consumo responsables, que han permitido una comercialización más estable y segura, a los agricultores familiares; teniendo en cuenta que las compras a través de los grupos de consumo, se hacen de forma anticipada, garantizando la compra de todos los productos transportados hasta el lugar de entrega. También los GCR, además de hacer las compras colectivas, interactúan con las áreas de producción, por medio de visitas, encuentros educativos y recreativos, con las familias agricultoras y demás consumidores miembros. Construyendo alianzas de conocimiento y confianza.

Lo que se puede observar aquí en el territorio brasileiro, y posiblemente en otros lugares del mundo, es que los lazos de relacionamiento, contruidos entre familias agricultoras de base agroecológica, y los grupos de consumo responsables, dieron como resultado la adopción de los principios propuestos por las comunidades que sustentan la agricultura CSA, que tienen como principios, la ayuda mutua, la diversificación de la producción y las relaciones de amistad, entre otras cosas, que permiten pasar **“de la cultura del precio para la cultura del aprecio”** a través de alianzas entre agricultores ecológicos e consumidores conscientes, en la cual, responsabilidades, riesgos y beneficios de los procesos agroecológicos, pasan a ser compartidos y los consumidores se tornan co-agricultores.

Las CSA como movimiento mundial, viene actuando con fuerza desde la década de 1980, para formar conexiones entre agricultores agroecológicos y consumidores organizados que forman asociaciones donde los riesgos y beneficios de la producción de alimentos son divididos en colectivo. URGENCI es la red que representa la comunidad internacional que sustenta la Agricultura. con grupos consolidados en diferentes lugares del mundo, promoviendo relaciones económicas alternativas llamadas “alianzas locales”, que se basan en la solidaridad entre productores agroecológicos y consumidores conscientes (Urgenci, 2019).

El concepto de Comunidad que sustenta la Agricultura o *Community Supported Agriculture* denominada CSA, promueve prácticas orientadas al desarrollo agrario sostenible y la distribución de productos agroalimentarios sin agro tóxicos de forma directa al consumidor, creando una relación próxima entre quien produce y quien consume los productos. (CSA BRASIL, 2019)

Cada CSA tiene sus propias características, sin embargo el modelo de relacionarse tiene como principios el trabajo conjunto entre productores de alimentos orgánicos y consumidores conscientes que se comprometen por un año (en general) cubrir los gastos anuales de producción agrícola, en contrapartida los consumidores reciben los alimentos sabiendo quien y como son producidos; sin costos adicionales. De esta forma el productor sin presión del mercado y de la fluctuación de los precios, se dedica de forma libre a su producción.

El objetivo con la creación de estos grupos a nivel global, es generar una nueva cultura de relacionamiento; como dice el lema de las CSA-Brasil “*da cultura do preço para a cultura do apreço*” pasando de la cultura del precio, a la cultura del aprecio.

Siendo importante resaltar que la mayoría de estas iniciativas, están vinculadas o relacionadas con los Grupos de Consumo Responsable (GCRs) que han mostrado un importante papel en la aproximación del campo y la ciudad.

Reflexiones finales

Las experiencias desarrolladas en Brasil muestran el potencial de los CCC como dinamizadores de la economía local, aproximando el consumidor al productor y promoviendo relaciones comerciales más justas. También cómo las diferentes formas de organización social como es el caso de las cooperativas y asociaciones, constituyen la base que viene sosteniendo estos procesos de economía solidaria. En palabras de Cabanes Morote y Gómez López (2014), la economía social y sus agentes principales, las cooperativas, cuentan con interesantes capacidades para generar cambios en pro del bienestar de los territorios, pero estas oportunidades deben enfrentarse de forma estratégica, coordinada, y compartida, a partir de redes de comunicación e intercambio de experiencias que enriquezcan este proceso de cambio sociopolítico y económico.

En el caso de Brasil, las experiencias nos muestran cómo las asociaciones han sido una herramienta eficaz a la hora de consolidar organizaciones comunitarias reconocidas legalmente, consiguiendo beneficios comunes por medio de acciones colectivas. Sin embargo, las asociaciones son enfocadas en la defensa de intereses específicos, sin fines de lucro; razón por la cual en las iniciativas de organizaciones comunitarias para comercialización de productos agroalimentarios, el cooperativismo es la mejor opción ya que les permite unir fuerza para atender el desarrollo financiero, económico y social de la comunidad.

Así, muchas organizaciones comunitarias han dado sus primeros pasos en forma de asociaciones, donde a través de la práctica y el ejercicio han aprendido a desarrollar la cultura organizacional; en el caso de emprendimientos agroalimentarios de familias agricultoras, las asociaciones han generado apoyo a la seguridad y soberanía alimentaria por medio de la producción para el autoconsumo, acto que le brinda a las comunidades rurales, autonomía y bien estar. Entre tanto, cuando estas experiencias van avanzando en las técnicas de organización y producción, consiguiendo producir más de lo que se consumen creando la posibilidad de comercializar productos, las asociaciones se transforman en cooperativas.

En cuanto a los sistemas participativos de certificación, si bien este mecanismo favorece a los agricultores, evitando pagar los altos costos que trae la certificación por auditoria; los órganos fiscalizadores deben mantener actualizado el registro nacional de actividades productivas del *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento* (MAPA), siendo una de las exigencias en la normativa orgánica de Brasil, que evidentemente dificulta el proceso de certificación orgánica de los agricultores familiares, ya que son actividades complejas para los pequeños productores, que además de tener en algunos casos, una escasa capacitación relacionada con la correcta elaboración de esos documentos.

Por éste motivo, es necesario un mayor acompañamiento por parte de las entidades de asistencia técnica con relación a los registros y documentación de las actividades de producción orgánica; mostrando a los productores sobre la importancia de estos registros y como pueden ser convertidas en una actividad simple.

Esto principalmente con las comunidades que trabajan o tienen interés de trabajar con los mercados institucionales o gubernamentales, o con otros canales de comercialización donde se hace necesario el sello de producción orgánica; porque también encontramos las comunidades que sustentan la agricultura CSA que trabajan con ferias libres y grupos de consumo responsable que interactúan directamente con las unidades de producción, haciendo que este requisito de llevar un sello que garantice que el producto es orgánico, no sea indispensable, gracias a las relaciones de confianza construidas y al intercambio permanente de experiencias, conocimientos, beneficios y responsabilidades.

Del lado de los consumidores, es necesario incidir en la educación y movilización para un consumo más consciente y responsable, contribuyendo en los procesos de desarrollo rural sostenible que envuelve no solo los modos de producción de base ecológica sino también, la construcción social de los mercados y la construcción de nuevas relaciones entre producción y consumo, enfrentando la desafiadora cuestión de la certificación de productos y evitando la larga cadena de intermediarios que vienen dificultando el vínculo entre la ciudad y el campo.

En este orden de ideas, es preciso resaltar la importancia de los procesos agroecológicos que se vienen consolidando desde la agricultura familiar y los diferentes grupos de estudio y de consumo responsable, que respetan el saber popular y buscan integrarlo con el conocimiento científico para dar lugar a la construcción de nuevos saberes socio ambientales, alimentando así, permanentemente, el proceso de transición agroecológica; y como elemento fundamental en esta construcción, y de mucha relevancia el fortalecimiento de los mecanismos de comercialización a través de circuitos cortos y/o redes de comercialización organizada por productores y consumidores que impulsa la construcción social de los mercados y que garanten que estas actividades además de ser socialmente justas, sean económicamente viables; y de esta forma continuar trabajando en el concepto de comunidades que sustentan la agricultura.

REFERENCIAS

- Andrade, D. P.(2016). *Ação coletiva de agroextrativistas em circuitos curtos de comercialização de produtos do cerrado: estudo de caso em Pirenópolis – GO*. (Dissertação de Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília. Brasília, Brasil. Recuperado de: <https://core.ac.uk/download/pdf/80745896.pdf>
- Associação dos Servidores e Funcionários do Comércio do Brasil / Ministério de Desenvolvimento Social ASCOM/MDS. (2012). *Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa*. Recuperado de: <http://www.mds.gov.br/sagi>
- Becker, C.; da Silva A. F. y Mielke de Medeiros, P. (2013). Inovação e controle social na produção e comercialização de alimentos ecológicos: institucionalizando a confiança? *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia/Construção Social dos mercados*. 10 (2), 18 – 21. Recuperado de: <http://aspta.org.br/revista/v10-n2-construcao-social-dos-mercados/>
- Bensadon, L. S. y Langenbach, M. (2017). Fomentando novos grupos de consumo responsável: a experiência do curso da Rede Ecológica no Rio de Janeiro. En: Rodrigues Gonçalves, J. y Silva Mascarenhas, T. (2017). *Consumo Responsável em Ação: Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade*. (pp. 110 – 117). São Pablo, Brasil: Editorial Kairós.
- Boaventura de Souza Santos. (2002). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Recuperado de: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33176109/boaventura_de_souza_santos_-_produzir_para_viver.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1552957365&Signature=cUmSb%2FtKBTYIBBdn9gTvLTDUSo8%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DBoaventura_de_souza_santos_-_produzir_pa.pdf
- Cabanes, M. y Gómez López, J. D. (2014). Economía social y Soberanía Alimentaria. Aportaciones de las cooperativas y asociaciones agroecológicas de producción y

- consumo al bienestar de los territorios. CIRIEC – España, *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, (82), 127 – 154. Recuperado de: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/45086/1/2014_Cabanes_Gomez_CIRIEC.pdf
- Caporal, F. R. y Petersen, P. (2012). Agroecología e políticas públicas na América Latina: O caso do Brasil. *Agroecologia*. (6), 63-74. Recuperado de: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160681/140551>
- Calle Collado, Á., Gallar, D. y Candón, J. (2013). Agroecología política: la transición social hacia sistemas agroalimentarios sustentables. *Revista de Economía Crítica*, (16), 244 – 277. Recuperado de: http://revistaeconomiacritica.org/sites/default/files/08_ColladoGallarCandon.pdf
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe CEPAL. (2014). Agricultura familiar y circuitos cortos. *Nuevos esquemas de producción, comercialización y nutrición*. ONU. Santiago de Chile. Recuperado de: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36832/s2014307_es.pdf?sequence=1
- Chaffotte, L. y Chiffolleau, Y. (2007). *Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie*. Cahiers de l'Observatoire CROC, Montpellier. Recuperado de: http://pm22100.net/docs/pdf/04_CC_VD/130128_Cahier_de_l_Obs1-INTERNET.pdf
- Compêndio de Estudos Companhia Nacional de Abastecimento CONAB. (2017). *Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Resultados das Ações da Conab em 2016*. Brasília DF: Conab Companhia Nacional de Abastecimento. Recuperado de: <https://www.conab.gov.br/institucional/publicacoes/compendio-de-estudos-da-conab?start=10>
- Chavante, B. S., Gonçalves, M. L., Freitas, C.G., Sousa, R. y Amaral, W. R. (2017). *Encurtando caminhos entre produtores e consumidores: Ação teste de comercialização de produtos orgânicos no nordeste paraense*. Castanhal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará IFPA – Campus Castanhal/Núcleo de Estudos em Educação e Agroecologia da Amazônia NEA.
- CSA BRASIL (2019). Comunidades que Sustentam a Agricultura – Brasil. Recupeado de <http://www.csabrasil.org/csa/>

- Darolt, M. R. (2013). Circuitos Curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. En: Niederle, P. A.; Almeida, L. y Machado Vezzani, F. (Orgs). *Agroecologia: Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. (pp. 139 - 170). Curitiba: Kairós. Recuperado de: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/07/AGROECOLOGIA-praticas-mercados-e-politicas.pdf>
- Darolt, M. R., Lamine, C. y Brandenburg, A. (2013). A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia/Construção Social dos mercados*. (2), 8-13. Recuperado de: <http://aspta.org.br/revista/v10-n2-construcao-social-dos-mercados/>
- Ferreira de Moura, I. (2017). Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. En: Sambuichi R. H., Ferreira de Moura, I., Mansor de Mattos, L., de Ávila, M. L., Campos Spinola, P. A. y Moreira da Silva, A. P. (Orgs.). *Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. (pp. 25-51). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Finatto, R. A. y Corrêa, W. K. (2010). Desafios e perspectivas para a comercialização de produtos de base agroecológica: Ocaso do município de Pelotas/RS. *Revista Brasileira de Agroecologia*. 5,(1), 95 – 105. Recuperado de: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9669>
- Germany Gaiger, L. I. (2003). A economia solidaria diante do modo de produção capitalista. *Revista quadrimestral de Ciências Sociais do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da Universidade Federal da Bahia*. Caderno CRH. (39), 181 – 211. Recuperado de: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642/12016>
- Giehl Zanetti von Dentz, B. y Bender, P. M. (2016). Um novo olhar sobre a definição de circuitos curtos de produção e comercialização: situações na região da Grande Florianópolis. *Campo – Território: Revista de Geografia Agrária*. 11,(24), 156 – 172. Recuperado de: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/34055>
- Gomes da Silva, M. y Gomes Amorim Junior, P. (2013). Inovações organizacionais para a construção de mercados locais e solidários em Espera Feliz (MG). *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia/Construção Social dos Mercados*. 10(2), 14 – 17. Recuperado de: <http://aspta.org.br/revista/v10-n2-construcao-social-dos-mercados/>

- Gonçalves, J. y Mascarenhas, T. (2017). As várias faces do sistema alimentar e a experiência da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável. En: Rodrigues Gonçalves, J. y Silva Mascarenhas, T. (Orgs.). *Consumo Responsável em Ação: Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade*. (pp. 71 – 87). São Paulo: Kairós.
- Gonzaga, N., Guerra, G. y Rocha, A. (2016). GRUCA (Grupo para Consumo Agroecológico): autogestão e cooperação entre consumidores e produtores da Feira Orgânica de Belém e do Assentamento Mártires de Abril (Mosqueiro – Belém – Pará). *Cadernos de Agroecologia*, 10(3). Recuperado de <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/17381>
- González Calo, I., Giménez, T., Ramos R. y Renting, H. (2012). Circuitos cortos de comercialización en Andalucía: un análisis exploratorio. *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*. (232), 193 – 227. Recuperado de: <https://ageconsearch.umn.edu/record/187169/>
- González de Molina, M. y Caporal, F. R. (2013). Agroecología y política. Como conseguir la sustentabilidad? Sobre la necesidad de una agroecología política. *Agroecología*. 8(2), 35–43. <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/212171/168391>
- Guzzatti, C. T., Sampaio, C. A., Turnes, V. A. (2014). Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, 16(3), 363–375. Universidade Federal de Lavras (MG). Recuperado de: <http://200.131.250.22/revistadae/index.php/ora/article/view/852/453>
- Instituto Kairós. (2017). Apresentação En: Rodrigues Gonçalves, J. y Silva Mascarenhas, T. (Orgs.). *Consumo Responsável em Ação: Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade*. (pp 16 – 21). São Paulo: Kairós.
- Mascarenhas, T. y Gonçalves, J. (2017). Fome de mudança: os desafios da alimentação saudável e de sua democratização. En: Rodrigues Gonçalves, J. y Silva Mascarenhas, T. (Orgs.). *Consumo Responsável em Ação: Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade*. (pp. 27 – 42). São Paulo: Kairós.
- Navas da Silva, R. (2014). *Políticas públicas agroecológicas para comunidades quilombolas: um estudo de caso a partir do território*. Piracicaba, São Paulo, Brasil. (Tese de doutorado em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada). Universidade de São

Paulo. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Quiroz” Centro de Energia Nuclear na Agricultura. São Paulo, Brasil. Recuperado de: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-06102014-160842/en.php>

Paglioco Nava, A. O. y Alves S. Olival, A. (2017). Integração produtores e consumidores: uma nova relação de consumo / A experiência do SISCOS na Amazônia Mato – grossense. En: Rodrigues Gonçalves, J. y Silva Mascarenhas, T. (Orgs.). *Consumo Responsável em Ação: Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade*. (pp. 100 – 109). São Paulo: Kairós.

Perez Cassarino, J. y Duarte Damasco Ferreira, A. (2013). Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da rede ecovida de agroecologia. En: Niederle, P. A., Almeida, L. y Machado Vezzani, F. (Orgs.). *Agroecologia: Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. (pp. 171 - 214). Curitiba: Kairós. Recuperado de: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/07/AGROECOLOGIA-praticas-mercados-e-politicas.pdf>

Régo, D. (2017). O contexto brasileiro da produção ao consumo e uma experiência baiana que constrói alternativas. En: Rodrigues Gonçalves, J. y Silva Mascarenhas, T. (Orgs.). *Consumo Responsável em Ação: Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade*. (pp. 100 – 109). São Paulo: Kairós.

Resende de Melo, D. (2017). *Ações voltadas aos circuitos curtos de comercialização da Agricultura familiar e suas contribuições para o desenvolvimento econômico: Um estudo do território do médio e baixo Jequitinhonha em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. Recuperado de: <http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2290/1/A%C3%A7%C3%B5es%20voltadas%20aos%20circuitos%20curtos%20de%20comercializa%C3%A7%C3%A3o%20da%20agricultura%20familiar%20e%20suas%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20para%20o%20desenvolvimento%20econ%C3%B4mico.pdf>

Secretaría Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional. SAN (2012). *Marco de Referencia de Educación Alimentaria y Nutricional para las Políticas Públicas*. Ministerio de Desarrollo Social y Combate al Hambre MDS. Brasilia, DF. Recuperado de:

www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/marcoEANespanhol.pdf

- Sevilla Guzmán, E., Soler Montiel, M., Gallar Hernández, D., Vara Sánchez, I. y Calle Collado, Á. (2012). *Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía*. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces y Consejería de la Presidencia e Igualdad. 168 p. Recuperado de: https://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/CCC_alimentaria_en_Andalucia_2012.pdf
- Schubert, M. y Schneider, S. (2016). Construção social de mercados e as tendências de consumo: o caso do pavilhão da Agricultura Familiar da EXPOINTER RS. *Ciências Sociais Unisinos*. 52(3), 373-382. Recuperado de: http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2016.52.3.08/5757
- Scarpa Bensadon, L., Silva Mascarenhas, T. y Gonçalves, J. (2016). A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasil: expressões de práticas de resistência e intercâmbios em rede. *Revista Antropolítica*. (41), 205 – 232. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – RIO). Recuperado de: <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/493/298>
- Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidaria*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Recuperado de: <https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/22/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf?sequence=1>
- Sociedade Cooperativa Motirõ. (2014). *Redes de comercialização no litoral paranaense: Feiras de agricultura familiar e grupos de consumo responsável*. Matinhos, Paraná, Brasil: Motirõ.
- Viegas, M. (2016). *Agroecologia e circuitos curtos de comercialização num contexto de convencionalização da agricultura orgânica*. (Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC: UFSC. Brasil. Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168107>

- Vivas, E. (2008). La cadena agroalimentaria: un monopolio de origen a fin. Centro de Estudios sobre Movimientos Sociales. Universidad Pompeu Fabra. Centro de Investigación para la paz. (CIP – Ecosocial) – *Boletín ECOS*. (4), 1-9. Recuperado de: [http://www.fuhem.es/media/ecosocial/File/Boletin%20ECOS/Boletin%204/Cadena%20alimentaria%20 VIVAS.pdf](http://www.fuhem.es/media/ecosocial/File/Boletin%20ECOS/Boletin%204/Cadena%20alimentaria%20VIVAS.pdf)
- Urgenci (2019) The International network for Community Supported Agriculture. Red Internacional para participantes de CSA en diversos países. Recuperado de: <http://www.csabrasil.org/csa/>
- Yamamoto, A. (2006). Por que continuamos juntos? Reciprocidade, mudança cultural e relações de poder entre o urbano e o rural. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza 2006. Recuperado de: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1264/1/Art_2006_A.Yamamoto.pdf

3. ARTIGO 2: CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR:
O caso da comunidade de Boa Vista de Acará, Amazônia paraense-Brasil.



Revista Tecnologia e Sociedade
ISSN: 1984-3526

<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts>

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O caso da comunidade de Boa Vista de Acará, Amazônia Paraense-Brasil.

Ivonne Buenaventura Ramírez
volandolibre7@gmail.com
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Pará-IPFA-
Campus – Castanhal – Pará – Brasil.

Romier da Paixão Sousa
romier.sousa.ifpa@gmail.com
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Pará-IPFA-
Campus – Castanhal – Pará – Brasil.

José Daniel Gómez López
jd.gomez@ua.es
Universidad de Alikante –
Comunidad Valenciana – Espahna

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo conhecer os canais de comercialização dos produtos da agricultura familiar da comunidade de Boa Vista de Acará, localizada no município de Acará no estado do Pará (Brasil). Através do diagnostico sócio produtivo e socioeconômico da comunidade, para isto empregou-se a aplicação de questionários, com o fim de proceder ao levantamento das informações socioeconômicas da comunidade abarcando questões referentes à produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar. Os resultados gerados indicam que as relações de comercialização da comunidade são diversas, predominando os canais alongados de comercialização com a participação de Intermediários.

PALAVRAS-CHAVE: Canais de comercialização, Agricultura Familiar, Comunidade Boa Vista de Acará.

INTRODUÇÃO

A agricultura de base familiar é considerada por Maluf (2004), como a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário; onde os pequenos produtores de alimentos promovem a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos produzidos de formas mais sustentáveis.

A agricultura familiar apresenta a lógica ou racionalidade camponesa, voltada para atender as demandas da própria família e não, de imediato as necessidades do mercado (FINATTO e SALAMONI, 2008). Caracteriza-se também por ser donos dos meios de produção, ao mesmo tempo em que são os trabalhadores de seus sistemas produtivos, fazendo parte das diferentes etapas de produção, transformação e comercialização diminuindo custos e agregando valor a seus produtos.

Esses produtos, principalmente alimentos, historicamente têm sido distribuídos ou comercializados através de diferentes canais de formas alongadas ou curtas, formando circuitos ou redes de interação social. Como menciona Maluf (2004), as novas possibilidades de inserção da agricultura familiar nos mercados agroalimentares atuais, requerem de estratégias autônomas voltadas a uma ótica de construção social de mercados adequada às realidades particulares de cada território.

A comunidade de Boa Vista de Acará, localizada no município do Acará, estado do Pará, na Região do Baixo Tocantins; atualmente tem como principais ocupações a produção agrícola, o extrativismo e os pequenos comércios. A economia local é movimentada principalmente pela extração e/ou cultivo e comercialização de espécies frutíferas e florestais. A comunidade também se caracteriza pelo cultivo de plantas aromáticas e medicinais mais conhecidas como plantas de cheiro¹, entre estas se destacam *Schizolobium parahyba* (Pataqueira) e *Cyperus articulatus* L (Pripioca) que têm sido bem comercializadas para uma empresa de cosméticos (Natura) através da Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista (APOBV).

Como mostram os resultados deste estudo, a maior parte dos produtos da agricultura familiar de Boa Vista de Acará são comercializadas principalmente através de atravessadores (marreteiros²) e outra parte é comercializada principalmente na feira do porto da palha ou no

Ver-o-Peso³, na cidade de Belém. Assim a comunidade participa de diferentes canais de comercialização tanto de circuitos curtos (como as vendas diretas nas feiras e na comunidade) como de circuitos longos (venda aos atravessadores e matéria prima para empresa de cosméticos). Mesmo assim, relatos da comunidade demonstram que estas relações mantidas pela agricultura familiar com os mercados de alimentos, nem sempre conseguem um escoamento exitoso de seus produtos, fazendo instável sua renda.

Entretanto, as diferentes formas de organização social têm contribuído para melhorar a autonomia agroalimentar e a estabilidade econômica, através dos processos de capacitação e acesso ao mercado. Como mencionam Ribeiro, Nascimento e Silva (2013), a integração do setor produtivo da agricultura familiar ao mercado atual, tem como agentes indispensáveis as associações e cooperativas, que passaram a desempenhar o papel de fomentadoras do desenvolvimento econômico através da mediação e articulação que exercem entre os diferentes agentes econômicos.

Nesse sentido, o texto apresenta os resultados do diagnóstico sócio produtivo e socioeconômico, feito no período de março a abril de 2018, focalizando no debate das principais formas de comercialização dos produtos da agricultura familiar da comunidade de Boa Vista de Acará. O estudo faz parte do projeto “Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará”, em parceria com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e a Secretaria de Estado Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica do Pará (SECTET). O presente documento socializa resultados do diagnóstico feito no período de março – abril do ano 2018.

AGRICULTURA FAMILIAR

“Agricultura familiar não é [...] um termo novo, mas seu uso recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas significações” (ALTAFIN, 2007, p. 1). Ao buscar na literatura as contribuições para a delimitação conceitual da agricultura familiar, encontram-se diversas correntes de pensamento, que vão desde as que consideram a moderna agricultura familiar como uma categoria nova, gerada pelas transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas, sem conexão com o campesinato. Até as que defendem a agricultura familiar como um conceito em evolução, com significativas raízes históricas (ALTAFIN, 2007).

O início do debate sobre este conceito de Agricultura Familiar, se dá pelos anos 1970, quando se realizam as primeiras reuniões do Pipsa (Projeto de Intercâmbio de Pesquisas Sociais na Agricultura), as discussões se faziam desde a perspectiva de modernização da agricultura e de urbanização do meio rural (WANDERLEY, 2003); e como os moradores rurais, entre estes o campesinato, tiveram que adaptar-se a estes dois grandes fenômenos, atravessando por uma metamorfose como discutem Moreira e Hébert (2009), onde o campesinato desenvolve uma série de mudanças significativas no seu cotidiano que deram a capacidade de agir as novas exigências socioambientais e econômicas.

O debate gira em torno da constituição desse ator social: trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” com sua forma específica de funcionamento e de reprodução ou da emergência de um novo “personagem” na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado moderno, frequentemente visto como “gestados” pela própria ação do Estado (WANDERLEY, 2003, p. 44).

Como discute a mesma autora, é possível entender o campesinato em duas dimensões distintas, porém complementares. Em primeiro lugar, o campesinato constituído historicamente como uma civilização ou como uma cultura; e em segundo lugar, o campesinato como uma forma social particular de organização da produção, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família em uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo (WANDERLEY, 2003).

Neste contexto, é corrente de pensamento que defende que:

As transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam uma ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantêm uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade (ALTAFIN, 2007, p. 2).

Tem construído o conceito de Agricultura Familiar tendo como ideia central que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado (WANDERLEY, 2003), mais com uma significativa raiz herdada da agricultura camponesa que funda sua produção em três eixos sempre interconectados (propriedade, trabalho e família).

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação [...] entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (WANDERLEY 1996, p. 3).

Essas formas de inserção na sociedade global são o que Schneider (2003), debate ao interpretar a pluriatividade como uma das características da agricultura familiar contemporânea, onde a pluriatividade – ou produção agrícola diversificada –, se torna uma das possibilidades de afirmar essa forma social na estrutura agrária do capitalismo contemporâneo. Neste sentido, Schneider propõe a partir do estudo da agricultura familiar e da pluriatividade, avançar no conhecimento sociológico sobre o espaço rural e as relações sociais que nele ocorrem.

A comunidade de Boa Vista de Acará, por exemplo, caracteriza-se por serem famílias agricultoras, que conseguem gerar sua renda econômica, graças à diversificação da produção agrícola (entre estas a venda da força de trabalho para outras unidades produtivas) e as atividades não agrícolas (como prestação de serviços, exemplo: moto-taxista, motorista de navio, guia turístico, servidor público, entre outras), mostrando claramente uma agricultura familiar pluriativa, como estratégia de reprodução e resistência nos tempos atuais.

Para Wanderley (2000), a agricultura familiar no Brasil foi vista apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores. Entretanto, hoje os agricultores familiares no Brasil são percebidos como portadores de outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país.

Nesta ordem de ideias, para situar a agricultura familiar no contexto das discussões acadêmicas ou das políticas públicas voltadas a esta categoria social, faz-se necessário como mencionam Finatto e Salamoni (2008, p. 203) “que se tomem como referência vários critérios, que abranjam a amplitude das formas que este segmento encontrou e encontra para se reproduzir em meio às relações capitalistas de produção”.

Onde o campesinato é, portanto, em palavras de Meneghetti e Souza (2015, p. 37) “a categoria social que engloba esta tipologia de agricultor. Esse modo de vida, apesar do avanço da mercantilização na agricultura, tende a resistir e se adaptar aos novos contextos econômicos e sociais e não perde seus traços camponeses, não perde suas raízes e tradições”.

Nesse sentido a agricultura familiar da Amazônia, se caracteriza por buscar garantir a produção para o autoconsumo e, posteriormente, vender os excedentes.

Esta é a realidade da agricultura indígena, de grande parte dos ribeirinhos e de parte significativa dos moradores das reservas extrativistas. A produção de farinha de mandioca, a produção de macaxeira, a criação de pequenos animais (galinhas), a caça e a pesca, para a maioria dos agricultores, são destinadas para o consumo da família e, garantida a alimentação para o ano, são vendidos os excedentes (MENEGETTI e SOUZA, 2015, p.39-40).

Lamarche (1993 *Apud* MENEGETTI e SOUZA, 2015, p. 30) propõe um modelo de análise da agricultura familiar considerando o grau de inserção nos mercados. Tendo uma coexistência de espectros de agricultores, desde os que estão altamente inseridos nos mercados até os que produzem somente para o autoconsumo.

No caso do estado do Pará, caracteriza-se a produção familiar pelo multiculturalismo e pelas diferentes formas de conduzir a unidade produtiva. A heterogeneidade se faz representar pelo diferentes tipos de produtores familiares, desde os ligados ao mercado tendo sua produção sendo especializadas aos produtores que permanecem com a produção de pequena escala e que não levam em conta as vantagens comparativas, mas sim a reprodução e sustento da família (FIGUEIRAS e HERRERA, 2012, p. 7).

Entretanto, a ligação com os mercados e as diferentes formas de conduzir as unidades produtivas, não necessariamente intervêm nas tendências da agricultura pluriativa, o da pluriatividade da que fala Schneider (2003), pois independentemente do objetivo da família agricultora, seja ter acesso significativo ao mercado, ou, seja ter diversidade de produtos para o autoconsumo, a diversidade agrícola, e a pluriatividades, são estratégias das famílias agricultoras se manter no meio rural, e em alguns casos interatuar economicamente com as cidades.

Por outro lado, a extensão de terra disponível para cada grupo familiar, também intervêm na inserção dos mercados e a geração de renda; fato que se aplica à produção familiar na comunidade de Boa Vista de Acará, onde se verifica que as famílias com maior área disponível para o uso agrícola, têm maior ligação com os mercados ou com os diferentes canais de comercialização, e por outro lado, os estabelecimentos de pequeno porte, geram produção para autoconsumo e se tiver, vendem seus excedentes.

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO MERCADO

A relação da agricultura familiar com os mercados de alimentos mantém dois tipos de vínculos simultâneos; através de canais alongados de comercialização, como a venda de produtos *in natura* a intermediários ou atravessadores (marreteiros), e na venda de matéria prima a empresas. E através dos canais curtos de comercialização, como a venda direta ao consumidor ou através de diferentes formas de relacionamento e confiança entre produtores e consumidores.

Os canais longos de comercialização trazem benefícios e desvantagens. Os benefícios vêm relacionados ao não investimento nos custos de transporte até o consumidor, assim como a possibilidade de venda no atacado, incluindo a produção de vizinhos e familiares. A

desvantagem é principalmente relacionada à imposição do preço por parte de quem compra, sendo em alguns casos, preços baixos em relação aos custos de produção.

Por outro lado, uma das principais desvantagens dos canais curtos de comercialização, como a participação em feiras, é o investimento no transporte, pois na participação de feiras se têm o risco de que as vendas não compensem o investimento feito para o transporte dos produtos. Entretanto, as vantagens são muitas, ao favorecer a construção social dos mercados, a ligação entre produtores e consumidores, assim como novas relações entre produção e consumo, buscando o comércio justo entre as duas partes. Como mencionam Cabanes Morote e Gómez López (2014), nos circuitos curtos de comercialização se destacam a horizontalidade, a confiança, o conhecimento, a informação e a proximidade não só espacial mais também, relacional.

A inserção nos mercados das comunidades ribeirinhas da Amazônia, como discute Meneghetti e Souza (2015), se dá de forma marginal, informal e principalmente através dos mercados locais.

Vendem para marreteiros, compradores que vão buscar os produtos nas comunidades ou nas barrancas dos rios e pagam o preço que querem. Comercializam também em feiras locais e alguns produtos são comercializados ou trocados na própria comunidade. Para alguns agricultores, o valor das vendas mal cobre os gastos com produtos consumidos na propriedade e que não são produzidos ali (MENEGETTI e SOUZA, 2015, p. 40).

Ressalta-se que algumas famílias agricultoras com pequenos estabelecimentos, não conseguem produzir o suficiente para sua manutenção, tendo que vender sua mão de obra para outras famílias agricultoras ou em atividades não agrícolas para complementar as necessidades básicas da família e da propriedade.

“Essa interação entre atividades agrícolas e não agrícolas tende a ser mais intensa à medida que mais complexa e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados” (SCHNEIDER, 2003, p. 10). Assim, independentemente das estratégias e dos canais de distribuição e comercialização dos produtos da agricultura familiar, seja através de circuitos longos ou curtos, uma das principais estratégias que mantêm aos agricultores familiares nos mercados, é a pluriatividade. Em palavras de Schneider (2003), a Pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores articulando-os de diversas formas com o mercado e com o mundo social atual.

COMUNIDADE BOA VISTA DE ACARÁ – LOCAL DA PESQUISA

A comunidade de Boa vista do Acará localiza-se no município de Acará, na Região do Baixo Tocantins, a 30 minutos de Barco da cidade de Belém, capital do estado do Pará na Amazônia Brasileira. Narrações históricas datam suas origens a partir do século XVIII, com a presença de escravos africanos e de seus descendentes que fugiam das fazendas e olarias da região e se refugiavam nas proximidades da cidade o que ajudou na integração econômica destas populações. Como mencionam Marim e Castro (1999), essas áreas ribeirinhas próximas a Belém foram sendo amplamente povoadas desde a fase colonial, desenvolvendo diversas atividades agrícolas.

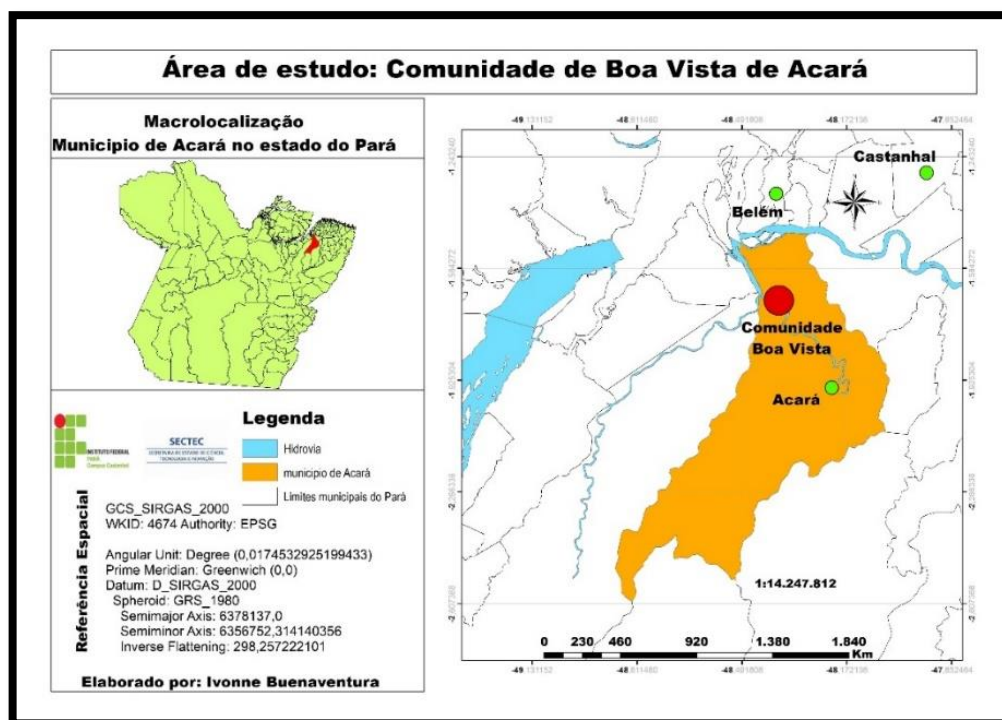
[...] a fuga e a constituição dos quilombos⁴ [...] encontrariam expressão maior com a explosão do movimento da Cabanagem, desde os primórdios do século XVIII, como fazem prova os registros cartoriais e a correspondência colonial. De Belém, subindo o rio com seus afluentes principais, o Acará, o Mojú e o Capim, e outros dessa extensa rede hidrográfica conformadora da região e ilhas do delta do estuário amazônico, concentrava-se a mais expressiva presença da colonização, ao lado da costa nordeste da Província (MARIN e CASTRO, 1999, p. 90).

As coordenadas geográficas do município são latitude 01°57'39'' S e longitude 48°11'48'' O, e 25 metros de altitude acima do nível do mar. Segundo os dados do IBGE possuía uma população de 53.569 pessoas e uma densidade demográfica de 12,33 hab./Km² no último censo no ano 2010, com uma área territorial de 4.343,550 Km² (IBGE, 2018).

A comunidade de Boa Vista do Acará localiza-se a 105 km da sede do município ao qual pertence, Acará. O acesso à comunidade pode ocorrer via terrestre por meio da Alça Viária (PA – 158), ou por hidrovia que têm o contato mais rápido e fácil com a capital do estado, Belém. (Figura 1). Caracteriza-se por apresentar áreas de várzea e terras firmes.

Na comunidade habitam aproximadamente 600 pessoas distribuídas em 200 famílias, organizadas em aproximadamente 120 grupos familiares. Aproximadamente um 15% dessas famílias são ribeirinhas que em sua maioria vivem do extrativismo animal e vegetal, sendo a pesca artesanal e a coleta do fruto de açaí as principais atividades.

Figura 1: Mapa da área de estudo (Comunidade de Boa Vista de Acará).



Fonte: Elaboração própria, 2018.

METODOLOGIA

Para a execução dos levantamentos de dados e informações na comunidade, utilizaram-se as entrevistas informais e a aplicação de questionários semiestruturados. Essa ferramenta facilitou criar um ambiente aberto de diálogo e permitindo às pessoas entrevistadas expressar-se livremente.

As entrevistas com produtores buscaram levantar a cronologia de fatos relevantes dos sistemas de produção, dos mercados, e os principais problemas enfrentados na comercialização, entre outras questões.

A aplicação dos questionários envolveu perguntas associadas à identificação do produtor, educação, organização social, acesso a crédito, sistemas de produção, comercialização, entre outros aspectos; envolvendo 108 grupos familiares durante o período de março a abril de 2018. Os questionários se aplicaram na área de terra firme e na área de várzea, tentando atingir a totalidade das famílias, porém, durante os períodos de aplicação dos questionários, algumas famílias encontravam-se fora de suas residências ou fora da comunidade, motivo pelo qual não foi entrevistada a totalidade da comunidade (estima-se que aproximadamente 10% das famílias da comunidade não foram entrevistadas).

Para resumir estes conjuntos de dados, desenharam-se tabelas e representações gráficas das categorias numéricas das variáveis junto com o número de elementos que classificam cada categoria, permitindo entender com mais facilidade as diferentes tendências da comunidade em cada um dos temas tratados no questionário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aspectos socioeconômicos da comunidade

A comunidade de Boa Vista de Acará tem suas origens nas fugas dos escravos no século XVIII e a constituição dos quilombos, como descrevem Marin e Castro, (1999). Estes movimentos de ocupação e de comercialização encontraram-se no delta do rio Amazonas, onde era desenvolvida uma agricultura em especial de cana de açúcar, plantada nas várzeas e que alimentava os engenhos que se instalavam para produção de açúcar, aguardente e outros derivados como a rapadura. As potencialidades florestais desta região foram estruturando estas localidades a partir de uma economia agroextrativista.

Analisando o perfil dos entrevistados, mais do 80% nasceram no município, e a média de idade das pessoas entrevistadas foi de 38 anos. Quanto à escolaridade, 65% estudaram até o ensino fundamental, e apenas 4% chegaram até a educação superior. Percebeu-se que o grau de escolaridade está diretamente relacionado com a idade dos entrevistados. Quanto mais idade, menor o nível de estudo, em função das dificuldades em acessar a escola em períodos anteriores, tendo em vista que muitas comunidades não contavam com escolas públicas, nem com transporte para chegar aos centros urbanos mais próximos.

Abraham, Neirão e Lobato (2006), refletem que umas das principais questões relacionadas à dificuldade de consolidação dos sistemas produtivos no Estado do Pará é a baixa estruturação da educação, e a falta de capacitação dos agricultores. Assim, o baixo nível de escolaridade interfere negativamente e é uma das causas que afetam a qualidade de vida e a inserção competitiva de seus produtos no mercado.

Essa realidade no Pará, representativa da realidade Amazônica e muito comum nos demais estados Brasileiros, tem levado a pensar a política educacional para os trabalhadores do campo no Brasil, constituindo uma prática social identificada como Educação do Campo, que incorpora as demandas e necessidades advindas das lutas históricas e reivindicações dos

que habitam o campo, com suas especificidades sociais, culturais, ambientais, políticas, econômicas, de gênero, raça e etnia (HAGE, CRUZ e SILVA, s.d.).

A comunidade de Boa Vista do Acará atualmente tem como principais ocupações a produção agrícola, o extrativismo e os pequenos comércios. A economia local é movimentada principalmente pela extração e/ou cultivo e comercialização de espécies frutíferas e florestais como *Euterpe oleracea* (Açaí), *Theobroma grandiflorum* (Cupuaçu), *Bactris gasipaes Kunth* (Pupunha), entre outras; e o cultivo de *Maniotea Esculenta* L. (Mandioca), que é muito importante; mas atualmente não representa mais uma das principais fontes de renda econômica. Porém, o cultivo da Mandioca representa grande importância para a manutenção de a soberania alimentar dessas comunidades que produzem farinha, tucupi⁵, tapioca, e outros derivados, para autoconsumo principalmente.

A comunidade também se caracteriza pelo cultivo de plantas medicinais e de cheiro, como *Ocimum basilicum* (Manjericão), *Pogostemon spp.* (Patchuli), *Tanacetum vulgare* (Catinga de Mulata), *Siparuna guianensis* Aubl. (Capitiú), *Schizolobium parahyba* (Pataqueira), *Cyperus articulatus* L (Pripioca), entre outras. Estas duas últimas têm sido bem comercializadas para uma empresa de cosméticos (Natura) através da Associação de Produtores de Boa Vista de Acará (APOBV).

A comunidade de Boa Vista de Acará, desde o ano de 2003 com a consolidação da APOBV e seus processos de capacitação com instituições públicas e privadas, vem desenvolvendo diferentes mecanismos a partir do trabalho coletivo comunitário, para o acesso justo ao mercado, promovendo a agregação de valor aos produtos (Figura 2).

Figura 2: Valor agregado dos produtos derivados da Mandioca, Castanha do Pará, Ervas de cheiro e cria de animais.



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

A: Beijuxica, feito a partir da massa da mandioca. B: Molho de Tucupi, extraído da raiz da mandioca brava e temperado com pimentas. C: Galinhas caipiras, em cestas artesanais. D: Extrato de plantas de cheiro. E: Biscoitos de Castanha do Pará.

Como discute Maluf (2004), a produção diversificada e a agregação de valor aos produtos constituem umas das estratégias que mantêm o vínculo entre a agricultura familiar e os distintos tipos de mercados.

Atualmente, mais de 90% das famílias entrevistadas se dedicam principalmente à agricultura (Tabela 1). Os sistemas de produção são orientados para o autoconsumo, assim como para a comercialização do excedente.

Tabela 1: Principal atividade produtiva da população amostrada (108 questionários) 47 mulheres e 61 homens.

Proporção (%)	Profissão
94%	Agricultores (as)
6%	Extrativistas/Pescadores (as)

Fonte: Trabalho do campo, 2018.

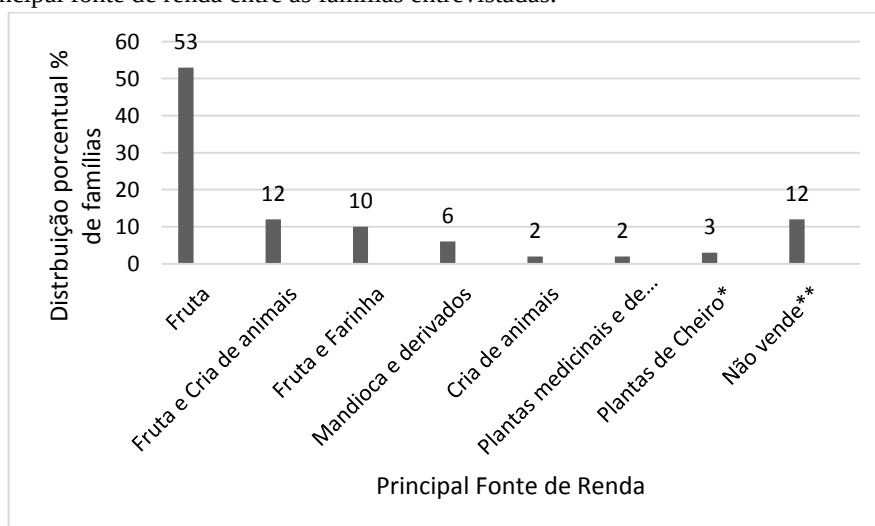
A população da comunidade de Boa Vista de Acará se enquadra na categoria de agroextrativistas, pois suas atividades estão diretamente vinculadas à agricultura familiar e

coleta de produtos da floresta, além da pesca artesanal. Como se observa na tabela 1, só o 6% da comunidade entrevistada tem como principal atividade o extrativismo, mas este dado está diretamente relacionado com a porcentagem de famílias da comunidade que moram nas áreas de várzea e nas áreas de terra firme. Sendo aproximadamente 15% moradores ribeirinhos que se dedicam principalmente ao extrativismo entre estes a pesca artesanal.

Para 53% das famílias entrevistadas, a principal fonte de renda é a venda de frutas *in natura* (Gráfico 1) das diferentes espécies que proporcionam safras no decorrer do ciclo anual, destacando-se espécies provenientes do agro -extrativismo, como *Euterpe oleracea* (Açaí), *Oenocarpus bacaba* (Bacaba), *Bactris gasipaes* (Pupunha), *Bertholletia excelsa* (Castanha do Pará), entre outras.

Esta característica da comunidade tem promovido à comunidade a aumentar a produção frutícola, cultivando espécies que antes eram só coletadas através do extrativismo, e focalizando também numa organização mais adequada para sua comercialização, buscando a melhoria de seus canais de escoamento; razão pela qual atualmente se discute na comunidade a possibilidade de transformar a associação em uma cooperativa ou criar uma cooperativa que possa atender estas necessidades principalmente na área de comercialização, já que a associação é sem fins lucrativos, e por isto apresenta dificuldades na hora de emitir nota fiscal nos processos de comercialização.

Gráfico 1: Principal fonte de renda entre as famílias entrevistadas.



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

*Famílias que tem como principal fonte de renda, a venda de plantas de cheiro, (*Cyperus articulatus*) Priprioca e (*Schizolobium parahyba*) Pataqueira como matérias primas para uma empresa de cosméticos (Natura). ** Dedicam-se a outros empregos, como servidores públicos em escolas ou postos de saúde, motoristas e comerciantes independentes.

Diversidade de produtos e formas de beneficiamento

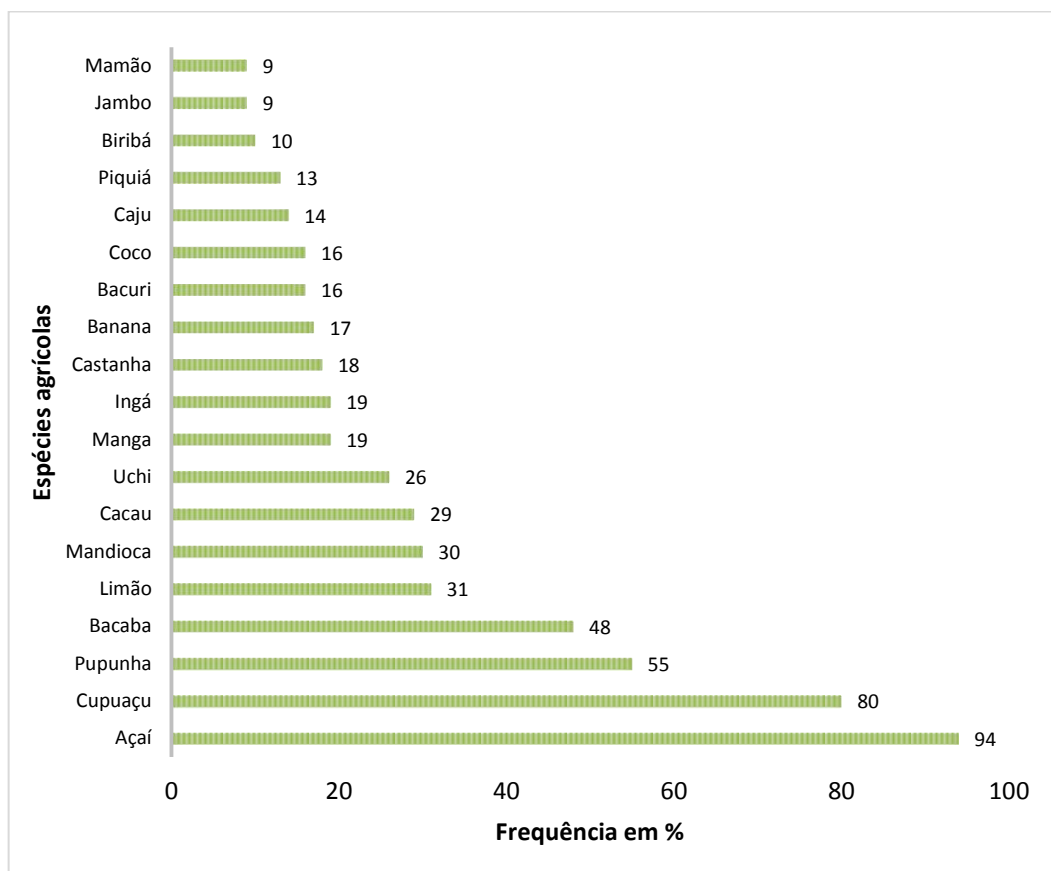
A comunidade de Boa Vista de Acará, é uma comunidade que trabalha com a cadeia produtiva da biodiversidade, por este motivo, os sistemas produtivos são diversificados, representados por quintais agroflorestais não planejados ou Sistemas Agroflorestais (SAF) planejados; tendo sido encontrados mais de quarenta (40) espécies vegetais (Apêndice C) para alimentação e comercialização, entre as quais trinta e cinco (35) são espécies agroflorestais, o que faz com que a paisagem seja predominantemente de floresta, abrigando assim uma importante biodiversidade de fauna e flora que se relacionam com esta.

Em palavras de Schoroth, *et. al.* (2004, p. 8) os “sistemas agroflorestais podem fornecer habitat e recursos para espécies vegetais e animais nativos dependentes da floresta que não seriam capazes de sobreviver em uma paisagem puramente agrícola”. Entre tanto, como discute Tabarelli *et. al.* (2010) os sistemas agroflorestais não substituem de forma integral as funcionalidades das áreas de floresta, mais são os sistemas agrícolas que oferecem melhores condições para a conservação da biodiversidade, ao facilitar a conectividade entre as áreas florestais; ou inclusive, funcionar como trampolins, entre os fragmentos de floresta.

Isto devido a que os sistemas produtivos agroflorestais representam uma maior complexidade com relação às áreas agrícolas convencionais ou de monoculturas, já que tem semelhanças com a vegetação natural local em estrutura, composição e funcionalidade, ao imitar as funções ecológicas encontradas nos sistemas naturais, já que possuem maior diversidade de espécies, e arranjos estratificados que imitam a sucessão natural (estrato baixo, médio, médio-alto, alto e emergente), além de incluírem espécies nativas (SOLLBERG, SCHIAVETTI e BRUCK MORAES, 2014).

As espécies arbóreas introduzidas nos sistemas agroflorestais também contribuem na proteção do solo, através da cobertura com biomassa, reduzindo a erosão; ao mesmo tempo em que contribui na renda das comunidades por meio dos produtos florestais como madeira, frutos, sementes e óleos. Entre as espécies agroflorestais e de valor comercial mais frequente encontradas nos arranjos da comunidade de Boa Vista de Acará, são: *Euterpe oleracea* (Açaí), *Theobroma grandiflorum* (Cupuaçu), *Bactris gasipaes* (Pupunha), *Oenocarpus bacaba* (Bacaba), *Theobroma cacao* (Cacau), *Endopleura uchi* (Uchi), *Mangifera indica* L. (Manga), *Inga spp.* (Ingá), *Bertholletia excelsa* (Castanha), entre outras (Gráfico 2).

Gráfico 2: Espécies agrícolas e/ou extrativas mais frequentes nos quintais agroflorestais da comunidade de Boa Vista de Acará

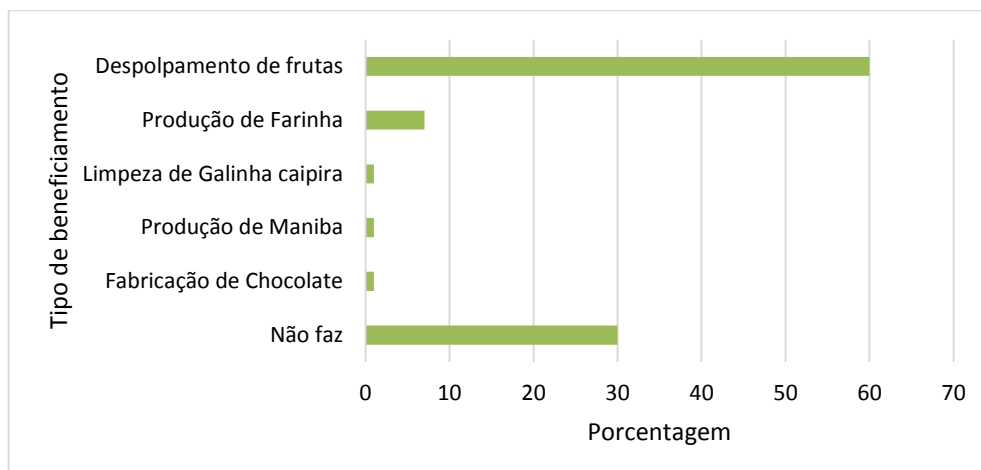


Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Estas espécies mais frequentes, também representam as principais espécies utilizadas para o autoconsumo das famílias, destacando-se no nível de organização e distribuição espacial no interior da propriedade ou “quintal”. E que no contexto social e econômico, são as que fazem que os agricultores possuam pouca dependência para garantir suas necessidades de segurança alimentar. Entretanto, pôde-se constatar que alguns produtos comprados nos supermercados pelos agricultores, poderiam ser produzidos pelos mesmos; nos quais se destaca o feijão, os ovos e as hortaliças.

Por outro lado, observa-se que as frutas produzem as matérias primas mais importantes na comunidade, pois sustentam a segurança e soberania alimentar, assim como contribui na economia das famílias. A comercialização destas frutas se faz principalmente *in natura*, entretanto 70% dos entrevistados fazem algum tipo de beneficiamento para comercialização (Gráfico 3).

Gráfico 3: Diferentes tipos de beneficiamento realizados pela comunidade para comercialização.



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Dentre as frutas beneficiadas para comercialização, o *Theobroma grandiflorum* (Cupuaçu) é o mais comercializado tanto na temporada da safra, como nas entressafras, onde algumas famílias estocam para vender a um melhor preço.

Como mostra Magalhães Nogueira e Santana (2009), a fruticultura é uma das quatro atividades econômicas de maior importância para o Estado do Pará, e entre as frutas nativas da Amazônia que apresentam maior dinâmica da produção, comercialização e inserção nos mercados nacional e internacional estão o *Euterpe oleracea* (Açaí) e o *Theobroma grandiflorum* (Cupuaçu); onde o Pará é o principal produtor no país. Ressaltando também que o Brasil é o terceiro maior produtor de frutas no mundo (SEBRAE, 2015).

Sendo estas características um dos pontos potenciais para dinamizar a economia da comunidade de Boa Vista de Acará, já que as frutas representam um componente significativo nas unidades de produção familiar, e é atualmente a principal fonte de renda. Porém, os agricultores familiares da comunidade, ainda contam com recursos e infraestrutura precária para o beneficiamento e armazenamento das polpas de frutas, tendo em conta, que a técnica de despolpamento do cupuaçu, por exemplo, se faz de forma tradicional na tesoura e em alguns casos sem cumprir as normas básicas de higiene e boas práticas na manipulação de alimentos, razão que diminui o potencial que estes produtos podem ter nos canais de comercialização. Sendo urgente e prioritário desenvolver projetos e empreendimentos que melhorem a capacitação e as condições no processamento e comercialização das polpas de frutas nesta comunidade, assim como a inspeção sanitária e acompanhamento por parte do Estado.

Sazonalidade e renda mensal

Sazonal se refere ao que é temporário, ou seja, que é típico de determinada estação ou época. Assim, muitos dos produtos da agricultura familiar têm uma sazonalidade em quanto a plantio e colheita, tendo em conta isto, a renda mensal das famílias varia de acordo a temporada do ano, pois a maioria das famílias obtém a sua principal fonte de renda, da venda de frutas como *Euterpe oleracea* (Açaí), *Bactris gasipaes* (Pupunha), *Oenocarpus bacaba* (Bacaba), *Theobroma grandiflorum* (Cupuaçu), *Endopleura uchi* (Uchi), *Mangifera indica* L. (Manga) entre outros, que possuem sazonalidade na produção (Quadro 1); fenômeno que faz flutuar a renda econômica dependendo das safras de cada uma das espécies cultivadas ou coletadas.

Quadro 1: Distribuição sazonal das principais espécies agrícolas e extrativas exploradas pela comunidade para comercialização.

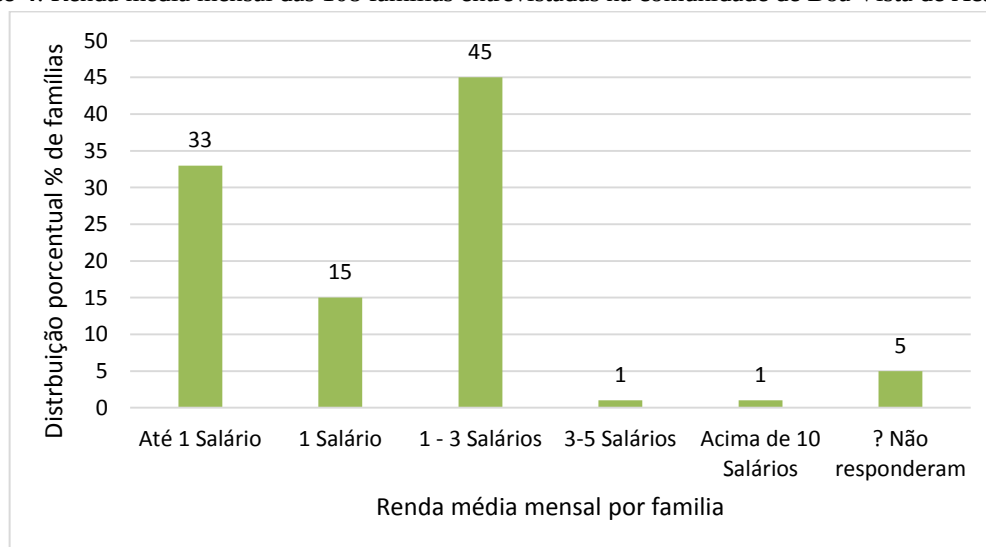
PRODUTOS	MESES											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Açaí												
Pupunha												
Cupuaçu												
Bacaba												
Caju												
Jaca												
Uxi												
Bacuri												
Manga												
Biribá												
Açaí branco												
Tucumã												
Coco												
Piquiá												
Limão galego												
Jambo												
Murici												
Melancia												
Limãozinho												
Ingá												
Carambola												
Fruta pão												
Ervas medicinais ou aromáticas												

Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Desta forma, na época das safras das principais espécies comercializadas, as famílias conseguem aumentar a renda, e nos períodos das entressafras, a renda diminui. Como ilustra o quadro 1, no período de Abril a Setembro a produção de algumas frutas diminuiu significativamente, sendo possivelmente estes meses onde a renda monetária se vê afetada a causa da escassez de frutas para comercialização. Entretanto, no primeiro semestre do ano, principalmente em março, é o período em que os preços de frutas como o *Euterpe oleracea* (Açaí) atingem patamares substancialmente elevados em relação à média anual, o que representa uma oportunidade para os produtores que consigam ofertar frutos neste período.

Em quanto à renda familiar, dos 108 grupos familiares entrevistados, 33% às vezes conseguem até um (1) Salário Mínimo (S.M.), 15% um (1) S. M., 45% entre um (1) até três (3) S.M. e 5% das famílias não responderam a esta questão (Gráfico 4). É importante ter em conta, que mesmo a venda de fruta seja a principal fonte de renda, como se ilustro no gráfico 1, a renda familiar é constituída por diferentes fontes geradas da pluriatividade destas famílias, e em alguns casos de aposentadorias e/ou programas de governo como bolsa família.

Gráfico 4: Renda média mensal das 108 famílias entrevistadas na comunidade de Boa Vista de Acará. 2018



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Conforme o gráfico 4, um grande porcentagem das famílias tem uma renda familiar entorno a um (1) S.M., onde dependendo das safras, 45% conseguem elevar a renda até 3 S.M e 33% não conseguem chegar ao S.M. Entretanto, a baixa renda monetária não necessariamente representa uma baixa qualidade de vida. Isto representado principalmente

pelo papel importante da produção para autoconsumo, característica dos agricultores familiares.

Assim, a produção para autoconsumo gera autonomia do agricultor familiar fazendo com que dependa menos das condições externas à unidade de produção e gerando estabilidade na segurança e soberania alimentar. Em palavras de Grisa (2011), entende-se por autoconsumo a produção realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo.

Neste dialogo Gazolla e Schneider (2007) discutem com base nas reflexões teóricas desenvolvidas por autores clássicos que estudaram o tema, tais como Chayanov⁶ e Wolf. Para eles, o autoconsumo é uma característica que pode ser descrita como genuína às formas sociais familiares, pois é uma dimensão constitutiva do campesinato que o define e o caracteriza em todas as sociedades.

Desta maneira, práticas como a produção para o autoconsumo na agricultura familiar, possibilitam o acesso a uma variedade de alimentos e com isto geram autonomia frente à oferta e preços dos mercados com relação aos alimentos.

Nesse sentido, estes autores reconhecem que a produção para autoconsumo, em alguma medida, explica a permanência da agricultura familiar nas sociedades atuais; na medida em que é o autoconsumo o responsável pela sociabilidade e a identidade dos agricultores, assim como da segurança alimentar deste grupo social.

No caso da autonomia, o princípio da segurança alimentar está relacionado ao acesso aos alimentos, já que aqueles agricultores que possuem o autoconsumo não são vulnerabilizados nas suas unidades de produção, não terão necessidade de comprar alimentos para atingir o mínimo calórico, podendo utilizar os recursos economizados em outras necessidades essenciais. Ademais, produzindo internamente na unidade de produção, estes agricultores não se tornam vulneráveis em relação à oferta e aos preços dos alimentos nos mercados (GRISA, GAZOLLA e SCHNEIDER, 2010).

Porém, estas estratégias de produção para autoconsumo vêm sendo fragilizadas pela mercantilização da agricultura familiar. Em palavras de Gazolla e Schneider (2004, p. 30) “a mercantilização da agricultura familiar é definida como um processo social no qual o mercado se apresenta como esfera primordial e organizadora da reprodução social dos agricultores familiares”. Ou seja, o agricultor familiar passa a depender do mercado através da externalização dos elementos ou das etapas que integram o processo de produção.

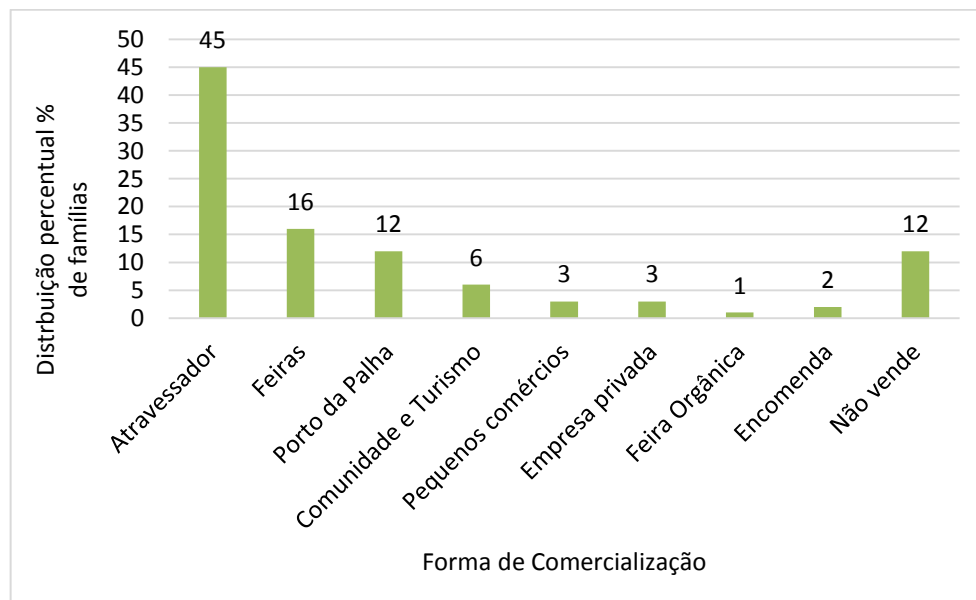
Na comunidade de Boa Vista de Acará, observa-se um pequeno percentual (aprox. 3% das entrevistadas) de famílias que centralizam seus esforços de produção e organização no cultivo de plantas de cheiro como *Cyperus articulatus* L (Priprioca) e *Schizolobium parahyba* (Pataqueira), que são bem comercializadas para uma empresa de cosméticos (Natura), deixando em segundo plano os esforços na produção de alimentos para autoconsumo.

Neste contexto, as famílias agricultoras que não priorizam na produção para autoconsumo, dependem da renda mensal para a manutenção da unidade familiar e desta forma geram dependência do mercado para satisfazer as necessidades básicas alimentares.

Características da comercialização

A comunidade comercializa a produção com três agentes distintos, a associação, os atravessadores e a venda direta ao consumidor. A maior parte dos produtos se comercializa *in natura*, e em alguns casos beneficiados aos atravessadores que vão buscar os produtos na comunidade ou no Porto da Palha, em Belém; e na venda direta ao consumidor nas feiras, na comunidade, ao turismo, ou por encomenda (Gráfico 5).

Gráfico 5: Formas de comercialização dos produtos da agricultura familiar da comunidade de Boa Vista de Acará.



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

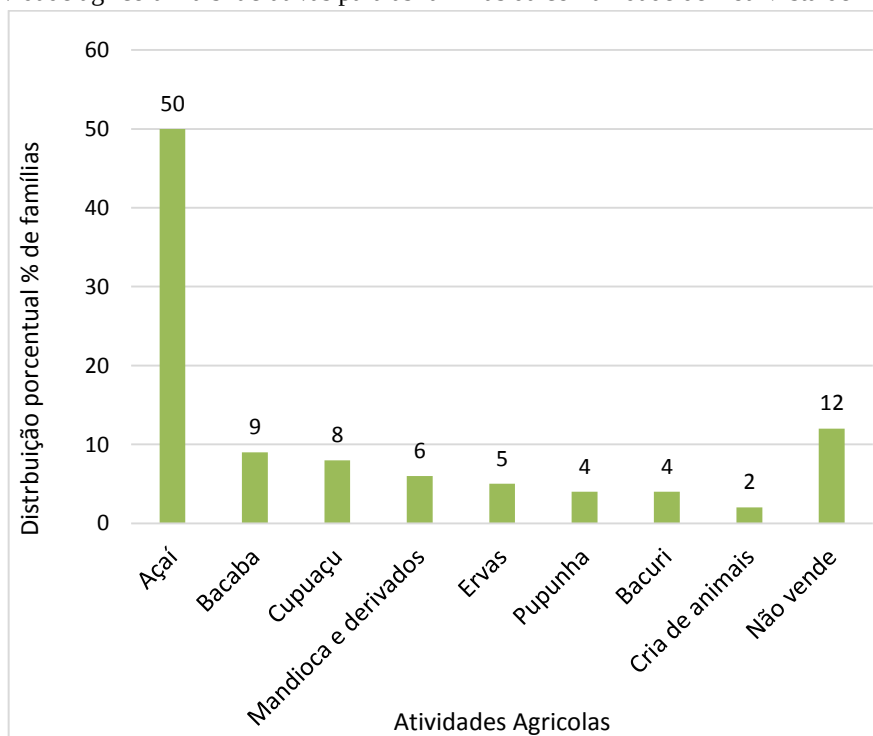
As famílias agricultoras da comunidade utilizam diversos canais de comercialização simultaneamente, entretanto, como se observa no gráfico cinco, 45% das famílias vendem

seus produtos principalmente aos atravessadores ou Marreteiros; 16% vendem em várias feiras, como a feira do porto da palha e o Ver-o-Peso na cidade de Belém, capital do estado; 12% vendem exclusivamente no porto da palha, em Belém; onde as vendas ocorrem tanto para intermediários como para o consumidor final; 6% vendem por encomenda na mesma comunidade ou ao turismo que visita a comunidade; 3% vendem em pequenos comércios, 3% vende só matéria prima para a empresa privada através da APOBV; apenas 1% vende na Feira Orgânica em Belém; 2% por encomendas fora da comunidade e 12% das famílias não vendem seus produtos, cultivando para o autoconsumo e obtendo sua renda de outras formas.

Aproximadamente 50 famílias se encontram associadas à APOBV, porém a maioria delas, além de comercializar as plantas de cheiro através da associação, também comercializam diversos produtos advindos da unidade familiar. Só duas ou três famílias comercializam exclusivamente através deste canal.

Para 50% das famílias entrevistadas, a atividade mais lucrativa é o cultivo ou extrativismo do Açaí. Para outras famílias, são o cultivo da Bacaba, Cupuaçu, a Mandioca e seus derivados, entre outras (Gráfico 6).

Gráfico 6: Atividade agrícola mais lucrativas para as famílias da comunidade de Boa Vista de Acará



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

No período da safra do açaí, os produtores recebem, no início da safra, de R\$ 70,00 a 100,00 pela “basqueta” (basquetas são cestos de fibras regionais, cada basqueta comporta 14

kg de frutos *in-natura*); e no final da safra chega a R\$ 250,00 a basqueta ou mais. Porém no meio da safra, o preço do produto chega a R\$ 30,00 ou R\$ 40,00 a basqueta. Essa flutuação significativa do preço do açaí, da possibilidade, tendo em conta que o Açaí frutifica durante todo o ano; por exemplo, adotando técnicas de manejo que permitam alongar o ciclo da cultura do Açaí de forma que os produtores se beneficiem daqueles períodos em que os preços são mais elevados, como no final da safra, quando o preço se eleva significativamente em relação à média anual.

Como descrevem Magalhães e Santana (2009) no seu estudo sobre o análise de sazonalidade de preços de varejo de açaí, cupuaçu e bacaba no estado do Pará; a variação dos preços do açaí em torno da média é irregular, apresentando maior variabilidade no mês de maio e menor no mês de junho. Indicando que o comportamento do preço de varejo do açaí no Estado do Pará é instável.

Este fenômeno é de grande importância na consolidação dos planos de comercialização dos agricultores familiares, pois servem para nortear as decisões no manejo, de modo a estabelecer critérios e estratégias para suprir o mercado no período em que o preço aumenta. Assim, “diante da alta de preços do açaí no mercado varejista do Estado do Pará, criam-se expectativas de que o aumento da produção e comercialização resultará em maiores lucros para os produtores” (MAGALHÃES e SANTANA, 2009, p. 19).

Porém, é importante entender que a flutuação do preço do açaí, e a representação de uma crescente demanda do mercado por este produto agrícola, gerando já em algumas regiões uma mudança agroextrativista para um modelo de produção que rompe com a cadeia produtiva da biodiversidade, como por exemplo, monoculturas via “açaização” dos ecossistemas ribeirinhos do estuário amazônico; podendo trazer desequilíbrio não só nas dimensões socioeconômicas e ambientais da região, mais também nas características da reprodução de vida campesina, atualmente evidente na agricultura familiar desta região, como é a segurança e soberania alimentar através diversificação da produção e a produção para o autoconsumo.

Relação Consumo/Venda

Na relação entre consumo e venda se encontra uma das principais razões que fazem com que a comunidade de Boa Vista de Acará, mesmo tendo em média uma renda monetária familiar baixa, possui uma qualidade de vida que se desprende principalmente da segurança e soberania alimentar; ou seja, de sua produção para autoconsumo, sendo esta uma das

características da agricultura familiar que contribui na autonomia das famílias, frente a atual crise agrária.

Como explica Van der Ploeg (2009) nas sete teses sobre agricultura camponesa.

As respostas para a atual crise agrária (especialmente em relação aos preços baixos e flutuantes, níveis crescentes dos custos e dificuldades associadas com o refinanciamento das dívidas) diferem consideravelmente. Basicamente, os agricultores capitalistas tendem a fechar suas fazendas-empresas, enquanto os agricultores empresários tendem a desativar seus negócios agrícolas ao mesmo tempo em que redirecionam seus recursos para outros domínios não agrícolas. A agricultura camponesa é relativamente menos afetada: está menos endividada e requer muito menos aportes externos. Isso não quer dizer que os camponeses do mundo passam incólumes pela crise. Pelo contrário, eles são gravemente afetados. Mas a sua maneira de reagir difere estruturalmente daquela escolhida pelos agricultores empresariais e capitalistas (VAN DER PLOEG, 2009, p. 27-28).

Assim os agricultores familiares ao contrário da agricultura empresarial, em períodos de crise na comercialização de seus produtos, não desativam suas unidades de produção agrícola, pelo contrário, eles mantêm sua produção que vai garantir seu autoconsumo.

Embora grande parte dos agricultores familiares possua uma diversificação na sua produção, tanto para comercialização como para o consumo, muitos procuram a pluriatividade que incluem atividades não agrícolas, como alternativas para obter renda externa que lhes permita continuar produzindo nos períodos de crise.

Na relação consumo – venda da comunidade de Boa Vista de Acará, encontramos que os principais produtos comercializados, também são os que sustentam a alimentação dos grupos familiares; entre estes: *Euterpe oleracea* (Açaí), *Oenocarpus bacaba* (Bacaba), *Bertholletia excelsa* (Castanha), *Bactris gasipaes* (Pupunha) e *Manioto Esculenta* L. (Mandioca) e seus derivados. Aproximadamente 80% das famílias entrevistadas preferem o *Euterpe oleracea* (Açaí) como base para sua alimentação, de forma que consumem o que precisam e vendem o excedente. De igual forma, 20% das famílias entrevistadas preferem a *Oenocarpus bacaba* (Bacaba) como base de sua alimentação; assim, usam o que precisam e vendem o excedente.

É interessante que o Açaí e a Bacaba apresentam sincronismo, a época de frutificação de ambos é complementar, quando se inicia o período de entressafra do Açaí, começa a safra de Bacaba (MAGALHÃES e SANTANA, 2009). Deste modo, os agricultores familiares cujo hábito alimentar se fundamenta no Açaí e, alternativamente, na Bacaba, garante durante todo o ciclo anual o abastecimento para sua alimentação assim como de frutos para a comercialização.

Enquanto a mandioca e seus derivados, a maioria das famílias desenvolve esta atividade para autoconsumo principalmente, já que faz parte de sua cultura alimentar do dia a dia. Atualmente não representa mais a principal fonte de renda, já que se encontra no mercado produtos similares, de baixa qualidade e baixo preço, sendo difícil competir contra este mercado orientado ao consumo cego.

Arancibia (2012) menciona que na atualidade a sociedade incentiva à destruição dos recursos, da sociedade e da biodiversidade, por meio de um consumo cego de bens, serviços e alimentos em excesso, supostamente para satisfazer legítimos desejos, mais sem considerar os processos de produção, distribuição e comercialização dos produtos que consomem. Neste sentido, o autor discute que a cultura do consumidor com tendência ao consumismo é uma consequência da expansão capitalista após as revoluções industriais; que educam as pessoas para serem consumidores, através de mecanismos de sedução e manipulação como o marketing e a propaganda.

São estes métodos, entre outros, que o sistema utiliza para gerar um consumismo exacerbado, toda vez que fomentam a procura constante pela saciedade do desejo de consumo e que, uma vez alcançado, gera um vazio até achar outro produto ou serviço que preencha este vácuo. Isto mantém as pessoas numa roda constante de consumo e descarte (ARANCIBIA, 2012, p. 27-28).

A relação consumo e venda das famílias agricultores é muito importante, já que define a capacidade de autonomia, como menciona Gazolla e Schneider (2004) por conta das transformações técnicas e produtivas decorrentes da modernização da agricultura, muitos perderam a autonomia do processo produtivo e inclusive a tradição e o corpo do saber de produzir os próprios alimentos para consumo. Nesse sentido, a comunidade de Boa Vista de Acará, mostra que não tem perdido sua segurança alimentar mantendo autonomia frente ao contexto social e econômico, através da produção para o autoconsumo; sendo importante valorizar e ressaltar que estas famílias agricultoras mesmo participando de diferentes canais de comercialização, não se deixam permear agressivamente pela mercantilização da agricultura familiar.

A mercantilização da agricultura é definida como um processo social no qual o mercado se apresenta como esfera primordial e organizadora da reprodução dos agricultores familiares. Este é, na atualidade, a instituição que, em grande medida, governa a produção e a reprodução da agricultura familiar moderna. Deste modo, está só pode ser entendida nas sociedades contemporâneas se for compreendido o carácter, a lógica e a integração que esta forma social de produção e trabalho submete a os circuitos mercantis que se colocam de forma impessoal, heterogênea e como condicionantes da manutenção e sobrevivência de muitas unidades de produção (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2004, p. 30).

Esta mercantilização da agricultura familiar traz não só a perda da segurança e soberania alimentar, como também a externalização do processo produtivo que faz com que os agricultores e agricultoras dependam de fatores externos a propriedade para iniciar um novo ciclo produtivo. E consequentemente a perda da autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Boa Vista de Acará é uma comunidade que trabalha com a cadeia produtiva da biodiversidade, onde as famílias moram em espaços coletivos, compartilhando os quintais agrofloretais que rodeiam as casas em sistemas produtivos bastante diversificados. Quintais agrofloretais que possuem principalmente uma ampla diversidade de frutas da qual sustentam sua alimentação e a geração de sua renda.

Os canais de distribuição e comercialização, também são diversos destacando-se as vendas diretas ao consumidor (circuito curto) e as vendas aos atravessadores (circuito longo). Entretanto as duas formas se complementem a aproximação dos produtores e os consumidores, entre produção e consumo, é de grande importância, para o entendimento e valoração destes sistemas produtivos desenvolvidos pelos agricultores familiares, tendo em conta que a importância social, econômica e ambiental destes sistemas produtivos, vai além do território local.

Os produtos são comercializados principalmente *in natura* para os atravessadores, porém, as experiências com a organização social desde o ano de 2003 consolida a APOBV -que comercializa principalmente *Cyperus articulatus* L (Priprioca) e *Schizolobium parahyba* (Pataqueira), para uma empresa de cosméticos (Natura). Essa experiência vem aumentando as habilidades e conhecimentos para uma melhor organização e gestão da produção, assim como de sua comercialização, tendo como referência o trabalho coletivo. Desta forma, o beneficiamento de produtos, a agregação de valor e a aproximação entre produtores e consumidores, têm-se tornado estratégias pontuais no melhoramento da cadeia produtiva.

Ressalta-se que a agregação de valor aos produtos, permite que os agricultores familiares criem vínculos de distintos tipos com os mercados, numa construção de identidade territorial, como por exemplo, os produtos com denominação de origem.

Entretanto, mesmo que a comunidade de Boa Vista de Acará disponha de uma diversidade de produtos obtidos dos cultivos e do ecossistema natural local; de toda a produção gerada das diferentes espécies cultivadas e do extrativismo, somente o *Euterpe oleracea* (Açaí), *Theobroma grandiflorum* (Cupuaçu), *Bertholletia excelsa* (Castanha do

Pará), *Carapa guianensis* (Andiroba) e o peixe, incluindo o camarão, apresentam potencial econômico a grande escala. Porém, as especialidades em produtos e serviços da floresta como a fabricação de chocolates e os tradicionais banhos de cheiro, que os turistas experimentam durante suas visitas na comunidade, estão possibilitando o conhecimento destas cadeias produtivas da biodiversidade.

Em conclusão a comunidade conta com uma série de potencialidades assim como de fragilidades: por um lado observa-se a capacidade autônoma de geração de renda e produtos para o autoconsumo, e por outro lado, como menciona Maluf (2004) observa-se que a agricultura familiar ainda é depositária de um grande contingente de pessoas vivendo em condições sociais e de produção extremamente heterogêneas, formando em alguns casos expressões de pobreza rural.

Na comunidade de Boa Vista de Acará, a inserção dos agricultores familiares no mercado ainda é um grande desafio, sendo que, muitas vezes, carecem de logística adequada para o transporte de seus produtos. Nesse sentido, acabam não comercializando sua produção de forma eficiente. Sendo preciso e oportuno, continuar e focalizar na organização comunitária, que permita melhorar as condições da logística e facilite novas possibilidades de acesso ao mercado.

Por isso, os processos de investigação e extensão rural como o presente estudo, fazem articulações entre os diferentes agentes acadêmicos, agrícolas e financeiros, que tem o desafio de construir relações sociais e comerciais mais respeitadas, que favoreçam equitativamente todas as suas partes. E em isto, a Agricultura familiar vem desenvolvendo um papel central na articulação destes diferentes agentes, e umas das atividades primordiais e determinantes, são os processos de construção de mercados e comercialização dos produtos. Nesse sentido, uma constatação merece destaque, como ressalta Finatto e Salamoni (2008, p. 200) “é inegável que o segmento da agricultura familiar se desenvolve e persiste até hoje”.

CHANNELS OF COMMERCIALIZATION OF FAMILY AGRICULTURE: The case of the community of Boa Vista de Acará, Amazon Paraense-Brazil.

ABSTRACT

The purpose of this work was to learn about the marketing channels for family farming products in the Boa Vista de Acará community, located in the municipality of Acará in the state of Pará (Brazil). Through the socio-productive and socio-economic diagnosis of the community, the application of questionnaires was used for this purpose, or with the purpose of raising the socioeconomic information of the community, covering issues related to the production and marketing of agricultural products family. The results indicate that the marketing relationships of the community are diverse, with long-term marketing channels predominant with the participation of intermediaries.

KEY WORDS: Marketing Channels, Family Farming, Boa Vista Community of Acará.

CANALES DE COMERCIALIZACIÓN DE LA AGRICULTURA FAMILIAR: El caso de la comunidad de Boa Vista de Acará, Amazonía Paraense-Brasil

RESUMEN

El presente trabajo tuvo por objetivo conocer los canales de comercialización de los productos de la agricultura familiar de la comunidad de Boa Vista de Acará, localizada en el municipio de Acará en el estado de Pará (Brasil). A través do diagnóstico socio productivo e socio económico de la comunidad, para esto se utilizó la aplicación de cuestionarios, con o fin de proceder al levantamiento de las informaciones socioeconómicas de la comunidad abarcando cuestiones referentes a la producción y comercialización de los productos de la agricultura familiar. Los resultados indican que las relaciones de comercialización de la comunidad son diversas, predominando los canales alongados de comercialización con la participación de Intermediarios.

PALABRAS-CLAVE: Canales de comercialización, Agricultura Familiar, Comunidad Boa Vista de Acará.

NOTAS

¹ As Plantas de cheiro são ervas medicinais e aromáticas usadas principalmente para fazer banhos “banhos de cheiro”, atividade cultural passada de gerações. No Pará, esta tradição tem sido destaque pelas ervas da Amazônia e as “erveiras” especialistas na cura por meio dos banhos.

² Na região se denomina “Marreteiro” ou Atravessadores a os compradores ambulantes que buscam produtores nas comunidades ou nas feiras, para comprar seus produtos por atacado, sem que, para isso, esteja devidamente licenciada.

³ O Mercado Ver-o-Peso é um dos mercados públicos mais antigos do Brasil, considerado como uma das maravilhas do estado do Pará. Eleito uma das 7 Maravilhas do Brasil por ser um dos mercados mais antigos do país. Ponto turístico, cultural e econômico da cidade de Belém, formado pelo Mercado de Ferro, Praça do Pescador, Doca das Embarcações, Pedra do Peixe e, Feira Livre - considerado a maior feira ao ar livre da América Latina que abastece a cidade com variados tipos de gêneros alimentícios e ervas medicinais, vindos das ilhas circunvizinhas à capital e dos municípios do interior, fornecidos por via fluvial.

⁴ Os grupos étnicos conhecidos como “comunidades remanescentes de quilombos” ou “quilombolas”, são constituídos pelos descendentes dos escravos negros que, no processo de resistência à escravidão, originaram grupos sociais que ocupam um território comum e compartilham características culturais até os dias de hoje.

⁵ O Tucupi é o sumo amarelo extraído da raiz da mandioca brava quando descascada, ralada e espremida (tradicionalmente usando-se um tipiti). Depois de extraído, o caldo “descansa” para que o amido (goma) se separe do líquido (tucupi). Inicialmente venenoso devido à presença do ácido cianídrico, o líquido é cozido (processo que elimina o veneno) e fermentado de 3 a 5 dias para, então, ser usado como molho na culinária.

⁶ Ver a teoria de Alexander Chayanov (1974) sobre racionalidade da produção camponesa e a organização da unidade econômica campesina.

REFERÊNCIAS

ABRAHIM, G. S.; NEIRÃO, A. E. R.; LOBATO DE MATTOS R. A contribuição do conhecimento acadêmico para a transformação do modelo de gestão dos empreendimentos da agricultura familiar paraense. In: III Congresso Virtual Brasileiro de Administração CONVIBRA, Novembro 2006. Editora Convibra. 2006. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/2006/artigos/108_pdf.pdf>. Acesso em: 01/05/2019.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste. 2007. Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>>. Acesso em: 28/03/2019.

ARANCIBIA, F.E. **Consumo Sustentável: padrões de consumo da nova classe média brasileira.** 2012. 144p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Educação e Gestão Ambiental). Universidade de Brasília. 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11547/1/2012_FelipeEduardoRodriguezArancia.pdf. Acesso em: 07/06/2019.

CABANES MOROTE, M.; GÓMEZ LÓPEZ, J. D. Economía social y Soberanía Alimentaria. Aportaciones de las cooperativas y asociaciones agroecológicas de producción y consumo al bienestar de los territorios. **CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa.** n. 82, p.127-154. 2014. Disponível em: <<http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/45086>>. Acesso em: 20/08/ 2018.

FIGUEIRAS, G. C.; HERRERA, J. A. O segmento da agricultura familiar no estado do Pará: Um olhar a partir dos dados do censo de 2006. **Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia. Cadernos CEPEC.** v. 1, n. 7, p. 4-25. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/6817>. Acesso em: 04/06/2019.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de pelotas/rs. **Sociedade & Natureza,** Uberlândia. V. 20, n. 2, p. 199-217. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132008000200012&nrm=iso>. Acesso em: 30/04/2019.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.. Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. Porto Alegre. 2004. 306p. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5583>> Acesso em: 1/05/2019.

_____. A produção da autonomia: Os “papeis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura.** v. 15, n. 1, p. 89-122. ISSN 1413-0580. 2007 Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/557f/749bec807a0c2aa19bad001041c00560c601.pdf>. Acesso em: 04/04/2019.

GRISA, C. Segurança alimentar e autonomia na agricultura familiar: A contribuição da produção para o autoconsumo. **Revista de extensão e estudos rurais**. v. 1, n. 1, p. 97 – 129. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/ojs/rever/article/view/3278/1549>. Acesso em: 04/04/2019.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na Agricultura Familiar: Autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**. v. 16, n. 31, p. 65–79. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org/ve/scielo.php?pid=S1316-03542010000200005&script=sci_arttext. Acesso em 04/04/2019.

HAGE, S. A.; CRUZ, R.; ARAÚJO SILVA, H. S. Movimento de educação do campo no Brasil e no estado do Pará: Uma história de protagonismo que se afirma no enfrentamento à precarização e regulação. Belém, Pará, Brasil: Universidade Federal do Pará UFPA. Disponível em: <https://sigaa.ufpa.br/sigaa/verProducao?idProducao=280293&key=d17deedaf7b6f38f559142c4f1c6ebb8>. Acesso em: 03/06/2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15/06/2018.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322. 2004. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2061/2443>>. Acesso em: 21/09/2018.

MAGALHÃES NOGUEIRA, A.K.; SANTANA, A.C. Análise de sazonalidade de preços de varejo de açaí, cupuaçu e bacaba no estado do Pará. **Revista de Estudos Sociais**. v. 1, n. 21, p. 7-22. 2009. Disponível em: <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/232>. Acesso em: 07/06/2019.

MARIN, R. E. A.; CASTRO, E. M. R. Mobilização política de comunidades negras rurais. Domínio de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, p. 73-106. 2009. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/110/164>>. Acesso em: 09/05/2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v2i2.110>

MENEGHETTI, G. A.; SOUZA, S. R. A agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento. **Terceira margem Amazônia**. São Paulo: Outras expressões. v. 1, n. 5, p. 35-47. 2015. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1033378/a-agricultura-familiar-do-amazonas-conceitos-caracterizacao-e-desenvolvimento> Acesso em: 26/05/2019.

MOREIRA, E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfoses de um campesinato nos baixos Amazonas e baixo Xingu Paraenses. Em GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; ACEVEDO MARIN, R. (Orgs.). **Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias Construções indenitárias e Sociabilidade**. p. 187-207. 2009. Disponível em:

http://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/538/1/CapitulodeLivro_MetamorfosesCampeinatoBaixo.pdf. Acesso em: 3/06/2019.

RIBEIRO, K.; NASCIMENTO, D.; SILVA, J. F. Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submédio São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. **Revista Teoria e Evidência Econômica**. n. 40, p. 77-101. 2013. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/3444/2282>>. Acesso em: 7/04/2019. doi: <https://doi.org/10.5335/rtee.v0i40.3444>.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=es&lr=&id=9ntcDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA4&dq=Schneider,+S.+\(2003\).+A+pluriatividade+na+agricultura+familiar+\(2nd+ed.+ed.\).+Porto+Alegre:+UFRGS.+Fonte:+&ots=CvjJbzr26s&sig=Q_em3xPZZGA8XfjYnDrIDPY1dAc#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=es&lr=&id=9ntcDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA4&dq=Schneider,+S.+(2003).+A+pluriatividade+na+agricultura+familiar+(2nd+ed.+ed.).+Porto+Alegre:+UFRGS.+Fonte:+&ots=CvjJbzr26s&sig=Q_em3xPZZGA8XfjYnDrIDPY1dAc#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 1/05/2019.

SCHOROTH, G.; FONSECA, G.; HERVEY, C. A.; GASCON, C.; VASCONCELOS, H. L.; IZAC, A. M. Agroforestry and Biodiversity Conservation in Tropical Landscapes. Washington. Covelo. London: Island Press. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=es&lr=&id=lfmBO4XpfyUC&oi=fnd&pg=PR2&dq=Schoroth,+G.,+Fonseca,+G.,+Hervey,+C.+A.,+Gascon,+C.,+Vasconcelos,+H.+L.,+%26+Izac,+A.-M.+N.+\(2004\).+Agroforestry+and+Biodiversity+Conservation+in+Tropical+Landscapes.+Washington+%E2%80%A2+Covelo+%E2%80%A2+London:+Island+Press.&ots=5Pg8aPzY9D&sig=g-aieOfG6lAKfmMmNmVNROzbV3g#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=es&lr=&id=lfmBO4XpfyUC&oi=fnd&pg=PR2&dq=Schoroth,+G.,+Fonseca,+G.,+Hervey,+C.+A.,+Gascon,+C.,+Vasconcelos,+H.+L.,+%26+Izac,+A.-M.+N.+(2004).+Agroforestry+and+Biodiversity+Conservation+in+Tropical+Landscapes.+Washington+%E2%80%A2+Covelo+%E2%80%A2+London:+Island+Press.&ots=5Pg8aPzY9D&sig=g-aieOfG6lAKfmMmNmVNROzbV3g#v=onepage&q&f=false). Acesso em 06/06/2019.

SEBRAE. Agronegócio: Fruticultura nas regiões. **Boletim de Inteligência**. 2015. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>. Acesso em: 07/06/2019.

SOLLBERG, I.; SCHIAVETTI, A.; BRUCK MORAES, M. E. Manejo Agrícola no refúgio de vida Silvestre de Una: Agrofloresta como uma perspectiva de conservação. **Revista Arvore**. Viçosa-MG, Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. v. 38, n. 2, p. 241-250. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-67622014000200004&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 3/06/2019.

TABARELLI, M.; VENCESLAU AGUIAR, A.; RIBEIRO, M. C.; METZGER, J. P.; PERES, C.A. Prospects for biodiversity conservation in the Atlantic Forest: Lessons. **Biological Conservation**. v. 143, n. 10, p. 2328-2340. 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0006320710000443>. Acesso em: 06/06/2019.

VAN DER PLOEG, J. Sete teses sobre a agricultura camponesa. Em: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. Disponível em: <<http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Jan%20Douwe%20Van%20der%20Ploeg%20-%20Sete%20teses%20sobre%20a%20agricultura%20camponesa.pdf>>. Acesso em: 20/08/2018.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. **Processos Sociais Agrários**. Caxambu, MG-Brasil, p. 3. 1996. Disponível em: <
<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>>. Acesso em: 30/04/2019.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Pernambuco, n. 2, p. 29-37. 2000. Disponível em: <
<https://revistas.ufpr.br/made/article/download/22105/14471>>. doi:
<http://dx.doi.org/10.5380/dma.v2i0.22105>. Acesso em: 30/04/2019.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 42 – 61. 2003. Disponível em:
<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>. Acesso em: 30/04/2019.

4. ARTIGO 3: Construção social de mercados na Amazônia paraense: Sistematização de experiências de circuitos curtos de comercialização na comunidade de Boa Vista de Acará, Pará.

Construção social de mercados na Amazônia paraense: sistematização de experiências de circuitos curtos de comercialização na comunidade de Boa Vista de Acará, Pará.

Ivonne Buenaventura⁵
Romier da Paixão Sousa⁶
José Daniel Gómez López⁷

Resumo: Este artigo tem como objetivo, sistematizar as experiências na construção social dos mercados na comunidade de Boa Vista de Acará na Amazônia paraense, através de circuitos curtos de comercialização (CCC), aproximando produtores e consumidores na venda direta. Para isto, se realizaram três feiras da agricultura familiar a nível local durante o período de novembro de 2018 a fevereiro de 2019, tendo como antecedência uma serie de atividades diagnosticas e de capacitação da comunidade, assim como da criação de produtos estratégicos para facilitar os processos de comercialização. Os resultados mostram que a inserção dos agricultores familiares no mercado, entre isto a construção social de mercados de circuito curto, ainda é um grande desafio. Também evidencia a importância da participação feminina em todas as etapas da experiência vivenciada na construção de CCC, sendo assim, de grande importância o reconhecimento do trabalho feminino na agricultura.

Palavras Chave: Construção social de mercados, Feiras da Agricultura familiar, Trabalho agrícola feminino.

⁵ Graduada em Biologia (UT-Colômbia). Mestranda em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares (IFPA-Castanhal). Membro do Núcleo de Estudos em Educação e Agroecologia na Amazônia (NEA).

⁶ Graduado em Agronomia (UFRA). Mestre em Agriculturas Amazônicas (UFPA). Mestre em Agroecologia (Universidad Internacinal de Andalucia) Doutor em Estudos Ambientais (Universidad Pablo de Olavide).

⁷ Graduado em Licenciado em Geografia (Universidad de Alicante). Doutor em Geografía e Letras (Universidad de Alicante).

Construcción social de mercados en la Amazonía paraense: sistematización de experiencias de circuitos cortos de comercialización en la comunidad de Boa Vista de Acará, Pará.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo, sistematizar las experiencias en la construcción social de mercados en la comunidad de Boa Vista de Acará en la Amazonía paraense, a través de circuitos cortos de comercialización (CCC), aproximando productores y consumidores en la venta directa. Para esto, se realizaron tres ferias de la agricultura familiar a nivel local, durante el período de noviembre de 2018 a febrero de 2019, teniendo como antecedencia una serie de actividades diagnósticas y de capacitación de la comunidad, así como de la creación de productos estratégicos para facilitar los procesos de comercialización. Los resultados muestran que la inserción de los agricultores familiares en el mercado, entre esto la construcción social de mercados de circuito corto, todavía es un grande desafío. También evidencian la importancia de la participación femenina en todas las etapas de la experiencia vivenciada en la construcción de los CCC, siendo así de gran importancia el reconocimiento del trabajo femenino en la agricultura.

Palabras Clave: Construcción social de mercados, Ferias de la Agricultura familiar, Trabajo agrícola femenino.

Social construction of markets in Pará Amazon: systematization of experiences of short commercialization circuits in the community of Boa Vista de Acará, Pará.

Abstract: This article aims to systematize the experiences in the social construction of markets in the community of Boa Vista de Acará in the Paraguayan Amazon, through short marketing circuits, bringing producers and consumers into direct sales. For this, three fairs of family farming were held at the local level, during the period from November 2018 to February 2019, having as a background a series of diagnostic and training activities of the community, as well as the creation of strategic products to facilitate marketing processes. The results show that the insertion of family farmers in the market, including the social construction of short-circuit markets, is still a great challenge. They also show the importance of female participation in all stages of the experience experienced in the construction of the short marketing circuits, thus recognizing women's work in agriculture.

Keywords: Social construction of markets, Family Farming Fairs, Female agricultural work.

INTRODUÇÃO

A Agricultura de base agroecológica ou em transição vem ganhando maior visibilidade nos últimos anos. Porém, os produtos cultivados neste sistema de produção, oriundos da agricultura familiar, enfrentam problemas no processo de comercialização, fazendo com que a permanência dos agricultores no sistema de produção com base na agroecologia esteja relacionada com a viabilidade de comercialização dos produtos (FINATTO e CORRÊA, 2010). Geralmente os ganhos financeiros destas redes de comercialização ficam nas mãos dos intermediários, especialmente os que transportam a produção até os centros consumidores. Por tal motivo, para fazer um processo justo de comercialização, tanto para produtores, como para consumidores, é importante planejar e construir os circuitos curtos de comercialização (CCC) que permitem criar conexões através do conhecimento e a informação entre produtores e consumidores (CABANES MOROTE e GÓMEZ LÓPEZ, 2014).

Os CCC são uma forma de comércio baseada na venda direta de produtos frescos ou de temporada sem intermediação ou reduzindo a intermediação entre produtores e consumidores (CHAFFOTE e CHIFFOLEAU, 2007; DAROLT et al., 2013; CEPAL, 2014; RESENDE de MELO, 2017). Entretanto, Sevilla *et al.* (2012), sugerem que o número de intermediários não é a característica fundamental, nem prioritária na definição de um CCC, tendo em conta que a criação destes canais de intercambio, permite construir relações entre os que produzem e os que consomem. Em palavras de Cabanes Morote e Gómez López (2014), nos circuitos curtos de comercialização, prima à horizontalidade, a confiança, o conhecimento, a informação e a proximidade, não só espacial mais também relacional. Isso permite uma relação mais direta entre produtores e consumidores, de maneira que os agricultores recebam um preço mais justo por seus produtos e os consumidores acessem alimentos de qualidade a preços justos.

A agricultura familiar camponesa, historicamente tem sua produção destinada para o consumo da própria família e os excedentes para o abastecimento do mercado local. A comunidade de Boa Vista do Acará localiza-se no município de Acará-PA na Região do Baixo Tocantins, na Amazônia paraense. Atualmente tem como principais ocupações a produção agrícola, o extrativismo e os pequenos comércios. A economia local é movimentada principalmente pela extração e/ou cultivo e comercialização de espécies frutíferas e florestais como *Euterpe oleracea* (Açaí), *Theobroma grandiflorum* (Cupuaçu), *Bactris gasipaes* Kunth (Pupunha), entre outras; e o cultivo de *Maniõth esculenta* L. (Mandioca), que é muito importante, apesar de atualmente não representar mais uma das principais fontes de renda

econômica. Porém, o cultivo da mandioca representa grande importância para a manutenção de a soberania alimentar destas comunidades que produzem farinha, tucupi, tapioca, e outros derivados, para autoconsumo, principalmente.

A comunidade também se caracteriza pelo cultivo de plantas medicinais e aromáticas, mais conhecidas como plantas de cheiro, entre estas se destacam, *Ocimum basilicum* (Manjericão), *Pogostemon spp.* (Patchuli), *Tanacetum vulgare* (Catinga de Mulata), *Siparuna guianensis* Aubl. (Capitiú), *Schizolobium parahyba* (Pataqueira), *Cyperus articulatus* L (Priprioca), entre outras. Estas duas últimas tem sido bem comercializadas para uma empresa de cosméticos através da Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista (APOBV).

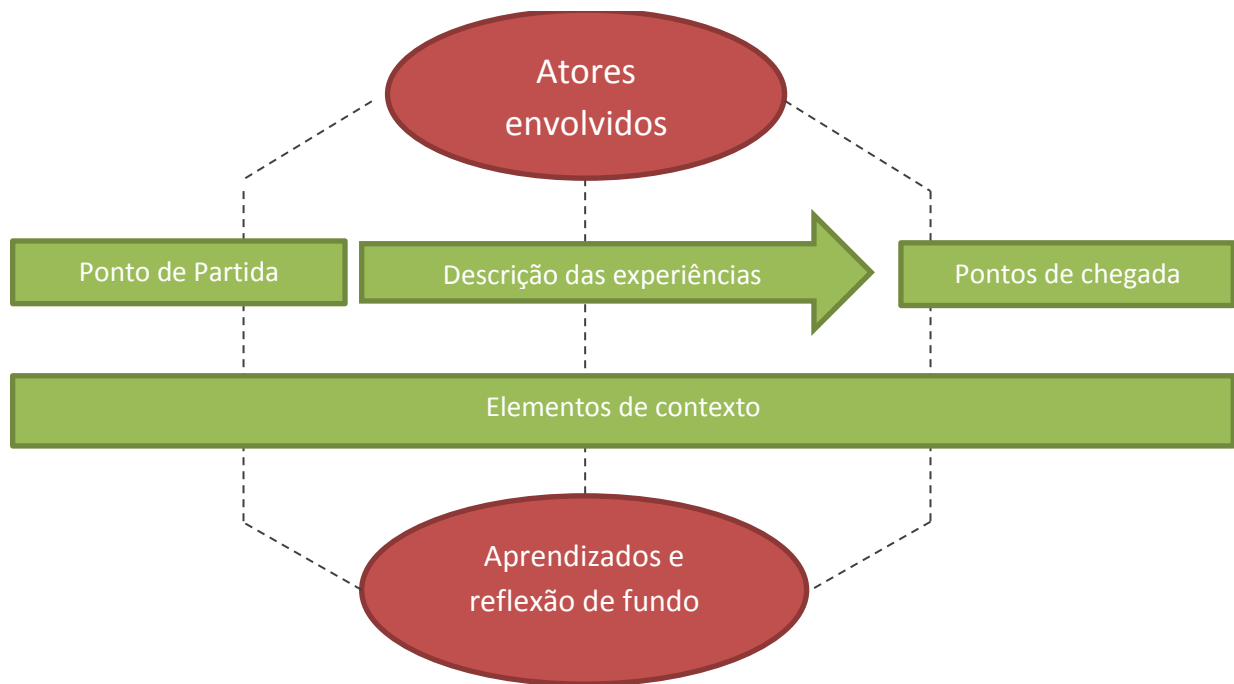
Diante da problemática da comercialização e o desafio de reduzir as distâncias entre os produtores da comunidade e os consumidores, se deu início ao projeto “Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará”, em parceria com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica do Pará (SECTET). O presente documento faz uma sistematização das experiências do período 2018-2019, sobre a consolidação dos CCC e a construção social dos mercados na comunidade de Boa Vista de Acará, Amazônia paraense do norte do Brasil.

METODOLOGIA

Sistematizar experiências é um desafio político pedagógico pautado na relação dialógica e na busca da “interpretação crítica dos processos vividos”. Trata-se de um exercício rigoroso de aprendizagem que contribui para refletir sobre as diferentes experiências, implicando na identificação, classificação e re-ordenamento dos elementos da prática. Utiliza a própria experiência como objeto de estudo e interpretação teórica, possibilitando a formulação de lições e a disseminação dos processos vividos (OLIVEIRA e ASCHER, 2006, p, 7).

A sistematização das experiências na consolidação de CCC na comunidade de Boa Vista de Acará, se baseou no método proposto por Berdegué, Ocampo e Escobar (2000) e Holliday (2006), com umas modificações, conforme Figura 01.

Figura 1: Modelo do processo de sistematização

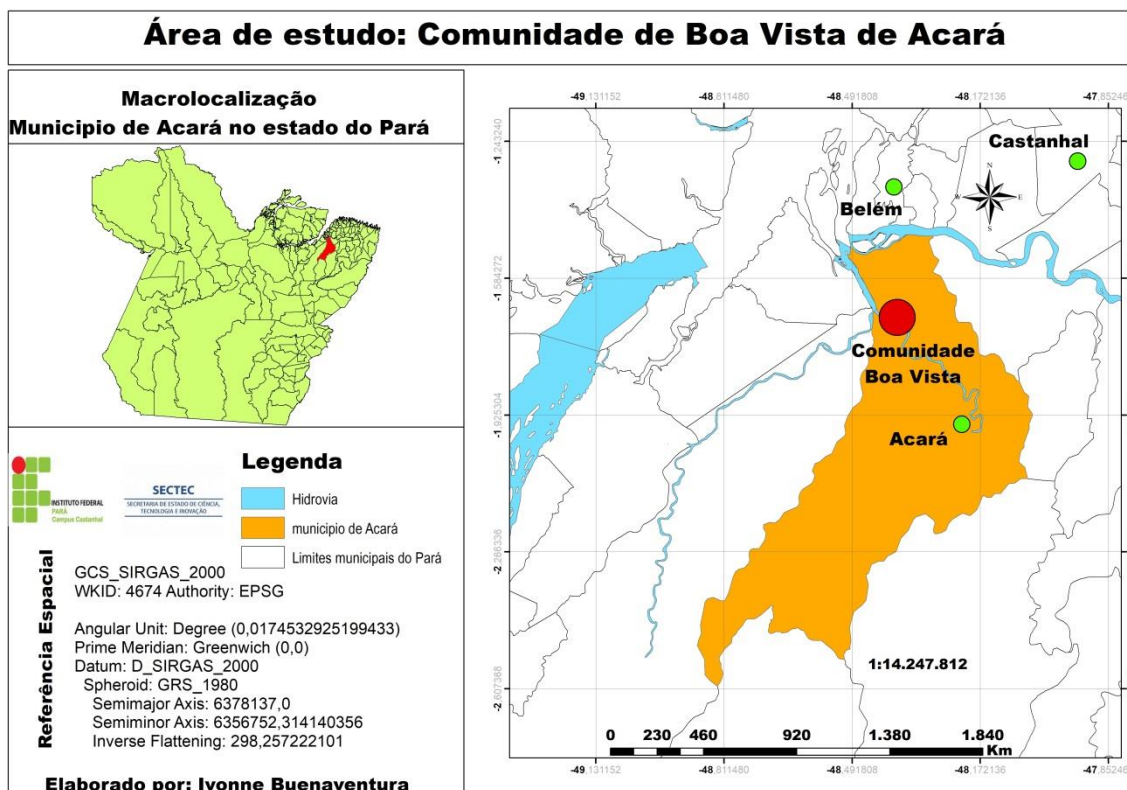


Fonte: Elaboração própria, 2019. Adaptado de Berdegué, Ocampo e Escobar (2000) e Holliday (2006).

LOCAL DE ESTUDO

O estudo foi realizado na comunidade de Boa Vista do município de Acará, no estado do Pará do norte brasileiro. A comunidade se localiza a 105 km da sede do município ao qual pertence, Acará. O acesso à comunidade pode ocorrer via terrestre por meio da Alça Viária (PA – 158), ou por hidrovia que têm o contato mais rápido e fácil com a capital do estado, cidade de Belém. (Figura 2). Caracteriza-se por apresentar áreas de várzea e terras firmes.

Figura 2: Imagem do mapa de localização da área de estudo



Fonte: Elaboração própria 2019.

EIXO DE SISTEMATIZAÇÃO

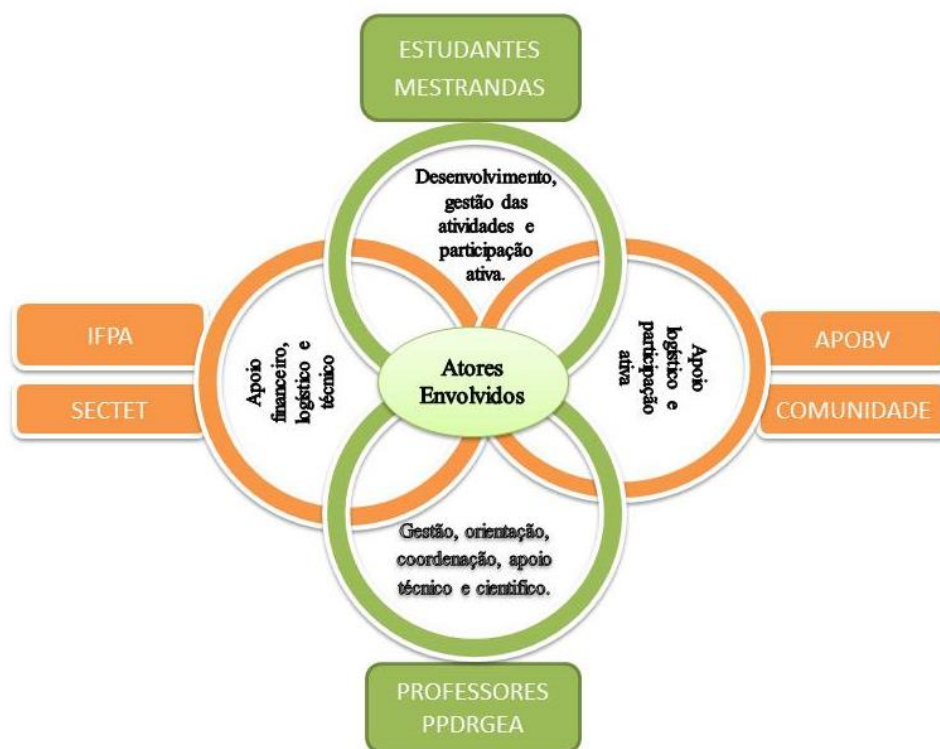
O eixo de sistematização é a “coluna vertebral” do estudo ou fio condutor que atravessa a experiência, e permite focar nos aspectos centrais dessa experiência, é a pergunta chave que guia a análise crítica da experiência e delimita a ótica específica que queremos indagar (PALENQUE e CAMACHO, 2017). Tendo em conta este critério, para esta sistematização, o eixo trabalhado é: Quais os fatores que afetam ou potencializam a organização e comercialização –via circuito curto- dos produtos da agricultura familiar na comunidade de Boa Vista de Acará?

ATORES ENVOLVIDOS

As experiências na construção de CCC na comunidade de Boa Vista de Acará, fez parte do projeto intitulado “Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará”. O Projeto contou com a participação de diferentes atores sociais como estudantes e professores do Programa de Pós-graduação em

Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, PPDRGEA do IFPA campus Castanhal, assim como a comunidade em geral de Boa Vista de Acará; e instituições como o IFPA, a SECTET e a APOBV, ver figura 3.

Figura 3: Atores envolvidos nas experiências sistematizadas



Fonte: Elaboração própria, 2019.

RESULTADOS

COMO TUDO COMEÇOU...

A primeira visita técnica na comunidade Boa Vista de Acará, foi realizada o 22 de novembro de 2017 com a participação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica SECTET e o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares PPDRGEA do Instituto Federal de educação Ciência e Tecnologia do Pará IFPA campus Castanhal, com o objeto de discutir as ações para o fortalecimento das cadeias produtivas da biodiversidade no município de Acará.

O projeto surgiu a partir de uma demanda da própria comunidade, que procurou a SECTET para contatar instituições parceiras e fortalecer os produtos trabalhados na região (SOUZA, 2018, p. 41). Esta comunidade tem se destacando como uma região fornecedora de

raízes aromáticas das espécies *Cyperus articulatus* L (Priprica), *Schizolobium parahyba* (Pataqueira) e *Siparuna guianensis* Aubl. (Captiú) principalmente, para a indústria de cosméticos. Entretanto, possuem outras potencialidades que podem ser desenvolvidas como a produção de artesanatos, a produção de derivados da mandioca como farinha, tucupi, entre outros; e a produção de frutos como *Euterpe oleracea* (Açaí), *Theobroma grandiflorum* (Cupuaçu), *Bactris gasipaes* Kunth (Pupunha), entre outras, através de sistemas agroflorestais que contribuem na conservação da biodiversidade.

Como menciona Sousa (2018), o objetivo principal desta iniciativa é de promover o desenvolvimento sustentável da cadeia da biodiversidade em comunidades rurais do Pará, priorizando na produção de alimentos saudáveis, a segurança alimentar, a geração de renda e gestão de recursos naturais, por meio do desenvolvimento e adaptação de tecnologias sociais em sintonia com os conhecimentos e saberes locais.

Hoje a comunidade tem as ervas aromáticas como produto de destaque, mas na estratégia da diversificação da produção e fortalecimento da comunidade, estamos identificando uma infinidade de produtos e serviços para alavancar o desenvolvimento da região. O detalhe é que muitos aqui já trabalham com tecnologias sociais, mas não percebem que as soluções encontradas por eles são, de fato, tecnologias. Diversificar produção dentro de lotes pequenos, que é uma característica desta comunidade, já representa uma tecnologia social, por exemplo (Entrevista a professora do Campus Castanhal do IFPA e coordenadora do projeto, Roberta Coelho.) (SOUZA, 2018, p. 41).

Nesta primeira fase do projeto em novembro de 2017 se buscou por meio de entrevistas abertas, averiguar a realidade e as necessidades da população local. “Maria José Lameira, de 65 anos, trabalha com o cultivo de pupunha, açaí, cupuaçu entre outras frutas, e relata que um dos maiores problemas ocorre na venda do que produz” (SOUZA, 2018, p. 41). “A maioria dos produtos da comunidade cai em mãos de atravessadores, que cobram valores altos para o consumidor final” (entrevista a agricultora da comunidade).

Entre os eventos importantes que tem contribuído na organização e gestão da comunidade, pode-se ressaltar a consolidação da Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista (APOBV) no ano 2003, a qual tem contribuído na legalização e comercialização dos produtos da região, principalmente as ervas aromáticas. E o Encontro Internacional para o Desenvolvimento Social – ou International Development Design Summits (IDDS)-, no ano 2016 que aconteceu no interior da comunidade onde diversas tecnologias de baixo custo foram discutidas.

Com este ponto de partida, se propôs trabalhar em quatro eixos prioritários: a Gestão de Negócios, o qual está diretamente ligado ao fortalecimento da APOBV; o Sistema Produtivo, o qual diagnostica as potencialidades da região; a Certificação Orgânica, tendo em vista que eles só possuem uma certificação, que é a da Priprica; e, por fim, o da Comercialização (SOUZA, 2018, p. 42-44).

Outro potencial identificado foi o Turismo que pode facilitar o comércio dos produtos, consolidando uma rota turística sustentável que oferecesse, por exemplo, banhos de cheiro para os turistas e visitas guiadas nas casas de produção de farinha.

PROCESSO DE INTERVENÇÃO: AS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS

A recuperação das experiências vivenciadas se descreve em uma linha de tempo em quatro etapas:

Etapa 1: Novembro 2017 – Março 2018

Nesta etapa, se desenvolveram as atividades orientadas ao planejamento. Partindo do primeiro encontro entre a comunidade de Boa Vista de Acará, a SECTET e o PPDRGEA do IFPA, onde se discutiram e socializaram os objetivos do projeto “Fortalecimento das cadeias produtivas da biodiversidade no município de Acará”.

Deste primeiro encontro, se gerou a necessidade de discutir e ajustar de forma participativa as atividades a desenvolver no projeto, para isto se realizou no dia 23 de janeiro de 2018 uma reunião aberta no prédio da APOBV, para discutir e ajustar as metas de acordo com as necessidades e perspectivas da comunidade. Logo com as metas ajustadas se realizou no dia 28 de janeiro, reunião da equipe técnica (prof. Coordenadora do projeto, estudantes mestrandas e colaboradores), para o planejamento das atividades internas necessárias para o alcance das metas, a través de um plano de ação, entre isto o desenho e elaboração dos questionários (ver apêndice A) como ferramenta na coleta de dados na realização do diagnóstico sócio produtivo e sócio econômico. Em esta etapa, também se realizou o processo de qualificação dos projetos de pesquisa. Como se mostra na figura 4.

Figura 4: Linha do Tempo da etapa 1.

Fonte: Elaboração própria 2019.

Etapa 2: Abril 2018 – Agosto 2018

Uma vez qualificados os projetos de pesquisa, se procedeu a realizar o trabalho de campo. Nos meses de abril e maio se realizou a aplicação dos questionários na comunidade, tanto nas áreas de terra firme como de várzea, e se realizou uma vistoria participativa nas unidades familiares cadastradas para a produção orgânica. Os dados coletados se organizaram numa plataforma Excel, para ter um melhor manejo e análise da informação, com a qual se elaborou o diagnóstico sócio produtivo e sócio econômico da comunidade de Boa Vista de Acará.

A primeira versão do diagnóstico, foi socializado com a coordenação do projeto no dia 19 de junho, desta socialização, se geraram algumas orientações para adequar os resultados com linguagem orientado ao entendimento do público em geral. E o dia 23 de julho, se visitou a comunidade para divulgar o evento da socialização dos resultados e repartir convites por toda a comunidade. A socialização do diagnóstico, se realizou no dia 2 de agosto de 2018, com a participação de todos os atores envolvidos. (Figura 5).

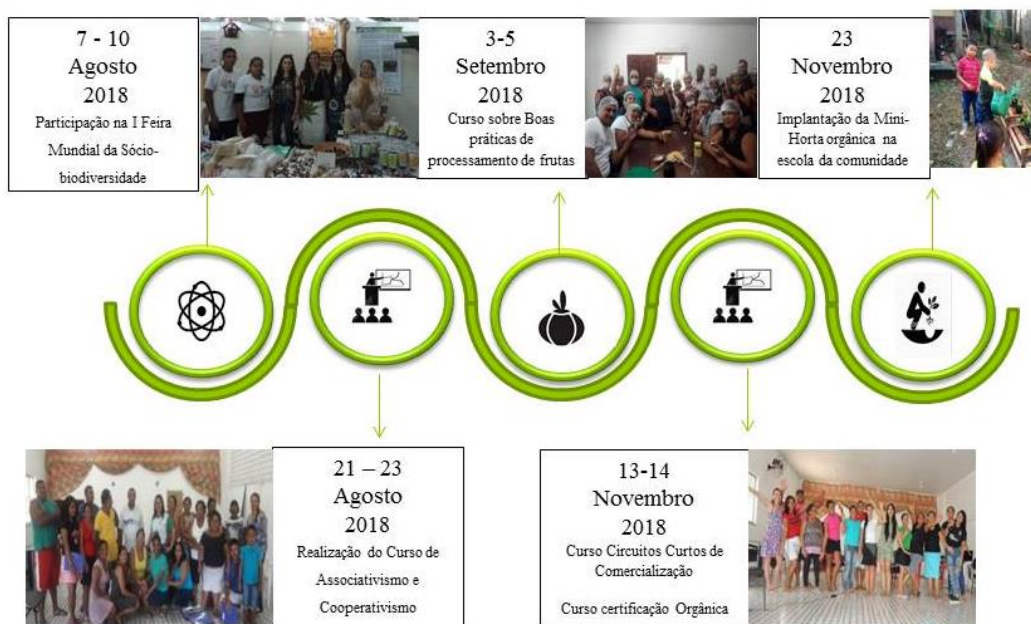
Figura 5: Linha do tempo da etapa 2.

Fonte: Elaboração própria 2019.

Etapa 3: Agosto 2018 – Novembro 2018

De acordo com os resultados obtidos no diagnóstico e as discussões geradas durante a socialização, se deu início a terceira etapa, baseada principalmente em ações de capacitação. No dia da socialização dos resultados, a comunidade recebeu o convite por parte da SECTET, para participar da I Feira Mundial da Sócio biodiversidade, que aconteceria no Hangar da cidade de Belém, do 7 – 10 de agosto de 2018. Esta experiência foi sem dúvida de grande importância para o processo que estava dando início a comunidade, já que os permitiu interagir com diferentes comunidades do interior do Amazonas, assim como de diferentes locais do mundo, ver as diferentes formas de agregação de valor a os produtos, assim como de compartilhar e conhecer outras experiências; também se teve a oportunidade de comercializar produtos, dando a conhecer a biodiversidade cultural e biológica da comunidade de Boa Vista de Acará.

Logo desta importante experiência, se desenvolveram os cursos em Associativismo e Cooperativismo, Boas praticas de processamento de frutas, Circuitos curtos de comercialização e certificação orgânica. Também durante este período se contou com o espaço para montagem de uma mini horta temática na escola da comunidade, para ser trabalhada como espaço educativo para os mais pequenos, como se mostra na figura 6.

Figura 6: Linha do tempo etapa 3.

Fonte: Elaboração própria 2019.

Etapa 4: Novembro 2018 – Fevereiro 2019

Tendo como base os processos de formação e a participação na Feira mundial da Sócio biodiversidade, se deu início a quarta etapa orientada a fortalecer os processos de comercialização via circuito curto, através da construção social de mercados, por meio da realização da feira da agricultura familiar a nível local, onde se conseguiu-o desenvolver de novembro de 2018 a fevereiro de 2019, a primeira, segunda e terceira feira, como se ilustra na figura 7.

Figura 7: Linha do tempo da etapa 4.



Fonte: Elaboração própria 2019.

PRODUTOS E APRENDIZADOS

Após do ciclo de intervenção, tivemos como primeiro ponto de chegada, a culminação de um processo de capacitação onde a comunidade conheceu as diferenças entre o associativismo e cooperativismo, desenvolveram habilidades para o processamento de frutas da Amazônia através de boas praticas de processamento de frutas, se informaram sobre as diferentes formas de certificação orgânica e conheceram as vantagens da certificação orgânica participativa, assim como os diferentes canais de comercialização através de circuitos curtos, ver figura 8.

Figura 8: Fotografias das turmas que participaram nos cursos de capacitação.

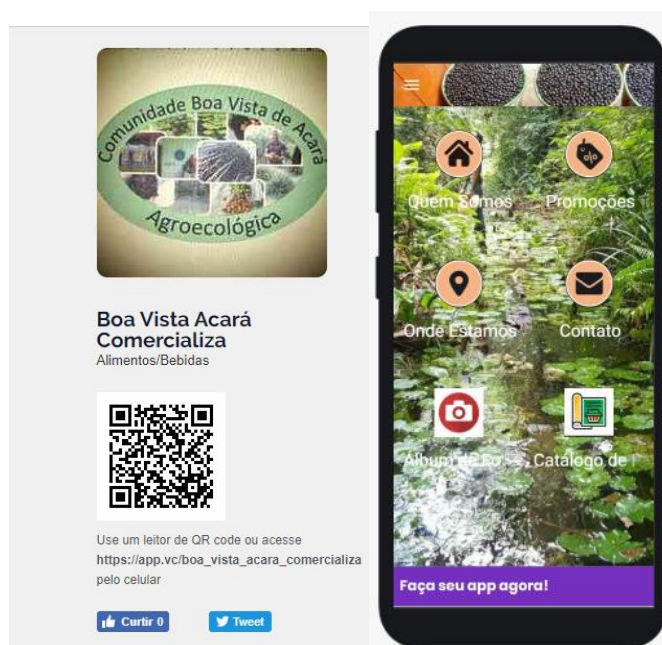




Fonte: Trabalho de campo 2018.

Como segundo ponto de chegada, foram os produtos que resultaram do curso de comercialização, que é o tema que trouxemos como eixo condutor da reflexão e identificação de novos aprendizados. Neste curso gerou-se de forma participativa o catalogo de produtos da agricultura familiar com oferta de: frutas *in natura*, polpas de frutas, legumes, produtos de origem animal, mandioca e derivados, entre outros (ver apêndice B) e o desenho de um aplicativo para sistema operacional *Android*, como ferramenta de comunicação e comercialização, entre grupos de consumidores de produtos agroecológicos e agricultores familiares produtores de base ecológica, como se mostra na figura 9.

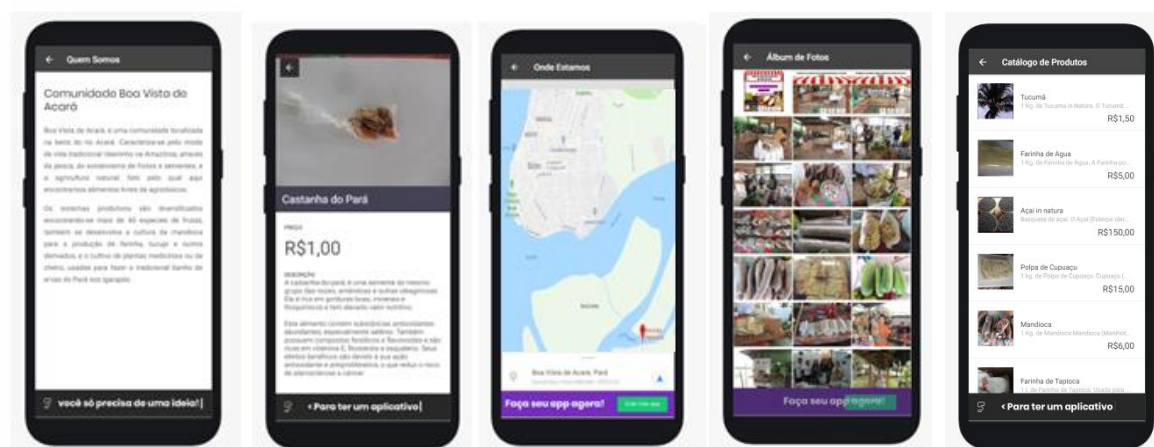
Figura 9: Imagem do aplicativo na mídia.



Fonte: <https://painel.fabricadeaplicativos.com.br/signin>

O aplicativo pode se instalar no celular ou acessar desde internet pelo *notebook*, neste *App* se encontram informações da comunidade, o mapa de localização, o catalogo de produtos, promoções, contatos e fotografias, ver figura 10.

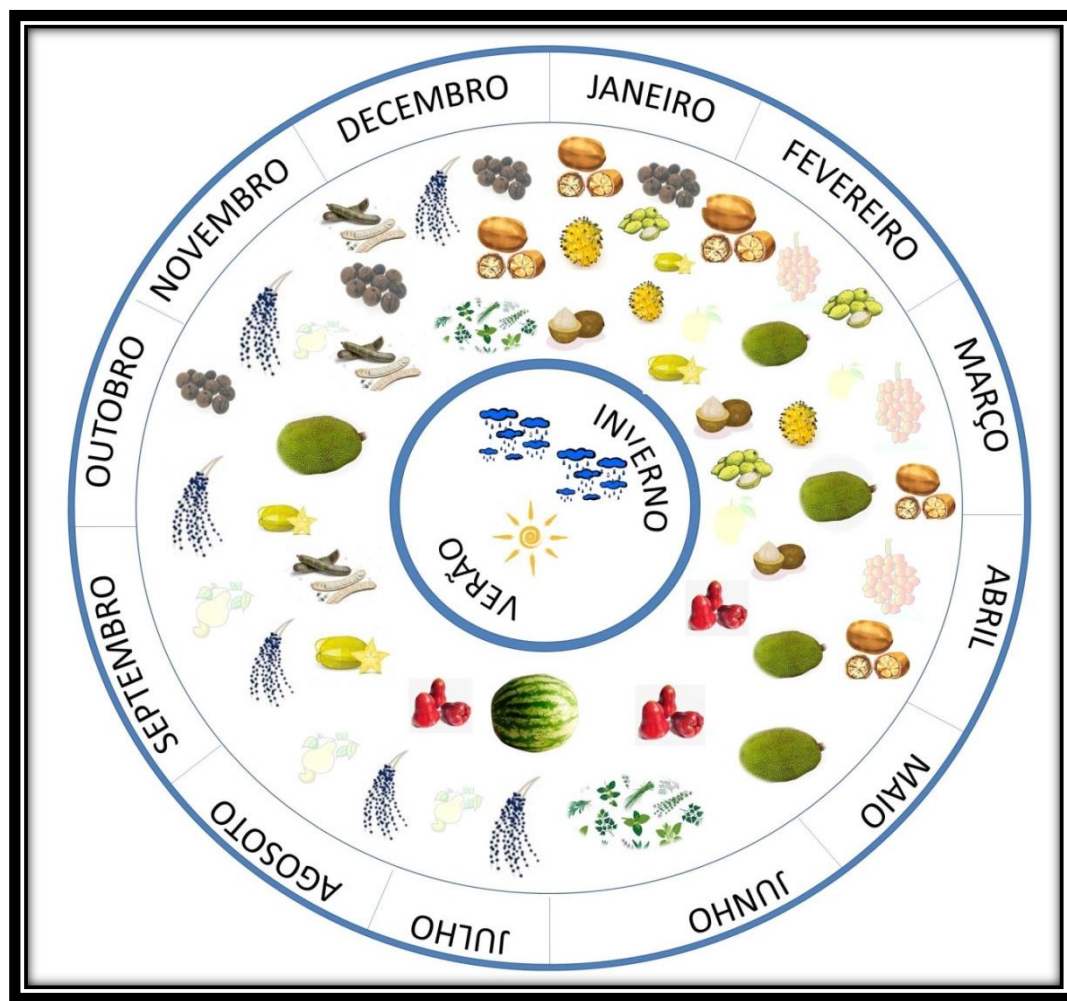
Figura 10: Imagens das abas do aplicativo



Fonte: <https://painel.fabricadeaplicativos.com.br/signin>

Também com base nas informações obtidas durante o curso, se desenho o calendario sazonal. (Figura 11).

Figura 11: Imagem do Calendario Sazonal



Fonte: Elaboração própria 2019.

Como terceiro ponto de chegada, é a bagagem da realização de três (3) feiras da agricultura familiar a nível local, que trouxe vários aprendizados e reflexões sobre a construção social dos mercados, e sobre o trabalho comunitário. (Figura 12).

Figura 12: Imagens da I, II e III Feira da agricultura familiar de Boa Vista de Acará.



Fonte: Trabalho de campo 2018 - 2019

A experiência gerada na primeira feira da Agricultura Familiar de Boa Vista de Acará, trouxe os seguintes depoimentos:

O pessoal pensou em desistir... Será que vai ter? Por causa da chuva... Mais a gente foi persistente, Graças a Deus a gente esta aqui, o resultado eu acredito foi bom para todo mundo, pelo menos pra mim, o que trouxe se vendio, por ser a primeira vez, né,... Melhorar a gente tem que melhorar, vai ter que se padronizar, organizar direitinho... Pra mim tem sido uma experiência maravilhosa, de todas as que eu já enfrentei ai, e sendo aqui na minha localidade, vendo esse acontecimento para mim é maravilhoso (Dioni Agricultura de Boa Vista).

A primeira feira foi a melhor, nós estávamos naquela expectativa, será que vai dar certo? Será que vem alguém comprar nossos produtos? Acabou que no final deu tudo certo, vendemos tudo o que levamos... foi muito bom (WandaTeles e Teles, Agricultora de Boa Vista).

Como se observa nos depoimentos, a comunidade tinha a incerteza de se ia dar certo a feira na localidade, e mesmo enfrentando a chuva e todas as dificuldades que se apresentaram esse dia, os agricultores e as agricultoras chegaram lá no porto, com seus produtos. A comunidade também ficou curiosa e foi participar, compraram e opinaram; também se conto com a participação dos professores da escola e com a presença do IFPA, assim como dos turistas que desembarcaram no porto para visitar a comunidade nesse dia. Tudo isso, gerou um clima agradável de comercialização, onde os que consumiam se sentiam a gosto com os

produtos, e os agricultores estavam felizes de que estavam vendendo seus produtos e gerando uma renda a mais.

Com essa motivação, os agricultores se organizaram e mandaram fazer um uniforme para se padronizar durante a feira, as mulheres também falaram da importância de usar à toca para o cabelo, e assim ficar tudo mais organizado. Fato que se materializou durante a segunda feira, ali a presença e compromisso das mulheres foi evidente, chegaram onze (11) agricultoras e dois (2) agricultores, com seu uniforme e seus produtos, todo muito bem organizado. Mais desta vez, por serem os primeiros dias de janeiro, não contamos com a participação dos professores da escola que estavam de férias, nem com a participação do IFPA, o movimento de turistas no porto, esse dia também foi fraco... e com tudo isso, as vendas não atenderam as expectativas dos agricultores.

Fato que se manifestou na terceira feira, aonde só chegaram umas poucas agricultoras, algumas sem o uniforme, e com poucos produtos, desta vez a feira se via um tanto vazia com relação à primeira e segunda. Quando se pergunto o que tinha acontecido para que a terceira feira estivesse tão fraca, estes foram os depoimentos:

Acho que a união tem que prevalecer sempre. E saber que todos são importantes que de um desanimar o outro tem de puxar o barco e não deixar que ninguém desanime. Sobre a padronização foi uma ideia e todos abraçaram e foi lindo e ficou lindo todos nós padrões. Na terceira feira acho que faltou, mas divulgação e união (Ellen Siqueira do Nascimento, Agricultora de Boa Vista).

Por falta de tempo, de conversa, pra uns dava, pra outros não, acabamos parando e acabamos por desistir e até hoje nós sempre falamos de voltar. Mas temos essa dificuldade de não ter tipo uma horta coletiva onde poderíamos ter vários produtos cultivados por nós, pra oferecer pra comunidade, falta um pouco de interesse nosso também (Wanda Teles e Teles, Agricultora de Boa Vista).

Acredito que foi falta de comunicação tanto das pessoas que estavam na organização que não avisaram direto na comunidade (Marta Cristina Chaves Soeiro, Agricultora Boa Vista).

Assim, essa foi a ultima feira local realizada em Boa Vista de Acará, até hoje, as discussões ainda continuam para dar continuidade na iniciativa, de uma forma mais organizada, e onde todos e todas possam se beneficiar. É importante ressaltar que durante as experiências vivenciadas nas I, II e III feiras, a participação das mulheres foi marcada, foram elas que mobilizaram, que organizaram e que fizeram que essa experiência fosse um fato. Tendo em conta, também que em grande medida, os produtos comercializados resultaram de atividades domésticas femininas, tais como produzir sucos, bolos, doces, biscoitos e salgados, cuidar do quintal que provê as matérias primas para estes produtos e dos animais de pequeno

porte, entre outras questões, o que trouxe para o foco de análise o reconhecimento e a visibilidade do trabalho feminino.

Como menciona Jacinto, Estevam e Fernandes (2014, p. 397), “é interessante refletir sobre o fato de que essas formas de participação das mulheres produzem ‘fissuras’ no instituído acerca de normas e hierarquias de gênero, as quais atribuem posições sociais diferenciadas para mulheres e homens”. Assim, a participação das mulheres expõe a possibilidade de superar as hierarquias construídas historicamente, e que se manifesta fortemente na agricultura.

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles (BRUMER, 2004, p. 210)

Nesse sentido, a participação das mulheres durante o desenvolvimento das feiras da agricultura familiar em Boa Vista de Acará, possibilitou ganhar experiências e aprendizados no tema da construção social dos mercados, condição fundamental para a comercialização. E também, ajudou a contribuir no debate sobre o reconhecimento do trabalho feminino, num contexto como o rural, tendo em conta a dimensão da invisibilidade do trabalho feminino na agricultura. Como discutem Mendoça e Moruzzi-Marques (2002):

Historicamente, as mulheres foram responsáveis por tarefas sem valor econômico, ligadas à reprodução da família, como o trabalho doméstico, a criação de pequenos animais e a horta cujos produtos são destinados ao autoconsumo. Aos homens se destinam as atividades ligadas às grandes culturas, com poder de decisão vinculado ao uso dos recursos financeiros. Desta forma, um abismo de gênero forjado pela ideologia patriarcal se reforça, mantendo o trabalho e expressão da mulher na invisibilidade. (p. 2)

Tendo em conta essa invisibilidades do trabalho feminino na agricultura, a participação das mulheres da comunidade de Boa Vista de Acará, nesta experiência, mostra que essa invisibilidade desmitificada a partir da participação ativa das mulheres nos diferentes processos da agricultura, tanto da produção, transformação e comercialização. E que só através desta participação se faz visível o trabalho feminino nos diferentes contextos.

Também se evidencio que muitas vezes as demandas feitas pelas mulheres, também são deixadas como necessidades de segundo plano, pois como se observou nesta experiência, as mulheres da comunidade vêm demandando a urgência de criar uma horta comunitária para aumentar a oferta de produtos hortícolas, tanto para o autoconsumo, como para a comercialização a nível local, já que é uma necessidade da comunidade, tendo em conta que as famílias da comunidade se deslocam até Belém para comprar produtos hortícolas, que em

alguns casos são logo comercializados nos pequenos comércios da comunidade. Assim a falta de ação conjunta entre os homens e as mulheres para desenvolver a horta comunitária, faz com que esta necessidade tenha ficando como segundo plano até o ponto de não ser desenvolvida.

Como se observou durante as feiras realizadas a nível local no porto de Boa Vista, os produtos como maxixe, pepino, linhaça, entre outros, eram rapidamente disputados pelos membros da comunidade, enquanto que produtos como o açaí, cupuaçu, pupunha, macaxeira, entre outros, são comuns nos quintais agroflorestais da comunidade, sendo estes produtos de destaque para clientes fora da comunidade; enquanto que produtos hortícolas são bastante procurados pela comunidade, e mostra uma alternativa viável a desenvolver para fortalecer o mercado a nível local, atendendo a demanda revelada pelas mulheres frente á necessidade da implantação de uma horta comunitária. Porém, um grande aprendizado, gerado durante as feiras e ter dado conta, de que é possível fazer a feira local, mais que precisa de compromisso e organização de parte de todas e todos os envolvidos.

Outro aprendizado importante foi que a transformação de produtos, dando valor agregado, é uma estratégia eficaz nos processos de comercialização, tendo em conta que durante as feiras, todos os produtos como sucos, bolos, doces, biscoitos, salgados de macaxeira, entre outros, sempre tiveram destaque nas vendas, assim como as refeições típicas da região, entre estas, tacaca e arroz com galinha.

Percebeu-se também durante estas experiências, um forte compromisso por parte das mulheres, que foram marcadamente as que mais participaram da iniciativa, tanto nos processos de capacitação, como nas experiências de comercialização; entretanto, as decisões são tomadas em conjunto entre homens e mulheres ao interior dos núcleos familiares, como da associação, e muitas vezes, as mulheres precisaram mais do apoio do seus companheiros para continuar motivadas, às vezes o apoio é logístico, porque em muitas ocasiões elas precisam do esposo, do filho ou familiar homem para ajudar no transporte dos produtos, e muitas vezes sem este tipo de apoio elas ficam desanimadas e terminam por desistir da iniciativa.

Eu gostaria muito que acontecera mais essa feira, era pra ter dado com certeza continuidade, né, que si a gente não se mexer, a gente não vende e a gente não gana; então, se a gente for vender aqui na comunidade como em outra localidade, ou em outras feiras em Belém, a gente vai ter lucratividade, a gente tem que ir na frente, que produtos nos temos, eu observei que a gente ficou muito fortalecido com a presença de vocês... Eu me dediquei nos meus biscoitinhos de castanha, que até depois mesmo da feira eu continue vendendo porque é uma fonte de renda, eu faço e saio pra vender, eu fiquei muito motivada a fazer cada vez mais, para melhorar

minha renda, e cada vez e eu faço para vender, eu sei que tive o incentivo de vocês (Cleide de Nazaré Siqueira Vilhena, Agricultora de Boa Vista).

Caumo e Ramundo (2014) ressaltam que essas atividades que as mulheres desempenham na comercialização dos seus produtos, estão ligadas ao sustento da família e são atribuídas a elas por não gerarem grandes rendimentos. “O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe, esposa, dona de casa e provedora das necessidades da família” (CAUMO e RAMUNDO 2014 p. 6). E em alguns casos é visto como uma atividade de pouca importância que não vai modificar significativamente a renda familiar, motivo pelo qual, pode-se gerar pouco compromisso com estas atividades de pequena comercialização. Entre tanto, para as mulheres pode ser significativo sim, na medida em que é um ingresso que vai ser administrado por elas, onde poderão investir em necessidades particulares do lar, que estejam precisando.

Para Lastarria-Cornhiel (2008), nas últimas décadas o trabalho das mulheres tem se tornado mais visível, ampliando o seu envolvimento na produção agrícola e nas oportunidades econômicas apresentadas na agricultura comercial, criando-se uma tendência de “Feminização da Agricultura”. Este termo “Feminização da Agricultura” refere-se à crescente participação das mulheres na força de trabalho agrícola, seja como produtoras independentes, seja como trabalhadoras familiares ou como assalariadas.

Entre tanto, “ainda que as mulheres dediquem cada vez mais tempo ao trabalho remunerado e a cultivos comerciais, suas responsabilidades tradicionais dentro do lar não estão sendo compartilhadas pelos homens” (LASTARRIA-CORNHIEL, 2008, p. 15).

Neste sentido, “o debate sobre gênero e agricultura familiar tem avançado bastante nos últimos anos, centrado tanto na invisibilidade do trabalho feminino nas atividades produtivas e reprodutivas, como nas perspectivas que se abrem para as mulheres com a ascensão cada vez maior das atividades não agrícolas como geradoras de renda no meio rural” (SILIPRANDI, 2007, p. 847).

Segundo o (PNUD) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil aparece como um dos países da América Latina onde há menor divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres (PNUD 2016). Diante desse panorama surge a importância de promover a igualdade entre homens e mulheres no sentido de apoiar projetos que se dediquem a fomentar oportunidades de desenvolvimento econômico e bem-estar social, tanto para as mulheres quanto para os homens (GOMILA PONS, MELLO, e BUDI, 2019).

Por outro lado, encontrou-se que as mulheres são responsáveis pela renda de 42,4% das famílias do campo no Brasil (IBGE 2006). E “percebe-se que quando as mulheres ganham mais renda, elas internalizam também novas habilidades, conhecimentos, direitos e

oportunidades, melhoram sua participação e visibilidade nos diferentes espaços da convivência social” (GOMILA PONS *et. al.* 2019, p. 21).

Assim, as lições aprendidas neste processo geraram um conhecimento obtido a partir da vivência na construção social de mercados através da consolidação de uma feira da agricultura familiar a nível local, o que gerou a modificação de um comportamento que pode melhorar os processos operacionais e estratégicos da organização para melhorar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, via circuito curto. Estas lições aprendidas contemplam tanto experiências bem-sucedidas como aquelas que precisam de aperfeiçoamento para melhorar os processos de comercialização a traves dos circuitos curtos, aproximando os produtores dos consumidores. As principais lições aprendidas durante as feiras foram:

- A importância de melhorar os processos de organização, conformando uma equipe para coordenar e projetar a feira da agricultura familiar em Boa Vista de Acará, desenvolvendo ações necessárias de maneira rápida e efetiva.
- Garantir a participação com equidade de gênero nas atividades de suporte logístico e toma de decisões.
- Criar coletivamente um cronograma de atividades que garanta o desenvolvimento da feira uma vez no mês.
- Desenvolver o projeto horta comunitária que contribuía na obtenção de produtos hortícolas, tanto para consumo como para comercialização.
- Ressaltar e potencializar o trabalho feminino nos processos de produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar.
- E a importância de continuar articulando os mecanismos para que o poder público participe nos processos de construção social dos mercados das comunidades agroextrativistas, garantindo a permanência dos modelos de produção baseados nas cadeias produtivas da biodiversidade, como se destaca nesta comunidade e garantir também o acesso digno ao mercado através da aproximação entre produtores e consumidores.

Nesta ordem de ideias, pode se concluir que os fatores que afetam o potencializam a organização e comercialização –via circuito curto- dos produtos da agricultura familiar na comunidade de Boa Vista de Acará, são diversos; por um lado temos vários fatores que a

potencializam, tendo em conta que a comunidade tem uma ampla variedade de produtos e serviços para oferecer tanto a moradores como a visitantes e consumidores em geral, entretanto, os fatores que a afetam, se relacionam mais na parte organizacional e de comunicação entre os membros envolvidos, precisando-se de mais compromisso no desenvolvimento das atividades de gestão e logística para a realização das feiras, e de mais apoio ao componente feminino em suas iniciativas para conseguir desenvolver satisfatoriamente suas ideias e planos de negócio. Porém as lições aprendidas durante estas experiências na construção social dos mercados tem dado abertura a um “locus” de possibilidades tanto na parte organizacional como tática para garantir num futuro próximo o desenvolvimento periódico e dinâmico da feira da agricultura familiar a nível local, com miras a participar também, de outros cenários tanto na capital do estado (Belém), como nas diferentes localidades da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se ressaltar que a comunidade tem dado grandes avanços nos seus processos organizacionais o que melhora o desenvolvimento de seus planos a longo e curto prazo, um exemplo disso é a mudança que tem feito à comunidade enquanto a forma de produção das espécies comercializadas para a indústria de cosméticos através da APOBV, como *Cyperus articulatus* L (Priprica), *Schizolobium parahyba* (Pataqueira) e *Siparuna guianensis* Aubl. (Captiú). A principal modificação no modo de produção destas espécies foi à mudança do local de cultivo, onde antes o plantio era realizado nas mesmas áreas do plantio da mandioca, nas coivaras; e agora é realizada no prédio da APOBV em canteiros erguidos apenas para essa finalidade, em áreas afastadas dos roçados, com maior controle fitossanitário e melhor manejo do solo, favorecendo assim o incremento da produtividade do cultivo, e produzindo raízes em quantidade suficientes para atender a demanda da empresa.

Mais para comunidade chegar neste ponto, foi preciso atravessar uma serie de obstáculos superando os desafios que se foram apresentando, em uma jornada de aprendizados entre ensaio e erros; agora uma nova meta se desenha no horizonte, a construção de canais curtos de comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar, e para isto, e importante entender que os processos levam o tempo necessário para se consolidar.

Desta maneira, os processos de organização-ação para poder olhar os resultados, precisam percorrer o caminho dos aprendizados através da pratica e da perseverança. Desta forma, com uma nova meta proposta, a de potencializar a cadeia produtiva da biodiversidade, destacando as formas de reprodução da comunidade, onde as famílias agricultoras têm

desenvolvido ao longo do tempo, sistemas produtivos complexos para garantir uma diversidade de produtos, dos quais se destacam as frutas da qual sustentam sua alimentação e a geração de sua renda.

Porém, também se evidencia a dependência do apoio técnico e de políticas públicas, que facilitem o treinamento e acompanhamento aos processos de comercialização; tendo em conta que durante o processo de intervenção e acompanhamento, a comunidade consegue gerenciar e desenvolver as feiras, entanto que quando não tiveram mais o acompanhamento, a realização da feira se parou por tempo indefinido.

Com base nestas características a meta de melhorar a renda através da venda de produtos e serviços por meio da construção de canais de comercialização baseados em circuitos curtos que aproximem os produtores e os consumidores, se torna ainda um longo caminho que deve ser trilhado pela comunidade, que precisa continuar no fortalecimento organizacional interno, assim como nas suas relações com os diferentes agentes externos, dando a conhecer a importância ambiental, econômica e social de seus modelos produtivos.

Assim, uma forma estratégica para o fortalecimento destes canais curtos de comercialização, é a aliança com grupos de consumo responsável GCR, propondo a ótica das comunidades que sustentam a agricultura CSA, e desta forma, dividir não só os benefícios da agricultura ecológica, mais também os riscos na produção e os investimentos econômicos para sua produção e transporte hasta o consumidor final. Assim por exemplo, com a consolidação de GCR interessados em adquirir seus produtos e serviços, se geraria uma estabilidade na renda das famílias agricultoras, que poderiam dedicar mais tempo a estes modelos produtivos, tendo a certeza de que seus produtos serão comercializados.

Neste caso o aplicativo elaborado pela comunidade para a comercialização de seus produtos, teria uma funcionalidade efetiva, tendo em conta que até agora, este aplicativo só tem sido usado como ferramenta educativa e de divulgação com a comunidade em geral, mais ate agora não tem cumprido sua funcionalidade, que é a de comercializar. Isto principalmente pela ausência de consumidores organizados que consigam viabilizar junto com os agricultores, o transporte dos produtos.

Conclui-se assim, que a inserção dos agricultores familiares no mercado, entre isto a construção social de mercados de circuito curto, ainda é um grande desafio, sendo que, muitas vezes, carecem de logística adequada para o transporte de seus produtos. Nesse sentido, acabam não comercializando sua produção de forma eficiente. Sendo preciso e oportuno, continuar e focalizar na organização comunitária, que permita melhorar as condições da logística e facilite novas possibilidades de acesso ao mercado e de aproximação entre

produtores e consumidores de base agroecológica. Também se conclui, a importância do trabalho feminino em todas estas etapas, sendo de grande importância destacar o papel da mulher nestes modelos de produção agroecológica, assim como da importância dos processos de comercialização gerenciados e coordenados pelas mulheres, como reconhecimento a seu trabalho e as formas como se relacionam com a natureza, gerando benefícios que vão além do território local.

REFERENCIAS

- BERDEGUÉ, J. A.; OCAMPO, A.; ESCOBAR, G. **Sistematización de experiencias locales de desarrollo agrícola y rural. Guía metodológica**. Santiago de Chile/ Lima Perú: FIDAMERICA/PREVAL. 2000. Disponível em: http://a4n.alianzacacao.org/uploaded/mod_documentos/sistematizacion%20experiencias%20locales%20guia%20metodologica.pdf
- BRUMER, A. Gênero e Agricultura: A Situação da mulher na agricultura do rio grande do sul. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1(360) p. 205 - 227. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699>
- CABANES, M.; GÓMEZ LÓPEZ, J.D. Economía social y Soberanía Alimentaria. Aportaciones de las cooperativas y asociaciones agroecológicas de producción y consumo al bienestar de los territorios. CIRIEC – España, **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**. n. 82, p. 127 – 154. 2014. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/45086/1/2014_Cabanes_Gomez_CIRIEC.pdf
- CAUMO, A. J.; RAMUNDO STADUTO, J. A. Produção Orgânica: Uma Alternativa na Agricultura Familiar. **Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)**, v. 12, n. 2, p. 1-19 2014. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2346/2200>
- CEPAL. Agricultura familiar y circuitos cortos. **Nuevos esquemas de producción, comercialización y nutrición**. ONU. Santiago de Chile. 2014. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36832/s2014307_es.pdf?sequence=1
- CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie. **Cahiers de l'Observatoire CROC, Montpellier**. 2007. Disponível em: http://pm22100.net/docs/pdf/04_CC_VD/130128_Cahier_de_l_Obs1-INTERNET.pdf
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia/Construção Social dos mercados**. v. 10, n. 2, p. 8-13. 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/revista/v10-n2-construcao-social-dos-mercados/>
- FINATTO, R. A.; CORRÊA, W. K. Desafios e perspectivas para a comercialização de produtos de base agroecológica – Ocaso do município de Pelotas/RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Porto Alegre. v. 5, n. 1, p. 95 – 105. 2010. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9669>
- GOMILA PONS, E.; MELLO, D.; BUDI, J. Introdução. In: E. GOMILA PONS; MELLO, D. e BUDI, J. **Igualdade entre homens e mulheres em projetos de atividades produtivas sustentáveis apoiados pelo Fundo Amazônia/ BNDES**. Rio de Janeiro: Fundo Amazônia/BNDES. 2019. p. 6 - 8. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/GI_Z_Estudo-genero.pdf

HOLLIDAY, OSCAR JARA. Para sistematizar experiências. Tradução de Maria Viviana V. Resende. 2. ed. **Revista. – Brasília: MMA**, 2006. 128 p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009115508.pdf

IBGE. 2006. “Censo Agropecuário”. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf Acesso em: 12/06/2019.

JACINTO SALVARO, G. I.; ESTEVAM, D.; FERNANDES FELIPE, D. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: Reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 2, p. 390-405. 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5864166>

LASTARRIA-CORNHIEL, S. Principales tendencias en la feminización de la agricultura. In: S. LASTARRIA-CORNHIEL, **Feminización de la agricultura en América Latina y África. Tendencias y fuerzas impulsoras** Santiago, Chile: Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. . v. DEBATES Y TEMAS RURALES, n. 11, p. 7-19. 2008. Disponível em: http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1366830040DTR_No.11_Lastarria.pdf

MENDOÇA, G. M.; MORUZZI-MARQUES, P. E. **Protagonismo feminino na agricultura agroecológica: Estudo de uma organização de controle social no assentamento Milton Santos**. Piracicaba, São Paulo, Brasil. 2002. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/9/9_Gabriela_Mendon%C3%A7a.pdf

OLIVEIRA KIEL, A. C.; ASCHER, P. Apresentação. In: HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2006. 125p. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/42709776/para-sistematizar-experiencias-holliday->

PALENQUE de la QUINTANA, E.; CAMACHO RAMÍREZ, A. **Sistematización de la implementación y funcionamiento del "Modelo de atención integral y diferenciada de adolescentes y jóvenes" en el municipio de El Alto**. La Paz, Bolivia: AIDAJ Atención Integral y Diferenciada de Adolescentes y Jóvenes. 2017. Disponível em: <http://www.cemse.edu.bo/webcemse/index.php/listacatnoticias/item/382-sistematizacion-de-la-experiencia-del-itinerante-formativo-educacion-para-la-afectividad-y-la-sexualidad-integral-en-el-mescp-guia-practica-para-su-aplicacion-en-el-aula>

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO PNUD. 2016. “**Dashboard 2 Lifecourse Gender Gap**”. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_dashboard_2.pdf. Acesso em 12/06/2019.

RESENDE de MELO, D. **Ações voltadas aos circuitos curtos de comercialização da Agricultura familiar e suas contribuições para o desenvolvimento econômico: Um estudo do território do médio e baixo Jequitinhonha em Minas Gerais**. Belo Horizonte. 2017. 88p. Monografia (Graduação em Administração pública). Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. 2017. Disponível em: <http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2290/1/A%C3%A7%C3%B5es%20voltadas%20aos%20circuitos%20curtos%20de%20comercializa%C3%A7%C3%A3o%20da%20agricultura%20familiar%20e%20suas%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20para%20o%20desenvolvimento%20econ%C3%B4mico.pdf>

SEVILLA GUZMÁN, E.; SOLER MONTIEL, M.; GALLAR HERNÁNDEZ, D.; VARA SÁNCHEZ, I.; CALLE COLLADO, Á. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces y Consejería de la Presidencia e Igualdad. 2012. 168 p. Disponible em: https://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/CCC_alimentaria_en_Andalucia_2012.pdf

SILIPRANDI, E. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia: **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, p. 845-849. 2007. Disponible em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=es&as_sdt=0%2C5&q=o+papel+da+mulher+na+comercializa%C3%A7%C3%A3o+de+produtos+da+agricultura+familiar&btnG=

SOUZA, I. Rumo ao uso sustentável da biodiversidade. **Ver-a-Ciência**, n. 10 p. 40-45. 2018. Disponible em: <http://www.veraciencia.pa.gov.br/edicoes-antiores/>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscou-se estudar os condicionantes para a construção social dos mercados por meio dos circuitos curtos de comercialização e consumo de produtos agroecológicos da agricultura familiar na Amazônia paraense. O pressuposto inicial foi que o distanciamento cada vez maior entre produtores e consumidores de produtos de base agroecológica nas comunidades da Amazônia paraense, tem gerado obstáculos na permanência dos agricultores familiares em modelos de produção agroecológica, principalmente pela dificuldade de comercialização justa, expressada na falta de mecanismos de escoamento de seus produtos, a presença marcada de atravessadores ou intermediários que ficam com grande parte do lucro e a relação de dependência dos agricultores familiares ao mercado. E por outro lado, a dificuldade dos consumidores em aceder a produtos de qualidade, principalmente alimentos livres de agrotóxicos a preços acessíveis.

Assim, está pesquisa intitulada “Circuitos Curtos de Comercialização (CCC): O caso das comunidades agroextrativistas da Amazônia Paraense no norte do Brasil” iniciou-se com um primeiro artigo de revisão, o qual se usou como marco referencial para este estudo, onde se conceituaram as temáticas: circuitos curtos de comercialização, construção social de mercados e agroecologia política. A partir deste marco referencial, se decidiu de forma participativa entre o grupo coordenador do projeto e a comunidade de Boa Vista de Acará, iniciar o levantamento de dados e informações na comunidade, sobre fatos relevantes dos sistemas de produção, dos mercados, e os principais problemas enfrentados na comercialização, através do desenho e realização do diagnostico sócio produtivo e sócio econômico da comunidade. Os resultados do diagnostico mostraram a capacidade da comunidade de Boa Vista de Acará, para ofertar produtos de qualidade e com valor agregado, como é o caso do “Beijuxica”, feito a partir da massa da mandioca; do “Molho de Tucupí” extraído da raiz da mandioca brava e temperado com pimentas; das “Galinhas caipiras”, em cestas artesanais; dos “Extratos de plantas de cheiro”; dos “Chocolates artesanais”; dos “Biscoitos de Castanha do Pará”; entre outros.

Também mostrou o potencial na produção de frutas como *Euterpe oleracea* (Açaí), *Oenocarpus bacaba* (Bacaba), *Bactris gasipaes* (Pupunha), *Theobroma grandiflorum* (Cupuaçu), *Endopleura uchi* (Uchi), *Mangifera indica* L. (Manga), entre outras; onde 53% das famílias entrevistadas tem como principal fonte de renda a comercialização de frutas ou polpas de frutas.

Por outro lado, se evidencio que os sistemas produtivos da comunidade de Boa Vista de Acará, são diversificados, tendo sido encontrados nos quintais agroflorestais ou sistemas agroflorestais, mais de quarenta (40) espécies vegetais para alimentação e comercialização, entre as quais trinta e cinco (35) são espécies agroflorestais (Apêndice C), o que faz com que a paisagem seja predominantemente de floresta, abrigando assim uma importante biodiversidade de fauna e flora que se relacionam com esta; o que ressalta a importância destes sistemas agrícolas que oferecem melhores condições para a conservação da biodiversidade, ao facilitar a conectividade entre as áreas florestais; ou inclusive, funcionar como trampolins, entre os fragmentos de floresta, para a vida silvestre; assim, como na proteção do solo, através da cobertura com biomassa, reduzindo a erosão; ao mesmo tempo em que contribui na renda das comunidades por meio dos produtos florestais como madeira, frutos, sementes e óleos.

Nesta ordem de ideias, é importante ter em conta que estes sistemas produtivos ou cadeias produtivas da biodiversidade, são uma característica não só da comunidade de Boa Vista de Acará, se não de todo o território da Amazônia paraense onde habitam as famílias agroextrativistas ou agricultoras, muitas delas ribeirinhas, onde se destaca a extração o cultivo de frutas da Amazônia.

Os resultados também indicam como a sazonalidade destes produtos, principalmente as frutas, faz flutuar a renda econômica das famílias agricultoras. Onde dependendo das safras de cada uma das espécies cultivadas ou coletadas; 45% das famílias entrevistadas conseguem aumentar sua renda até três (3) salários mínimos (S.M.). Desta forma, na época das safras das principais espécies comercializadas, as famílias conseguem aumentar a renda, e nos períodos das entressafras, a renda diminui; ressaltando que a renda mensal destas famílias inclui em alguns casos, não só as atividades agrícolas, como também as atividades não agrícolas ou benefícios do governo; entretanto, a composição da renda não foi abordada minuciosamente, sendo necessário fazer posteriores estudos sobre este aspecto para um melhor entendimento.

Porém, se evidencio de acordo ao calendário sazonal construído de forma participativa na comunidade, que no período de março a junho, é o período onde diminuiu significativamente a produção de frutas, sendo possivelmente nestes meses onde a renda monetária se vê afetada a causa da escassez de frutas para comercialização, mais também e o período em que os preços de frutas como o *Euterpe oleracea* (Açaí), atingem patamares substancialmente elevados em relação à média anual, o que representa uma oportunidade para os produtores que consigam ofertar frutos neste período.

Tendo em conta que para 50% das famílias entrevistadas, a atividade mais lucrativa é o cultivo ou extrativismo do Açaí, onde os produtores recebem, no início da safra, de R\$ 70,00 a 100,00 pela “basqueta” (basquetas são cestos de fibras regionais, cada basqueta comporta 14 kg de frutos *in-natura*); e no final da safra chega a R\$ 250,00 a basqueta ou más. Porém no meio da safra, o preço do produto chega a R\$ 30,00 ou R\$ 40,00 a basqueta. Esta flutuação significativa do preço do Açaí abre possibilidades a favor dos agricultores, tendo em conta que o Açaí frutifica durante todo o ano; por exemplo, adotando técnicas de manejo que permitam alongar o ciclo da cultura do Açaí de forma que os produtores se beneficiem daqueles períodos em que os preços são mais elevados, ou seja, no final da safra, que o preço se eleva significativamente em relação à média anual.

Entretanto, mesmo que este fenômeno seja de grande importância na consolidação dos planos de comercialização dos agricultores familiares, é importante entender que a flutuação do preço do açaí, e a representação de uma crescente demanda do mercado por este produto agrícola, gerando já em algumas regiões uma mudança agroextrativista para um modelo de produção que rompe com a cadeia produtiva da biodiversidade, como por exemplo, monoculturas via “açaização” dos ecossistemas ribeirinhos do estuário amazônico; podendo trazer desequilíbrio não só nas dimensões socioeconômicas e ambientais da região, mais também nas características da reprodução de vida campesina, atualmente evidente na agricultura familiar desta região, como é a seguridade e soberania alimentar através da diversificação da produção e a produção para o autoconsumo.

Em relação aos processos de comercialização, verificou-se que a comunidade comercializa sua produção com três agentes distintos; a associação, os atravessadores e a venda direta ao consumidor. 45% comercializam principalmente seus produtos *in natura*, e em alguns casos beneficiados aos atravessadores que vão buscar os produtos na comunidade, 12% comercializam no Porto da Palha na cidade de Belém, tanto para intermediários como para o consumidor final, e 28% na venda direta ao consumidor na comunidade, ao turismo, por encomenda ou através das diferentes feiras. Um 12% não comercializa produtos, só fazem agricultura para autoconsumo, e cerca de 3% tem como única venda agrícola as plantas de cheiro através da associação.

Por outro lado, os resultados deste diagnóstico, mostraram que a produção para autoconsumo é o destino principal destes modelos produtivos, o que gera autonomia das famílias agricultoras fazendo com que dependa menos das condições externas à unidade de produção, gerando estabilidade na segurança alimentar.

Na relação consumo – venda da comunidade de Boa Vista de Acará, encontramos que os principais produtos comercializados, também são os que sustentam a alimentação dos grupos familiares; entre estes: *Euterpe oleracea* (Açaí), *Oenocarpus bacaba* (Bacaba), *Bertholletia excelsa* (Castanha), *Bactris gasipaes* (Pupunha) e *Manioth Esculenta* L. (Mandioca) e seus derivados. Aproximadamente 80% das famílias entrevistadas preferem o *Euterpe oleracea* (Açaí) como base para sua alimentação, de forma que consomem o que precisam e vendem o excedente. De igual forma, 20% das famílias entrevistadas preferem a *Oenocarpus bacaba* (Bacaba) como base de sua alimentação; assim, usam o que precisam e vendem o excedente. Sobre a Mandioca e seus derivados, a maioria das famílias desenvolve esta atividade principalmente para autoconsumo, já que faz parte de sua cultura alimentar do dia a dia. Atualmente não representa mais a principal fonte de renda.

Nesse sentido, a comunidade de Boa Vista de Acará, mostra que não tem perdido sua capacidade de manutenção da segurança alimentar, garantindo assim, autonomia frente ao contexto social e econômico. E é importante valorizar e ressaltar estes processos de produção para autoconsumo das famílias agricultoras, que mesmo participando de canais de comercialização, não se deixam permear agressivamente pela mercantilização da agricultura familiar.

Partindo deste diagnóstico, e após consulta com a comunidade de Boa Vista de Acará, realizou-se um curso de capacitação sobre construção social dos mercados e circuitos curtos de comercialização. Do desenvolvimento do curso, se gerou o catalogo de produtos com a oferta de dez e sete (17) frutas *in natura*, cinco (5) legumes, quatro (4) produtos de origem animal, seis (6) polpas de frutas, mandioca e cinco (5) produtos derivados desta ultima; assim como doce (12) produtos diversos entre beujixica, biscoitos, bolos, cremes, entre outros. (Apêndice B).

Também se gerou o calendário sazonal e se desenho um aplicativo para sistema operacional *Android*, como ferramenta de comunicação e comercialização, entre grupos de consumidores de produtos agroecológicos e agricultores familiares produtores de base ecológica. O aplicativo pode se instalar no celular ou acessar desde internet pelo *notebook*. Neste *App* se encontram informações da comunidade, o mapa de localização, o catalogo de produtos, promoções, contatos e fotografias.

Entretanto, este aplicativo, assim como os outros produtos gerados, neste processo de formação, não tem funcionalidade sem a participação de pelo menos um grupo de consumo. Por este motivo, se propõe gerar um acordo entre as famílias agricultoras de Boa Vista de Acará e as instituições que fizeram parte deste projeto, como o IFPA e a SECTET, em

consolidar um projeto de lei institucional, convênio ou acordo, onde por votação consensual dos membros destas instituições, ou seja, dos funcionários públicos da SECTET e do IFPA discutam a importância de contribuir nestes processos mais sustentáveis de desenvolvimento rural, através da consolidação de GCRs ou da geração de programas ou políticas institucionais na destinação de um percentual do salário dos funcionários na realização de compras de produtos da agricultura familiar das comunidades participantes de projetos de extensão e pesquisa destas instituições.

Durante as experiências vivenciadas na I, II e III Feira da Agricultura Familiar da comunidade de Boa Vista de Acará, a participação das mulheres foi fundamental. Foram elas que organizaram e mobilizaram, fazendo que essa experiência fosse concretizada. Ressalta-se também que em grande medida, os produtos comercializados nestas feiras, resultaram de atividades domésticas femininas, tais como produzir sucos, bolos, doces, biscoitos e salgados, cuidar do quintal que provê as matérias primas para estes produtos e dos animais de pequeno porte, entre outras questões, o que trouxe para o foco de análise o reconhecimento e a visibilidade do trabalho feminino.

Desta maneira também se conclui-o que a participação das mulheres durante o desenvolvimento das feiras, possibilitou ganhar experiências e aprendizados no tema da construção social dos mercados, condição fundamental para a comercialização. Sendo importante contribuir no debate sobre o reconhecimento do trabalho feminino, num contexto como o rural, tendo em conta a dimensão da invisibilidade do trabalho feminino na agricultura.

Neste marco de conclusões, entendemos que para um reposicionamento de esse segmento de agroextrativistas e agricultores familiares da Amazônia paraense, frente ao processo de desenvolvimento local, a partir da construção social dos mercados que garanta uma comercialização justa de seus produtos de base agroecológica via circuitos curtos, é necessário o acompanhamento institucional para o desenvolvimento destes processos, pelo menos nos primeiros anos. Por está razão, durante o trabalho, se conversou com a comunidade da importância de gerar um ambiente organizacional de acordo com as necessidades e objetivos da comunidade, e as possibilidades de articular esse processo com organizações ou instituições externas.

Neste contexto, a primeira consideração, enquanto a problemática social em estudo pode-se dizer que uma parcela de agricultores familiares na comunidade de Boa Vista de Acará no estado do Pará, vem apresentando dificuldades para garantir sua viabilidade econômica e sua reprodução social. Isto devido ao “modelo” técnico-produtivo vigente a nível

nacional, que induz crescentemente as famílias agricultoras na inserção mercantil, para satisfazer o mercado moderno, levando em alguns casos ao abandono de suas atividades agrícolas.

Também merece ressaltar-se que esta inserção mercantil leva à transformação dos processos produtivos, cada vez mais dedicados as monoculturas; no caso de Boa Vista de Acará, que é uma comunidade que trabalha com a cadeia produtiva da biodiversidade, onde seus sistemas produtivos são bastante diversificados, como quintais ou Sistemas Agroflorestais, a orientação de mudanças para sistemas produtivos através de monoculturas, como por exemplo, a tendência a “açaiização” dos ecossistemas, produziram efeitos adversos na agricultura familiar da região, entre os quais se destaca a vulnerabilização da produção para autoconsumo, e com isto a perda de segurança e soberania alimentar das famílias agricultoras ou agroextrativistas, que ainda prevalece na região.

Outra consideração é a falta de fortalecimento dos canais de comercialização via circuito curto, entretanto, como mostra esta pesquisa, 16% das famílias entrevistadas conseguem participar de algumas feiras na cidade de Belém, e só 1% participa da Feira Orgânica de Belém (Pará Orgânico); sendo um percentual baixo e mostrando desse modo falências no processo organizacional ao interior da comunidade. Porém, a comunidade conta com a Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista (APOBV), legalizada desde o ano 2003, que focaliza sua produção no cultivo de *Schizolobium parahyba* (Pataqueira) e *Cyperus articulatus* L (Pripioca) que têm sido bem comercializadas para uma empresa de cosméticos.

Entretanto, o reconhecimento da produção orgânica esta só orientada a produção destas plantas aromáticas, mais não atende seus sistemas produtivos agroflorestais. Por outro lado, devido a que a organização seja uma associação sem fins lucrativos, eles tem apresentado dificuldades nos processos de comercialização na hora de emitir a nota fiscal, mostrando a necessidade de transformar a associação em uma cooperativa, ou criar uma cooperativa, que facilite os processos de comercialização e que além possa incluir a certificação orgânica de seus sistemas produtivos agroflorestais.

Esta certificação orgânica, já se vem discutindo na comunidade, a partir do curso realizado nesta temática, onde se trabalho no entendimento dos sistemas participativos de garantias (SPG) e as possibilidades na consolidação de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) que é uma das modalidades de certificação do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil, regulada pela lei 10.831/2003 e pela instrução normativa 19/2009. Porém, para que este SPG funcione, se

precisa das duas partes, tanto dos produtores como dos consumidores, para criar o processo de avaliação conjunta.

Desta forma, se torna uma necessidade prioritária à consolidação de Grupos de Consumo Responsáveis (GCR) que estejam interessados, além de adquirir produtos agroecológicos, de contribuir neste processo de construção social de mercados através dos circuitos curtos de comercialização, e posteriormente na certificação participativa, ou na consolidação de Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), que omite a necessidade de que os produtos estejam certificados pelo Ministério, já que se tecem relaciones de confiança e conhecimento de todas as etapas do processo produtivo, assim como a divisão das responsabilidades e os benefícios da produção agroecológica, se tornando os consumidores em co-agricultores.

Desta maneira, os processos de investigação e extensão rural como o presente estudo, contribuem na articulação entre os diferentes agentes acadêmicos, agrícolas e financeiros, que tem o desafio de construir relações sociais e comerciais mais respeitadas, que favoreçam equitativamente todas as suas partes. E em isto, a Agricultura familiar vem desenvolvendo um papel central na articulação destes diferentes agentes, e umas das atividades primordiais e determinantes, são os processos de construção de mercados e comercialização dos produtos.

Assim, é preciso ressaltar a importância dos processos agroecológicos que se vem consolidando desde a agricultura familiar e os diferentes grupos de estudo e de consumo responsável, que respeitam o saber popular e buscam integra-lo com o conhecimento científico para dar lugar na construção de novos saberes sócio ambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica; e como elemento fundamental na construção, e de muita relevância o fortalecimento dos mecanismos de comercialização através de circuitos curtos e/ou redes de comercialização organizada por produtores e consumidores que impulem a construção social de mercados e que garantam que estas atividades além de ser socialmente justas, sejam economicamente viáveis.

.....

8. REFERENCIAS

ALMEIDA, R. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 291-298. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100020&script=sci_arttext

ANDRADE, D. P. **Ação coletiva de agroextrativistas em circuitos curtos de comercialização de produtos do cerrado: estudo de caso em Pirenópolis – GO.** Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia. Universidade de Brasília Brasília D.F. 2016. 117p.

ARAÚJO SILVA, A.; SANTOS, M. K.; VASCONCELOS GAMA, J. R.; NOCE, R.; LEÃO, S. Potencial do Extrativismo da Castanha-do-Pará na Geração de Renda em Comunidades da Mesorregião Baixo Amazonas, Pará. *Floresta e Ambiente*, v. 20, n.4, p.500-509. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/loram/v20n4/a08v20n4.pdf>

BALEM, T. A.; OLIVEIRA ALVES, E.; SANTOS SCHMELING, G. Os desafios da produção agroecológica e da construção de uma estratégia de mercado de circuito curto através da entrega domiciliar de produtos. *Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM*, v.25, n.4, p. 20-39. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/34540>

BERDEGUÉ, J. A.; OCAMPO, A.; ESCOBAR, G. **Sistematización de experiencias locales de desarrollo agrícola y rural. Guía metodológica**. Santiago de Chile/ Lima Perú: FIDAMERICA/PREVAL. 2000. Disponível em: http://a4n.alianzacacao.org/uploaded/mod_documento/sistematizacion%20experiencias%20ocales%20guia%20metodologica.pdf

BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33176109/boaventura_de_souza_santos_-_produzir_para_viver.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1552957365&Signature=cUmSb%2FtKBTYIBBdn9gTvLTDUso8%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DBoaventura_de_souza_santos_-_produzir_pa.pdf

CABANES, M.; GÓMEZ LÓPEZ, J.D. Economía social y Soberanía Alimentaria. Aportaciones de las cooperativas y asociaciones agroecológicas de producción y consumo al bienestar de los territorios. CIRIEC – España, *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, n. 82, p. 127–154. 2014. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/45086/1/2014_Cabanes_Gomez_CIRIEC.pdf

CALLE COLLADO, Á.; GALLAR, D.; CANDÓN, J. Agroecología política: la transición social hacia sistemas agroalimentarios sustentables. *Revista de Economía Crítica*, n. 16 p. 244–277. 2013. Disponível em: http://revistaeconomiacritica.org/sites/default/files/08_ColladoGallarCandon.pdf

CABANES MOROTE, M.; GÓMEZ LÓPEZ, J. D. Economía social y Soberanía Alimentaria. Aportaciones de las cooperativas y asociaciones agroecológicas de producción y consumo al bienestar de los territorios. CIRIEC-España, *Revista de Economía Pública, Social y*

Cooperativa. n. 82, p.127-154. 2014. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/45086>

CRAVIOTTI, C.; SOLENO WILCHES, R. Circuitos cortos de comercialización agroalimentaria: un acercamiento desde la agricultura familiar diversificada en Argentina. *Mundo Agrario*, v. 16, n. 33, p. 1-20. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/845/84544434001.pdf>

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. **Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie**. Cahiers de l'Observatoire CROC, Montpellier. 2007. Disponível em: http://pm22100.net/docs/pdf/04_CC_VD/130128_Cahier_de_l_Obs1-INTERNET.pdf

DAROLT, M. R. (2013). Circuitos Curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; MACHADO VEZZANI, F. (Orgs). **Agroecologia: Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós. 2013. p. 139-170. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/07/AGROECOLOGIA-praticas-mercados-e-politicas.pdf>

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia/Construção Social dos mercados*. v. 10, n. 2, p. 8-13. 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/revista/v10-n2-construcao-social-dos-mercados/>

FINATTO, R. A.; CORRÊA, W. K. Desafios e Perspectivas para a comercialização de produtos de base agroecológica - O caso do município de Pelotas/RS -. *Revista Brasileira de Agroecologia*. v. 5, n. 1, p. 95 - 105. 2010. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9669>

GERMANY GAIGER, L. I. A economia solidaria diante do modo de produção capitalista. *Revista quadrimestral de Ciências Sociais* Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades. Universidade Federal da Bahia. Caderno CRH, n. 39, p. 181 – 211. 2003. Disponível em: <http://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642/12016>

GONZÁLES CALO, I.; GIMÉNEZ, T.; RAMOS REAL ; RENTING, H. Circuitos cortos de comercialización en Andalucía: un análisis exploratorio. *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, n. 232, p. 193 – 227. 2012. Disponível em <https://ageconsearch.umn.edu/record/187169/>

GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; CAPORAL, F. R. Agroecología y política. Como conseguir la sustentabilidad? Sobre la necesidad de una agroecología política. *Agroecología*. v. 8, n. 2, p. 35–43. 2013. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/212171/168391>

GUZZATTI, C. T.; SAMPAIO, C. A.; TURNES, V. A. Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, v. 16, n. 3, p. 363 – 375. Universidade Federal de Lavras (MG). 2014. Disponível em: <http://200.131.250.22/revistadae/index.php/ora/article/view/852/453>

HOLLIDAY, O. J. Para sistematizar experiências. Tradução de Maria Viviana V. Resende. 2. ed. **Revista. – Brasília: MMA**, 2006. 128 p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009115508.pdf

LÓPEZ GARCÍA, D. Canales cortos de comercialización, un elemento dinamizador. **Amasando la realidad**, n. 8, p. 20-24. 2012. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/record/170481>

POLLAN, M. Introdução. In: M. POLLAN, **Em defesa da comida.** ; tradução de Adalgisa Campos da. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2008. p. 9-14. Disponível em: <http://www.martinsfontespaulista.com.br/anexos/produtos/capitulos/530310.pdf>

PRALY, C.; CHAZOULE, C.; DELFOSSE, C.; BON, N.; CORNÉE, M. **La notion de "proximité" pour analyser les circuits courts.** In: XLVIe COLLOQUE DE L'ASRDLF 2009 (p. 17). France: Clermont-Ferrand. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281797603_LA_NOTION_DE_PROXIMITE_POUR_ANALYSER_LES_CIRCUITS_COURTS

PRESTES de LIMA, A. J.; CARMO, M. S. Agricultura Sustentável e a Conversão Agroecológica. **Desenvolvimento em questão**, n. 7, p. 47-72. 2006. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/121>

RESENDE DE MELO, D. **Ações voltadas aos circuitos curtos de comercialização da Agricultura familiar e suas contribuições para o desenvolvimento econômico: Um estudo do território do médio e baixo Jequitinhonha em Minas Gerais.** Belo Horizonte. 2017. 88p. Monografia (Graduação em Administração pública). Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. 2017. Disponível em: <http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2290/1/A%C3%A7%C3%B5es%20voltadas%20aos%20circuitos%20curtos%20de%20comercializa%C3%A7%C3%A3o%20da%20agricultura%20familiar%20e%20suas%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20para%20o%20desenvolvimento%20econ%C3%B4mico.pdf>

RETIÈRE, M. I. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas.** 2014. 114p. Dissertação (Mestrado em Ciências) Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Piracicaba. 2014

SCHUBERT, M.; SCHNEIDER, S. Construção social de mercados e as tendências de consumo: o caso do pavilhão da Agricultura Familiar da EXPOINTER RS. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 3, p. 373-382. 2016. Disponível em: http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2016.52.3.08/5757

SEBRAE. Agronegócio: Fruticultura nas regiões. **Boletim de Inteligência**. 2015. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>

SEVILLA GUZMÁN, E.; SOLER MONTIEL, M.; GALLAR HERNÁNDEZ, D.; VARA SÁNCHEZ, I.; CALLE COLLADO, Á. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía.** Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces y Consejería de la Presidencia e Igualdad. 2012. 168 p. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/CCC_alimentaria_en_Andalucia_2012.pdf

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidaria**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/22/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf?sequence=1>

VIEGAS, M. **Agroecologia e circuitos curtos de comercialização num contexto de convencionalização da agricultura orgânica**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC: UFSC. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168107>

VIVAS, E. La cadena agroalimentaria: un monopolio de origen a fin. Centro de Estudios sobre Movimientos Sociales. Universidad Pompeu Fabra. Centro de Investigación para la paz. (CIP – Ecosocial) – **Boletín ECOS** n. 4, p. 1-9. 2008. Disponível em: http://www.fuhem.es/media/ecosocial/File/Boletin%20ECOS/Boletin%204/Cadena%20alimentaria%20E_VIVAS.pdf

6. APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Data: ____/____/____ Localização da propriedade (GPS): _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR.

- 1.1 Nome: _____
- 1.2 Possui apelido? Qual? _____
- 1.3 Idade: _____
- 1.4 Estado civil: () Casado(a), () Solteiro(a), () União Estável, () Viúvo(a), () Divorciado(a), () Separado(a)
- 1.5. Tem filhos? () Sim () Não. Quantos? _____
- 1.6. Naturalidade: _____
- 1.7 Há quanto tempo reside em Boa Vista do Acará? _____
- 1.8 Profissão _____
- 1.9 Grau de escolaridade: () Analfabeto; () Ens. Fundamental; () Ensino médio; () Ensino Técnico; () Ens. Superior Completo; () Ens. Superior Incompleto; () Pós-graduação.

2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

- 2.1 Faz parte de alguma Associação?: () Sim () Não
Qual? _____
- 2.2 Há quanto tempo é associado? _____
- 2.3 Participa das reuniões da Associação que faz parte? () Sim () Não
- 2.4 Com que frequência? (nº de dias na semana/ mês) _____
- 2.5 Existem membros da família que são associados (esposo (a)/ filhos): () Sim () não. Quantos? _____.
- 2.6 Exerce cargo na Associação? () Sim () Não. Qual? _____
- 2.7 Você encontra-se satisfeito com a Associação: () Sim () Não
- 2.8 Grau de Satisfação : () Bom; () Regular; () Ótimo; () Ruim
- 2.9 Situação da renda familiar após associado: () Boa melhora; () Excelente melhora; () Melhorou pouco
- 2.10 Oportunidades de acesso ao mercado (comercialização) após associados: () Boa melhora; () Ótima melhora; () Melhorou; () Regular
- 2.11 Na sua opinião a renda familiar para o futuro, vai: () Ter boa mudança; () Mudar pouco; () Não vai alterar
- 2.12 Quais as principais problemáticas presentes na associação?

2.13 Quais os Pontos positivos de ser associado?

2.14 Participa de outra organização social (sindicato rural, cooperativas, etc.)?: () Sim () Não
Qual? _____

- 2.15 É beneficiado por algum programa social do governo? () Sim () Não
- 2.16 Qual benefício social você recebe? () Bolsa Família () Bolsa Verde () Minha Casa, minha vida () Fomento – Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais () Outros: _____

3. IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

- 3.1 Há quanto tempo mora no estabelecimento? _____
- 3.2 Como adquiriu a propriedade? : () Compra; () Ocupação pacífica; () Ocupação Conflituosa; () Posse antiga reconhecida ; () Herança; () Arrendamento; () Concessão de uso; () Outros: _____

3.3 Qual o tamanho da propriedade? _____

{Observação: [1 hectare = 100 x 100 m (10.000 m²)]; [b] 1 tarefa = 25 x 25 braças = 55 x 55 m (3.025 m²)]; [c] 1 alqueire = 5 hectares = 16 linhas (50.000 m²)]}.

4. SISTEMA DE CULTIVO

4.1. Como é o arranjo do Sistema Produtivo?: () SAFs; () Quintal Agroecológico; () Consórcios; () monocultivos.

4.2 qual a área cultivada?

4.3 Quais culturas agrícolas são cultivadas na propriedade rural?

4.4 Como são realizados os manejos dessas culturas (descrever as práticas de manejo)? De quanto em quanto tempo?

4.5 Utiliza Adubos? () Sim () Não. Quais? _____

4.6 Realiza queima? () Sim () Não.

4.7 Você considera seu manejo diferenciado do convencional (agroecológico, orgânico, permacultura)? (OBSERVAÇÃO: se a resposta for sim, preencher o item 5 do questionário)

() Sim () Não. Se sim, por quê? _____

4.7.1 Quais os benefícios das práticas desse manejo? _____

4.8 Quais os principais custos de produção relacionados ao manejo?: () adubação; () mão-de-obra; () máquinas; () insumos agrícolas (fertilizantes, sementes, mudas).

4.9 Qual é a cultura mais lucrativa? _____

4.10 Em relação à comercialização da produção, está é vendida: () Feiras () Comércio/Supermercados () Atravessador () Prefeitura (programas de governo PAA, PNAE) () Associação () outros: _____

5. PRODUÇÃO ORGÂNICA

5.1 Você produz alimentos sem utilização de agroquímicos? () Sim () Não

5.2. Quais fatores levaram para a adoção da agricultura ecológica/ orgânica? Destaque sendo eles como inexistente, fraco, médio e forte.

	Inexistente	Fraco	Médio	Forte
Produção sem uso de agroquímico				
Alimentação saudável				
Preocupação com o meio ambiente				
Custo de produção reduzido				
Mercado				
Lucros				
Exigência da Associação ou da Empresa				

5.3 Quais são as culturas agrícolas em que há o manejo orgânico?

5.4 Quais dessas práticas de manejos são utilizadas?: () plantio direto; () rotação de cultura; () poda; () adubação com restos vegetais proveniente da poda; () adubação utilizando esterco curtido; () compostagem; () biofertilizantes; () defensivos naturais; () outros: _____

5.5 Com a adoção das práticas de manejo orgânico houve mudança na produtividade?:

() Sim () Não

5.6 Você possui certificação orgânica? () Sim () Não.

- 5.6.1 Se sim, qual a certificadora? _____
- 5.6.2 Como conseguiu a certificação? _____
- 5.6.3 Qual a forma de certificação? () Certificação por auditoria; () certificação por Sistemas Participativos; () Organização de Controle Social.
- 5.6.4 Houve custos com a certificação? () Sim () Não. Se sim, Quanto? _____
- 5.6.5 O fato de ser associado ajudou no processo de obtenção da certificação? () Sim () Não
- 5.6.6 Possui selo orgânico? () Sim () Não
- 5.6.7 Se sim, quais os produtos que possuem o selo? _____
- 5.6.8 Se não, considera que a obtenção do selo orgânico é fundamental na ampliação de oferta no mercado? () Sim () Não
- 5.6.9 Deseja obter o selo orgânico? () Sim () Não
- 5.7 Os custos com a certificação é um fator limitante para adentrar no mercado de orgânicos? () Sim () Não
- 5.8 Programas públicos de isenção dos custos de certificação seria uma boa ferramenta para os agricultores familiares conseguirem se enquadrar no mercado de orgânicos? () Sim () Não
- 6. SISTEMA DE CRIAÇÃO**
- 6.1 Existe algum tipo de criação animal em sua propriedade? () Sim () Não.
Qual/ Quais? _____
- 6.2 O objetivo da criação animal é para: () consumo próprio; () venda; () consumo e venda
- 6.3 Para quem são vendidos?: () Venda direta ao consumidor () Feiras () Comércios/Supermercados () Atravessador () Prefeitura (programas de governo PAA, PNAE () Associação () outros: _____
- 6.4 Como adquire a alimentação dos animais?: () compra; () resto de alimentos; () elaborado pelo próprio agricultor
- 6.5 Utiliza as fezes dos animais como adubo? () Sim () Não. Se sim, de qual/quais animal/animais? _____

7. SISTEMA EXTRATIVISTA

- 7.1 Você pratica extrativismo na sua propriedade? () Sim () Não
- 7.2 Quais práticas extrativista você realiza? () coleta de frutos () coleta de sementes () caça () pesca () outros: _____
- 7.3 Qual motivo de realizar extrativismo? () consumo da família () complemento de renda/ venda () consumo e venda
- 7.4 Para quem são vendidos os produtos coletados?: () Venda direta ao consumidor () Feiras () Comércios/Supermercados () Atravessador () Prefeitura (programas de governo PAA, PNAE () Associação () outros: _____

8. SISTEMA DE BENEFICIAMENTO

- 8.1 Faz beneficiamento de algum produto? () Sim () Não.
Qual/ Quais? _____
- 8.2 Aonde é realizado o processo de beneficiamento? () Na propriedade rural () Casa () agroindústria () Associação () outros: _____
- 8.3 O processo de beneficiamento se dá de forma: () Manual () Industrial () Manual e industrial
Teve algum curso de capacitação? () Sim () Não.
Se sim, qual a instituição? _____
- Tem carteira de manipulador de alimentos? () Sim () Não

9. CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA E MÃO DE OBRA

NOME	IDADE	GRAU DE PARENTESCO	QUAL ATIVIDADE DESENVOLVIDA NA UPF?

9.1 Que tipo de mão de obra você utiliza? () Exclusivamente Familiar; () Contratada; () Familiar e contratada.

9.2 Você contrata mão de obra? () Sim () Não. Se sim, quantos? ____.

9.3 Realiza sistema de mutirão? () Sim () Não

9.4 Com relação à produção, quais são os alimentos consumidos pela família e quais os que são vendidos?

Produto	Quantidade	Quantidade Consumo familiar	Quantidade de Venda	Preço por unidade	Comprador						
					T	A	AT	E	F	P	O

* marcar com X: T = Taberneiros (pequeno comércio da comunidade); A = Atravessador (que vem comprar na comunidade); AT = Atacadista (grande comerciante que compra em quantidade na cidade); E = Empresa (Empresa ou Instituição que compra na comunidade); F = Feira (o agricultor vende na feira direto ao consumidor); P = Prefeitura (PAA, PNAE); O = Outro (especifique).

9.5 Qual é a renda média mensal da família, considerando os aspectos produtivos (sistema de cultivo, sistema de criação, extrativista, beneficiamento)?

() até 01 salário mínimo

() acima de 01 salário até 03 salários mínimos

() acima de 03 salário até 05 salários mínimos

() acima de 05 salário até 07 salários mínimos

() acima de 07 salário até 10 salários mínimos

() acima de 10 salários mínimos

10. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1 Há presença de instituições de assistência técnica e de pesquisa realizando trabalhos a UPF? Que tipo de assistência vem sendo prestado?

10.2 Já recebeu curso de capacitação ou treinamento? Qual? Em que órgão?

10.3 Já fez empréstimo ou financiamento agrícola para viabilizar a produção? Quais?

11. INDICADORES SÓCIOAMBIENTAIS (MEIOS BIOFÍSICOS)

11.2 Qual a importância dos recursos naturais (Água, solo, rio), para o seu trabalho dentro da UPF?

11.3 Há problemas ambientais na propriedade e na comunidade? Quais? Eles afetam a produção? De que forma?

12. PLANTAS MEDICINAIS/ ETNOBOTÂNICA

12.1 Você cultiva alguma planta medicinal? () Sim () Não

12.2 Caso sim, faça resposta as seguintes perguntas: Quais as plantas medicinais utilizadas?

Nome da Planta	Nome Científico
_____	_____
_____	_____

12.3 Quais as plantas medicinais a serem implantadas no horto medicinal?	
12.4 Partes usadas como Remédio: () Folhas () Casca () Raízes () Frutos () Outros:	
12.5 A planta é da região? () Sim () Não	
Trabalha com alguma espécie exótica? () Sim () Não	
12.6 Que doenças são tratadas com a planta medicinal (Ex: febre, gripe, dor, diarreia, etc.)?	
12.7 A planta é usada com outras finalidades além de remédio? () Sim () Não	
Qual?	
12.8 Frequências de Uso: () Todo dia () Raro () Se preciso	
12.9 Manejos: () Cuida diariamente da planta () Não requer cuidados diários () Nunca cuida da planta	Utiliza adubos? () Sim () Não Realiza poda? () Sim () Não
12.1.1 Planta comercializada? () Sim () Não	Vendida em: () Feiras () Comércio/Supermercados () Atravessador () Associação () Empresas () outros: _____
12.2.2 A principal renda da família se dá nas vendas das plantas medicinais? () Sim () Não	
12.2.3. De onde vem seu conhecimento sobre os medicamentos naturais que você produz/compra?	
12.2.3 De onde vem seu conhecimento sobre os medicamentos naturais que você produz/compra?	

APÊNDICE B: CATALOGO DE PRODUTOS

CATALOGO DE PRODUCTOS

1. FRUTAS IN NATURA

	FRUTA	CANTIDAD	PREÇO (\$R)
1	Açaí	Litro	10,00
2	Bacaba	Litro	10,00
3	Banana	Kg	6,00
4	Coco	Unidade	2,00
5	Limão	Kg	6,00
6	Cupuaçu	Unidade	2,00
7	Ingá	Unidade	2,00
8	Pupunha	Kg	5,00
9	Mani	Unidade	0,30
10	Castanha	Kg	10,00
11	Bacuri	Unidade	2,00
12	Caju	Unidade	2,00
13	Tucumã	Kg	1,50
14	Piquiá	Unidade	2,00
15	Uxi	Kg	3,00
16	Cacau	Unidade	1,00
17	Manga	Kg	3,00

2. LEGUMES

	LEGUME	CANTIDAD	PREÇO (\$R)
1	Jerimum	Unidade	5,00
2	Macaxeira	Kg	4,00
3	Maxixe	Dúzia	3,00
4	Pimenta	Pct	5,00
5	Quiabo	Kg	4,00

3. PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

	PRODUTO	CANTIDAD	PREÇO (\$R)
1	Galinha caipira	Unidade	30,00
2	Ovos caipira	Unidade	1,00
3	Frango Caipirão	Unidade	30,00
4	Pato	Unidade	50,00

4. PULPAS, MANDIOCA E SEUS DERIVADOS

	PRODUTO	CANTIDAD	PREÇO (\$R)
1	Polpa de Cupuaçu	Kg	15,00
2	Polpa de bacuri	Kg	40,00
3	Polpa de Uxi	Kg	20,00
4	Polpa de Taperebá	Kg	15,00
5	Polpa de murici	Kg	10,00
6	Polpa de caju	Kg	10,00
7	Mandioca/Maniçoba	Kg	6,00
8	Tucupi cozido	Litro	5,00
9	Farinha de água	Kg	5,00
10	Farinha de farofa	Kg	8,00
11	Farinha de tapioca	Litro	5,00
12	Goma	Kg	5,00

5. DIVERSOS

	PRODUTO	CANTIDAD	PREÇO (\$R)
1	Beijuxica	Pct (6 unidades)	3,00
2	Beiju de folha	Unidade	2,00
3	Doce de Cupuaçu	Kg	25,00
4	Bolo de Macaxeira	Fatia	3,00
5	Coxinha de Macaxeira	Unidade	3,00
6	Biscoito de Castanha	Pct (5 unidades)	2,00
7	Pudim Cupuaçu	Fatia	3,00
8	Pudim Tapioca	Fatia	3,00
9	Creme de Cupuaçu	Copo 200 ml	3,00
10	Biscoito de Gengibre	Pct (5 unidades)	2,00
11	Biscoito de queijo	Pct (5 unidades)	2,00
12	Queijadinha	Unidade	2,50

Estes produtos são cultivados e processados com amor, pela comunidade de Boa Vista de Acaará em sistemas produtivos que respeitam a biodiversidades e protegem os solos.

Com sua compra, você contribui não só ao fortalecimento da Agricultura familiar na região, mais também contribui na preservação e conservação de nossa biodiversidade.

Agradecemos a sua escolha...

APÊNDICE C: Listado da diversidade de espécies agrícolas presentes nos quintais agroflorestais da comunidade de Boa Vista de Acará

	NOME POPULAR	NOME CIENTIFICO
1	Abacate	<i>Persea americana</i>
2	Abacaxi	<i>Ananas comosus</i>
3	Abiu	<i>Pouteria caimito</i>
4	Acerola	<i>Malpighia emarginata</i>
5	Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>
6	Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>
7	Araçá	<i>Eugenia spitata</i>
8	Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>
9	Bacuri	<i>Scheelea phalerata</i>
10	Banana	<i>Musa spp.</i>
11	Biriba	<i>Annona (Rollinia) mucosa</i>
12	Buriti	<i>Mauritia ninifera Mart.</i>
13	Cacau	<i>Theobroma cacao</i>
14	Caju	<i>Anacardium occidentale</i>
15	Carambola	<i>Averrhoa carambola</i>
16	Castanha	<i>Bertholletia excelsa</i>
17	Coco	<i>Cocos nucifera</i>
18	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>
19	Fruta pão	<i>Artocarpus communis</i> ou <i>Artocarpus incisus</i>
20	Goiaba	<i>Psidium guajava</i>
21	Graviola	<i>Annona muricata</i>
22	Inajá	<i>Attalea maripa</i>
23	Ingá	<i>Inga spp.</i>
24	Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i>
25	Jambo	<i>Syzygium jambos</i>
26	Jenipapo	<i>Genipa americana</i>
27	Laranja	<i>Citrus spp.</i>
28	Limão	<i>Citrus limonum</i>
29	Mamão	<i>Carica papaya</i>

30	Manga	<i>Mangifera indica L.</i>
31	Mangostão	<i>Garcinia mangostana</i>
32	Maracujá	<i>Passiflora edulis</i>
33	Murici	<i>Byrsonima crassifolia</i>
34	Piquia	<i>Caryocar brasiliense</i>
35	Parica	<i>Senegalia polyphylla</i>
36	Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>
37	Tangerina	<i>Citrus spp.</i>
38	Taperebá	<i>Spondias mombin</i>
39	Tucumã	<i>Astrocaryum tucuma</i>
40	Uchi	<i>Endopleura uchi</i>
41	Urucum	<i>Bixa orellana</i>